

**LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM
SUSTENTABILIDADE
INTERDISCIPLINAR, INOVAÇÃO,
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO - LABSIGA**

16 A 18 DE NOVEMBRO DE 2022



**IV JORNADA CIENTÍFICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
LABSIGA/IFSUL
- ANAIS -**

**Venâncio Aires-RS
Novembro de 2022**

ANAIS
da
IV JORNADA CIENTÍFICA DE GESTÃO E
NEGÓCIOS LABSIGA/IFSUL

(Laboratório de Estudos em Sustentabilidade
Interdisciplinar, Inovação, Gestão e Administração –
LabSiga)

Tema:

SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO EM UM
MUNDO PÓS PANDEMIA

Organizadores:

Jean Marcos da Silva (Coordenador)
Josiane Paula da Luz (Coordenadora Adjunta)

16, 17 e 18 de Novembro de 2022

Comissão organizadora:

Josiane Paula da Luz
Jean Marcos da Silva
Podrigo Luís Melz
Adelaide Marli Neis
Gabriela Leandro
Danilo Melhor Araújo

Eliane da Silva Laia
Jaqueline Silinske
Alice Fengler Hickmann
Isabele Keller
Raíssa Camille Juchem
Eduarda Kroth

ANAIS DA IV JORNADA CIENTÍFICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS LABSIGA

(Laboratório de Estudos em Sustentabilidade Interdisciplinar, Inovação, Gestão e
Administração - LabSiga)

Tema: SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO E UM MUNDO PÓS PANDEMIA

Venâncio Aires-RS, 16, 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Realização:

Instituto Federal Sul-rio-grandense
Câmpus Venâncio Aires

J82 Jornada Científica de Gestão e Negócios LabSiga/IFsul (4. : 2022 :
Venâncio Aires, RS)

Anais da IV Jornada Científica de Gestão e Negócios
LabSiga/IFsul : sustentabilidade e inovação em um mundo pós-
pandemia, 16, 17 e 18 novembro de 2022, Venâncio Aires, RS
[recurso eletrônico] / Jean Marcos da Silva, Josiane Paula da Luz
(org.) – Venâncio Aires : IFSul, 2022.

Disponível em:

<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/labsiga/index>

ISSN 2764-1716

1. Gestão. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. 4. Anais. I. Silva,
Jean Marcos. II. Luz, Josiane Paula da. III. Título.

CDU: 658:001.89

Catálogo na publicação (CIP) por Monique Izoton – CRB 10/2638

APRESENTAÇÃO

A Jornada Científica de Gestão e Negócios LabSiga/IFSul objetiva discutir temas relacionados à gestão e negócios e suas inter-relações com a sustentabilidade. Os empreendimentos da atualidade precisam participar mais ativamente de espaços que promovam a interação entre as temáticas de gestão e negócios sem perder de vistas as questões de sustentabilidade sob suas três dimensões: sistema global, social e humano. A Jornada se propõe a ser um evento de realização anual para a promoção de discussões desta natureza.

É promovida pelo Laboratório de Estudos em Sustentabilidade Interdisciplinar, Inovação, Gestão e Administração - LabSiga vinculado ao Instituto de Educação, Ciências e tecnologia Sul-rio-Grandense – IFSul, Câmpus Venâncio Aires – RS, a fim de promover a realização da Jornada Científica de Gestão e Negócios LabSiga/IFSul, gerando um espaço de reflexão capaz de inter-relacionar os temas de gestão, negócios e sustentabilidade com o envolvimento de alunos, pesquisadores, professores e setor produtivo.

Os objetivos específicos da jornada são realizar oficinas com temáticas voltadas para gestão, negócios e sustentabilidade, receber textos acadêmicos e relatos de experiências para serem apresentados em forma oral via Google Meet, organizar mesas-redondas que abordem a sustentabilidade nas suas três dimensões: global, social e humana. E por fim, promover uma interação dos alunos do IFSul – VA com o setor produtivo de Venâncio Aires e região propiciando troca de conhecimentos e experiências.

As áreas temáticas propostas pelo evento são (1) Meio Ambiente, (2) Tecnologia e Produção (3) Educação e (4) Trabalho, contando com um público-alvo de estudantes do ensino médio técnico, graduação, servidores e pesquisadores.

O evento foi organizado de maneira híbrida, com lives transmitidas ao-vivo pelo canal do Youtube da 3ª Jornada Empreendedora do IFSul, com as apresentações de trabalhos científicos, palestras e rodas de conversas feitas com convidados como contam no planejamento do evento.

Jean Marcos da Silva
Professor de Gestão e Negócios

Resumos e artigos completos submetidos e aprovados para apresentação na
IV Jornada Científica de Gestão e Negócios do LabSiga/IFSul

SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO EM UM MUNDO PÓS PANDEMIA

CORPO EDITORIAL:

Jean Marcos da Silva

Josiane Paula da Luz

Capa e editoração:

Jean Marcos da Silva

SUMÁRIO

SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL E CIDADE DIGITAL ESTRATÉGICA: um estudo sobre planejamento urbano e transporte público na cidade de Pelotas (RS).....	7
FILOSOFINHOS: brincar de pensar.....	32
DIREITO À FELICIDADE: uma experiência de extensão na Casa de Acolhimento de V. A.....	39
INSERÇÃO DIGITAL: ênfase em rotinas administrativas.....	50
JORNALISMO NA ESCOLA: a educomunicação como aliada no combate às <i>fake news</i>	60
PLANEJAMENTO DE MARKETING A PARTIR DAS PREFERÊNCIAS DE POTENCIAIS CLIENTES: O caso da Agroindústria Alfa Alimentos.....	78
O IMPACTO FINANCEIRO DA UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO PRESUMIDO DO ICMS: UM ESTUDO NO LATICÍNIO DO RIO GRANDE DO SUL.....	95
PRIMEIROS PASSOS DA ROBÓTICA	111
ACESSIBILIDADE NO IFSUL: práticas para a inclusão de pessoas com deficiência	121
A CONSTRUÇÃO DE UM APP: TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO AO DIREITO À FELICIDADE	141
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA EM PERÍODO DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DO ENSINO DIRECIONADO AOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES	165
MODA CIRCULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE: A EXPERIÊNCIA DA 4ª FEIRA DE TROCAS.....	183
PLANEJAMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL: Um projeto transforma uma cidade-horta na Europa.....	192
ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE MARKETING PARA O ATELIER MAGA WEIAND COSTURA CRIATIVA	193
PROPOSTA DE PLANO DE MARKETING PARA A BARBEARIA LOS HERMANOS	195
MULHERES MIL: BUSCA DE PROMOÇÃO DE EQUIDADE, IGUALDADE, COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ACESSO À EDUCAÇÃO	197
“MEU FILHO É AUTISTA. E DAI?”: desafios e perspectivas da mãe de autista.....	199
PROJETO VALE + TURISMO: EXTENSÃO TECNOLÓGICA DE CONSULTORIAS A MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS LIGADOS AO TURISMO NO VALE DO TAQUARI/RS.....	200
UMA PERSPECTIVA DAS REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO TEATRO.....	202
A ATIVIDADE EXTRATIVA DO PINHÃO A PARTIR DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO INTERPRETATIVISTA NO RIO GRANDE DO SUL.....	204
IMPRESSÕES DE UMA ESTUDANTE DE ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO E DETALHES DO CURSO.....	205

SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL E CIDADE DIGITAL ESTRATÉGICA: um estudo sobre planejamento urbano e transporte público na cidade de Pelotas (RS)

Márcia Gomes

RESUMO

A presente pesquisa se desenvolveu no campo da sustentabilidade territorial e cidade digital estratégica enquanto política pública de planejamento urbano e transporte público, tendo como objeto de estudo a cidade de Pelotas (RS). O uso e ocupação do solo determinam o planejamento urbano e o transporte coletivo e seu impacto na locomoção, com serviços tecnológicos mais eficientes e ao alcance financeiro dos cidadãos. Neste ensejo, o objetivo deste estudo é analisar como o planejamento urbano e transporte público podem subsidiar a sustentabilidade territorial, por meio de projetos de cidade digital estratégica. A metodologia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso. Para coleta de dados foram entrevistados dois especialistas nas áreas de planejamento urbano e transporte público, da esfera pública e privada, respectivamente. Os resultados auferidos destacam a importância dos planejadores urbanos para implantação da cidade digital estratégica. A sustentabilidade territorial nas cidades e seu planejamento fazem parte deste processo, ao automatizar e prover o melhoramento de serviços no transporte público urbano. Isto ocorre por meio de projetos que instalem ou restaurem a sensação de pertencimento nas localidades, como forma de melhorar planos de desenvolvimento com um olhar para os territórios da cidade digital estratégica.

Palavras-Chave: sustentabilidade territorial, cidade digital estratégica, planejamento urbano e transporte público.

1. INTRODUÇÃO

Analisar o planejamento urbano e o transporte público requer focar-se em questões como organização territorial e acesso a sistemas de suporte a população. De acordo com Sachs (2000), sustentabilidade territorial tem relação com a superação das desigualdades inter-regionais, avanço do ecossistema citadino e manutenção da diversidade biológica. Sustentabilidade territorial é uma responsabilidade partilhada e a gestão é um processo de aprendizagem diante das demandas. Para um projeto de cidade digital estratégica é fundamental entender que a tecnologia é pano de fundo e tem como base as estratégias da cidade e objetivos

estratégicos. Assim, o presente estudo procura analisar como o planejamento urbano e transporte público podem subsidiar a sustentabilidade territorial, por meio de projetos de cidade digital estratégica.

Cidade digital estratégica é um projeto mais abrangente que apenas oferecer internet para os cidadãos, por meio de recursos convencionais de telecomunicações. A tecnologia é um meio de planejamento para compreensão das cidades. Este é o meio principal para disponibilizar e alimentar as pessoas de dados que geram informações que viram inovação, processos que vão favorecer os serviços e a competitividade para que tudo funcione de uma forma mais harmônica.

O planejamento urbano é uma ferramenta integrada ao planejamento de expansão da cidade, de forma que o transporte público e o uso dos espaços são valorizados com vistas a promover o bem-estar dos habitantes. A mobilidade nas cidades passa necessariamente pela reinvenção concomitante dos modelos de transporte público e individual. Assim, se torna necessário realizar um planejamento de trânsito e transporte para tratar do problema da expansão urbana e privilegiar o transporte público no espaço urbano. Por este motivo, o presente trabalho busca responder a seguinte questão de pesquisa: “Como o planejamento urbano e transporte urbano podem subsidiar a sustentabilidade territorial, por meios de projetos de cidade digital?”

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tratará dos temas: sustentabilidade territorial, cidade digital estratégica, planejamento urbano e transporte público.

2.1 Sustentabilidade territorial

A sustentabilidade é um tema complexo e depende um equilíbrio entre as posturas que visam ao desenvolvimento social e a preservação ambiental. Sempre que se fala em sustentabilidade deve-se compreender o respeito às tradições e culturas regionais. Para Sachs (2000), a sustentabilidade urbana atende às convicções de ecodesenvolvimento ao abordar pontos relativos aos aspectos econômicos, social e ambiental. Nesta lista de atividades, evidenciam-se as discussões de sustentabilidade dos complexos urbanos e rurais. Configuram-

se também discussões acerca de migração da zona rural para zona urbana, distribuição da terra e apoio ao povo.

Sustentabilidade territorial são territórios com acesso equitativo a serviços básicos, conduzindo a uma oferta econômica mais viável, produtiva e ambientalmente sustentável (WRI, 2016). A sustentabilidade territorial é uma das dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2000). Ela abrange o balanceamento entre os aspectos urbanos e rurais, sem tender a alocar mais investimento público na zona urbana, progresso do meio ambiente urbano, sobreposição das diferenças inter-regionais e métodos de desdobramento ecossistêmico para locais ecologicamente frágeis. Assim, as disparidades nas condições de vida, podem ser revertidas em oportunidades econômicas pela administração pública.

2.2 Cidade digital estratégica

A cidade digital estratégica pode ser conceituada como o uso da tecnologia da informação na administração de um território para garantir a cidadania. A expressão cidade digital estratégica (CDE) surge com Rezende (2012), ampliou a cidade digital, para fazer uso deste mundo dos dados com objetivo de fazer política centradas em planejamento estratégico para servir ao usuário da cidade. Segundo o autor, a CDE contempla também o planejamento de estratégias e de informações no contexto da cidade (REZENDE, 2012).

A globalização teve como suporte técnico o advento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), a partir de três elementos que as organizam: hardware, software e redes (principalmente, a Internet). A expansão e o uso das TIC em todo o mundo são representados em dispositivos que vão desde supercomputadores que armazenam e processam grandes bancos de dados, por meio de computadores desktop e laptops, a veículos automatizados, robôs e drones, smartphones, tablets e uma série de objetos geralmente conhecidos como parte da “Internet of Things” ou IoT (por sua sigla em inglês: Internet das Coisas) (BENITEZ GUTIERREZ, 2017).

Antigamente, a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos era avaliada quase exclusivamente por indicadores financeiros, hoje se dá com a interação do usuário por aplicativos e redes sociais. O usuário ganhou a chance de ser ouvido, com o uso das redes sociais, podendo mudar o destino de como usamos o transporte público.

As *Smart Cities*, em português cidades inteligentes, são cidades que utilizam TICs para melhorar o desempenho dos serviços públicos, reduzir custos e potencializar o contato entre cidadãos e governo. Essas cidades são fruto da necessidade de melhora nas políticas públicas (BATTY, 2017).

A Lei Nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados, diz em seu art. 46 que “os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais[..].” Questões como a segurança cibernética e o comprometimento da privacidade dos cidadãos constituem outros desafios a serem superados para o funcionamento adequado das cidades.

2.3 Planejamento urbano e transporte público

A cidade é responsável pela organização espacial de uma sociedade, embora dependa mais de questões políticas do que ambientais, no território dos assentamentos humanos e nas atividades econômicas. Para SPERANDIO, MOREIRA e BERNADINO (2017), o planejamento urbano é uma ferramenta integrada no planejamento da expansão da cidade, no qual o transporte público e o uso dos espaços são valorizados, com vistas ao bem-estar dos habitantes. A população é parte fundamental na construção de uma cidade, pois ela é o núcleo de tudo, com a ideia de inclusão e qualidade de vida para o povo.

Em termos de legislação, no que tange ao planejamento urbano, tem-se a Lei Federal 10.257/2001, também conhecida como Estatuto da Cidade. Esta lei, no seu artigo 2º, discorre que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Em Pelotas, a Lei Municipal 5.502/2008, foi que instituiu o Plano Diretor Municipal e trata, entre outras questões da integração da ocupação do solo e o transporte.

Entre os diferentes tipos de transporte existentes, segundo Lopes (2018), um sistema público de transporte de passageiros é aquele que se destina a passageiros por viagens, em horários programados, operados em rotas estabelecidas. O autor também aponta que o primeiro sistema de transporte público surgiu em Paris, com o sistema de carruagens com itinerários fixos, tarifa e horários regulares, criado por Blaise Pascal, em 1662. Já no Brasil, o sistema de transporte público surge com Sebastião Surigué em 1817, no Rio de Janeiro, explorando uma

linha com aproximadamente 50 quilômetros, para o transporte de passageiros entre o Paço Imperial e a Fazenda Santa Cruz (LOPES, 2018).

Atualmente a definição para transporte público encontra-se prevista no art. 4º da Lei 12.587/2012, a qual criou a Política Nacional de Mobilidade Urbana. De acordo com seu inciso IV, o transporte público coletivo é o “serviço público de transporte de passageiros acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público”.

Conforme Junior (2018), esta legislação sinaliza a forte intenção de fazer do transporte coletivo de passageiros e dos meios não motorizados, as principais fontes de transportes, não apenas para reduzir desigualdades sociais, mas também focar no desuso do carro particular como meio de locomoção.

Intrinsecamente ligados estão o transporte público de passageiros e a ocupação das cidades. O crescimento das cidades nem sempre é acompanhado pelo atendimento da infraestrutura para melhoria da qualidade de vida, ou seja, no processo de urbanização, é comum ocorrer falta de planejamento do uso e ocupação do solo.

Para Quaresma et al. (2017), a segregação dos centros urbanos para distâncias longínquas da zona central, só faz o governo ter de ir na direção de organizar acesso à infraestrutura de transporte e serviços capazes de trazer o centro da cidade para mais perto dessa população.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este é um estudo qualitativo exploratório que tem como objetivo analisar como o planejamento urbano e transporte público podem subsidiar a sustentabilidade territorial, por meio de projetos de cidade digital estratégica. De acordo com Gil (2017), o estudo de caso é gênero de pesquisa abrangentemente usada nas ciências sociais. Forma-se no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de modo que acarrete sua ampla e detalhada aprendizagem; tarefa praticamente impossível mediante outros projetos.

O presente estudo de caso foi conduzido na cidade de Pelotas, que está situada na zona sul do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. No Portal de Periódicos Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br>) foi realizada busca com o propósito de examinar se alguma pesquisa semelhante sobre a cidade de Pelotas já havia sido realizada. Para isto, foram utilizados os seguintes termos: “sustentabilidade territorial”, “cidade digital estratégica”, “planejamento urbano” e “transporte público”. Examinou-se que há estudos sobre mobilidade urbana e transporte público, mas não linha da sustentabilidade territorial.

A coleta de dados ocorreu com a realização de entrevistas com o Superintendente de Planejamento Territorial da cidade de Pelotas e com o Gerente de T.I. da PRATI, empresa de transporte público urbano da cidade de Pelotas. As entrevistas ocorreram nos dias 07/06/2021 e 09/06/2021 e tiveram duração total de 1 hora 09 minutos e 39 segundos. Paralelamente, foram analisados documentos disponíveis na internet, relacionados com planejamento urbano e transporte público da cidade. As entrevistas ocorreram pela plataforma online JIT SI Meet. As entrevistas foram realizadas com a utilização e roteiro semiestruturado, desenvolvido com base na literatura pertinente aos temas, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Perguntas feitas aos entrevistados.

Entrevistado 1	Superintendente de Planejamento Territorial da Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana
Fonte	Pergunta
Lei Federal nº 10.257/2001, também conhecida como Estatuto da Cidade	Como nasce o planejamento territorial para que a cidade cumpra a função social?
Lei Municipal de Pelotas Nº 5.502	Como Plano Diretor promove a qualificação do transporte coletivo? Como isto deve ser feito nos próximos anos? Qual é o planejamento para os próximos anos?
Lei Municipal de Pelotas Nº 5.502, Lei n.º 12.587/2012	Quais adequações são necessárias em relação a ocupação do solo para o planejamento do trânsito de Pelotas ser mais eficaz?
Quaresma et al. (2017) e Schumpeter (1988)	Como fazer chegar as periferias, o desenvolvimento experimentado pela área central?

WRI 2016, ONU, 2015	Como preparar Pelotas para ser sustentável e tecnológica?
Entrevistado 2	Gerente de T.I. da PRATI
Fonte	Pergunta
BENITEZ GUTIERREZ, 2017	Como a revolução da IOT (Internet das Coisas) afeta o transporte público?
Lei Nº 13.709	Qual o tratamento para os dados dos usuários dos cartões PRATI com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados em 01/08/2021?
Lei Municipal de Pelotas Nº 5.502	Como caminhar para 100% da bilhetagem eletrônica no transporte coletivo?
Lei Municipal de Pelotas Nº 5.502	Como integrar com o sistema BIKPEL (sistema de bicicletas compartilhadas)?
Lei 12.587/2012, BATTY (2017)	Como você vê a PRATI utilizará as TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) para o futuro?

Fonte: elaborada pelo autor.

A técnica de análise de dados foi a triangulação, que consiste em confrontar a informação obtida por uma fonte com outras, com vistas a corroborar os resultados da pesquisa (GIL, 2017). Na análise pela triangulação dos dados pode-se realizar uma composição dos dados coletados na literatura, sites e legislação e entrevistas.

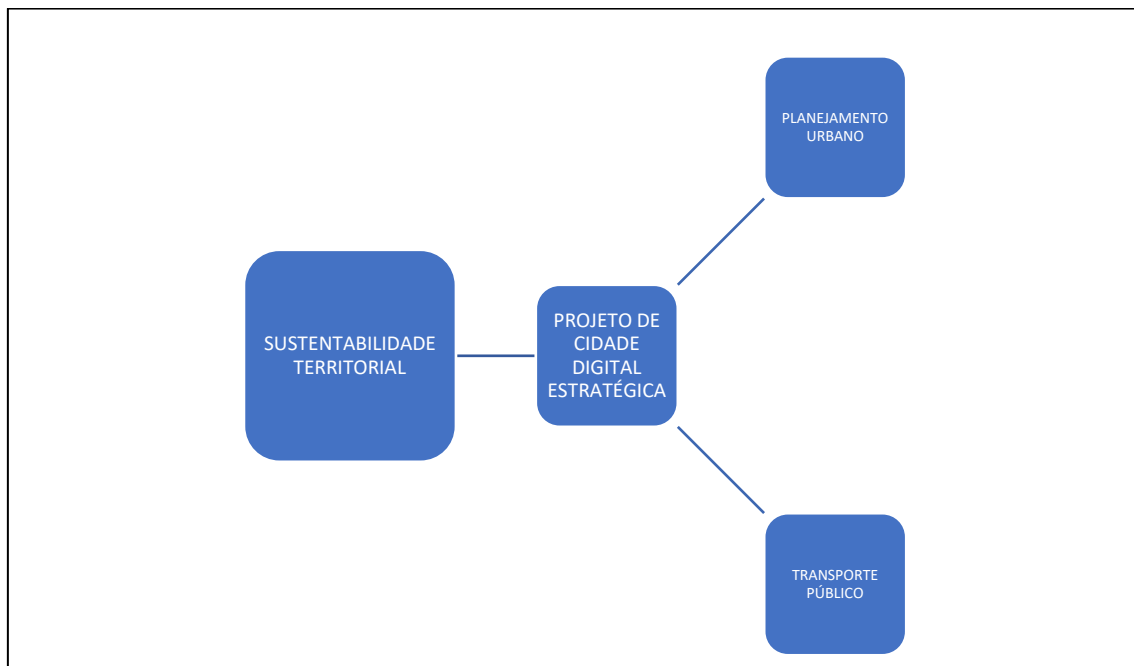
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a estimativa do IBGE (2020), Pelotas tem uma população estimada em 343.132 pessoas e 226.769 veículos em circulação, a terceira maior frota do Rio Grande do Sul. De acordo com Junior (2018), em 2015, a Prefeitura de Pelotas lançou licitação para o transporte coletivo de passageiros e esta foi concedida por 15 anos. O consórcio das 6 empresas então viabilizou uma frota de 210 ônibus e 12 micro-ônibus, veículos com GPS e câmeras internas. Esta ampliação veio de encontro aos pedidos dos cidadãos, sobre mais horários de fluxo de trânsito dos ônibus e veículos novos ou com menos de 10 anos de uso. Além disso, dispõe de um centro de controle operacional, onde toda a operação do sistema é monitorada via satélite,

em tempo real. Com isso, os usuários podem contar com aplicativos, como o CittaMobi, que informa ao passageiro, através de smartphones, horários, itinerários, conexões e tempo de espera nos pontos de ônibus.

Com o objetivo de analisar como o planejamento urbano e transporte público podem subsidiar a sustentabilidade territorial por meio de projetos de cidade digital estratégica, esta seção irá apresentar os temas pesquisados, levando em consideração a literatura, a pesquisa documental realizada e as falas dos entrevistados. A Figura 1 apresenta a relação dos temas abordados.

Figura 1. Relação dos temas abordados



Fonte: Compilação do autor

4.1 Planejamento Urbano e Transporte Público da cidade de Pelotas/RS

A área de transporte de passageiros é de suma importância para o planejamento urbano, pois o transporte público eficiente traz benefícios para as cidades e para seus cidadãos, melhorando a qualidade de vida da população, aumentando os níveis de produtividade,

melhorando a justiça social e contribuindo para que as cidades sejam mais sustentáveis (PARTEKA; REZENDE, 2017).

No transporte público coletivo também se faz necessário o uso de estratégias claras para o atingimento de decisões efetivas. Neste sentido, pode-se dizer que o transporte público promove e delimita o desenvolvimento urbano (KNOWLES; FERBRACHE; NIKITAS, 2020). O entrevistado 1 falou da importância do transporte como indutor do planejamento urbano, citando a experiência de outras cidades que são referência no assunto:

O transporte coletivo é indutor do planejamento urbano. No caso de Curitiba, por exemplo, se criaram uma série das avenidas estruturais, em que o transporte coletivo foi dando a linha para o planejamento urbano (Entrevistado 1).

Em relação à mobilidade urbana em Pelotas, o Decreto 6.209, de 19 de setembro de 2019, institui o “Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Pelotas”. Antes desse decreto, faltavam estratégias de acessibilidade focadas em princípios fundamentais, como redução das desigualdades, inclusão e justiça social, redução da violência no trânsito, preservação ambiental e garantia de um serviço de transporte mais igualitário e digno para toda a população.

O plano propõe a ampliação na utilização do transporte coletivo, e tem como objetivo aumentar o número de usuários e viagens. Assim, o transporte público de passageiros de Pelotas passou a contar com metas que vem de encontro aos objetivos estipulados. A Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito é o órgão responsável pelo trânsito local e por fiscalizar o transporte coletivo.

4.2 Sustentabilidade Territorial e Projeto de Cidade Digital Estratégica.

A sustentabilidade territorial está relacionada à superação das disparidades inter-regionais, melhoria do ambiente urbano e conservação da biodiversidade (Sachs, 2000). Nessa linha de atuação enfocam-se as questões de sustentabilidade dos sistemas urbanos e rurais. Questões sobre êxodo rural, organização territorial e acesso a sistemas de suporte à população costumam ser tratadas na esfera de sustentabilidade territorial.

As metas relativas ao crescimento do consumo de recursos naturais, ampliam a degradação de ecossistemas no ambiente urbano, além das consequências sociais, tais como desenvolvimento desordenado, desqualificação de periferias, aumento do desemprego, criminalidade e pobreza, entre tantas outras. Para evitar tal caos, deve-se contar com o planejamento, que detêm o poder de partilhar ações de governo sobre o serviço público e conectar estratégias para acessibilidade de todos. O planejamento é uma forma permanente de agir para mudar uma realidade, proporcionando melhores resultados e soluções alternativas.

Desta forma, o Plano Plurianual previsto no artigo 165 no inciso I da Constituição Federal de 88 consiste no planejamento estratégico de 4 anos e contém estratégias, projetos e atividades que o poder público pretende realizar. É no plano que se define os projetos que serão executados dentro desse período. Neste sentido, foram pontuados nas entrevistas os seguintes projetos relacionados ao planejamento urbano: projeto de criação dos centros de bairro e projeto Urban95.

O entrevistado 1, relatou a inclusão do projeto de criação dos centros de bairro, a ser incluído no novo PPA 2022/2025, que ainda deve ser discutido pela câmara pelotense: “[...] nós estamos tentando voltar todo esse planejamento para as questões de criação de passeios, espaços qualificados [...]” (Entrevistado 1). O projeto consiste em definir os centros de bairro, implantando áreas para pedestres, priorizando a primeira infância, proporcionando ambientes de pertencimento e inclusão das pessoas em um local de convívio adequado para a população que reside nos bairros.

Agora, na periferia, os passeios, infelizmente, são muito raros, não existe, a gente sabe, muitas ruas de saibro e que tem só a valeta e tem duas laterais, sem nada. Esse é o nosso foco hoje, estamos querendo realmente voltar para isso (Entrevistado 1).

Os entrevistados também pontuaram sobre ação da administração municipal que atualmente tem seu foco voltado para criar vias asfaltadas nas áreas mais centrais e nos bairros, para o tráfego de automóveis:

Então, a gente tem que ter todo esse cuidado para evitar que a que se criem grandes áreas fechadas dentro das cidades, blocos fechados. Nós

temos muito cuidado com isso e isso vai totalmente contra a permeabilidade, ou seja, fica difícil de cara transitar do automóvel e até a pé (Entrevistado 1).

Colocar as pessoas no centro da transformação para gerar pertencimento privilegiando a qualidade de vida e inclusão, além de estratégico é um compromisso social com o espaço de circulação. Neste sentido, em março de 2020, a cidade de Pelotas foi escolhida após um cuidadoso processo de análise e convidada para compor a Rede Urban95 (URBAN95, 2021). E, hoje, integra a rede de 24 municípios no Brasil que estão planejando suas políticas, seus espaços e serviços com o olhar para a primeira infância. De acordo com Urban95 (2021), o projeto convida assim líderes, gestores públicos, arquitetos e urbanistas a pensar as cidades sob a perspectiva de quem tem 95 cm – a altura média de uma criança de 3 anos.

Para Rezende (2012), o projeto de cidade digital estratégica vai além de oferecer um poste de wi-fi aos cidadãos ou acesso a computadores. Ela passa pela definição de como os serviços públicos serão gestados pelos responsáveis pela tomada de decisão. A tecnologia é baseada nos dados estratégicos dos que vivem naquele território, mas o norte continua sendo a oferta de qualidade nos serviços públicos.

A melhoria da mobilidade nas cidades passa pela forma como lidamos com o transporte no presente, ao incluirmos a tecnologia para o bem-estar do cidadão. A transformação de dados em informação, carece de planejamento pelo poder público através de elaboração de estratégias e objetivos da cidade digital. Assim, o mapeamento digital das malhas urbanas visa otimizar entre serviços que uma cidade oferece e entre os usuários que estão procurando acesso a uma boa governança, tentativa para solução dos problemas urbanos.

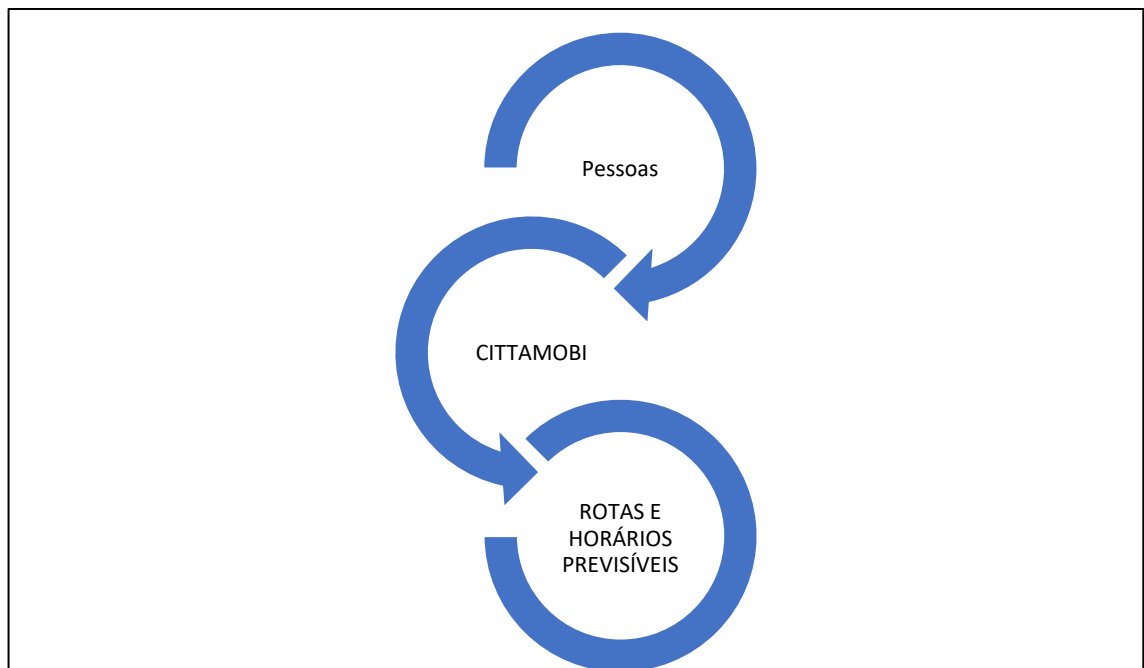
Para o entrevistado 1, no que tange a aplicação do conceito de cidade digital estratégica na cidade de Pelotas, o investimento no transporte, com a inserção de veículos não poluentes e o desenvolvimento de plataformas digitais, para facilitar o acesso às informações referentes ao transporte para a população, seriam futuras prioridades.

De acordo com Rezende (2012), a cidade digital estratégica abrange a definição de que tipo de cidade pode ser planejada baseada nas informações colhidas pela tecnologia da

informação para projetar dentro das temáticas da cidade, tais como saúde, educação, transporte, turismo, entre outros, e a qualidade da vida do munícipe. Em Pelotas, pode se dizer que o projeto de cidade digital estratégica está também representado no transporte público coletivo, principalmente na gestão do sistema urbano através da PRATI.

[..]. temos também na parte de comunicação o aplicativo CITTAMOBİ, que acaba identificando o horário que o ônibus está previsto para aquela parada. Tudo isso é um equipamento que está instalado dentro do ônibus que está se comunicando com a localização do celular da pessoa e está identificando a distância do ônibus (Entrevistado 2).

Figura 2. Relacionamento do Aplicativo CITTAMOBİ



Fonte: Compilação do autor.

A tomada de decisão do usuário de aplicativos de transporte passa pela previsibilidade oferecida pelos mesmos, de rota e tempo economizados, além de quais os principais problemas e soluções são levantados pelo usuário (RODRIGUES, BUENO e MACHADO, 2020). De acordo com o Entrevistado 2, o uso do aplicativo CittaMobi representa uma evolução no transporte coletivo pelotense. Por meio dos dados gerados por geolocalização, os usuários têm acesso a informações como velocidade e capacidade dos veículos, entre outras funcionalidades:

Nós temos um terminal com GPS que fica com o veículo GPS. Ele fica transmitindo, a localização desse ônibus. Então, nós temos a localização real de todos os ônibus que estão circulando em Pelotas: velocidade, capacidade, lotação. A gente tem todas as informações, em tempo real, do veículo (Entrevistado 2).

De acordo com o Entrevistado 2, o futuro da tecnologia no transporte público em Pelotas tratará da bilhetagem eletrônica, semáforos eletrônicos e a comunicação com o consórcio de ônibus:

[...] no momento que o órgão gestor também tivesse uma tecnologia de comunicação com relação a semáforos, em relação a rotas que estão congestionadas, de liberação automática de semáforos, essas coisas poderiam ajudar a fazer um fluxo melhor na operação (Entrevistado 2).

Ele ainda falou sobre a utilização de cartões em detrimento do dinheiro físico, e da possibilidade do desenvolvimento de um sistema que permitisse utilizar o cartão de crédito embarcado, citando como exemplo a cidade de Porto Alegre:

Nós temos sessenta por cento da comunicação, da troca de dinheiro eletronicamente, ou seja, das cem pessoas que entraram no ônibus, sessenta são cartão [...] de cartão quando eu digo, é cartão escolar, é cartão de pessoas com deficiência, é cartão de gratuidade, é cartão de vale transporte, é cartão de pessoas que querem comprar cartão para não usar dinheiro. (Entrevistado 2).

Para o entrevistado, se torna necessário realizar um planejamento de trânsito e transporte para tratar do problema da expansão urbana e privilegiar o transporte público no espaço urbano. Os resultados auferidos demonstram que os projetos mencionados no âmbito do planejamento urbano e transporte público contribuem para a sustentabilidade territorial. No entanto, estes precisam de continuidade para além dos governos atuais para que possam atingir seus objetivos, de acordo com o Plano Plurianual de Pelotas – RS 2021/2025.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou analisar como o planejamento urbano e transporte público podem subsidiar a sustentabilidade territorial, por meio de projetos de cidade digital estratégica. Para isso, foram entrevistados dois especialistas nos temas, e a partir das suas contribuições foram mapeadas as ações que estão sendo implementadas no sentido ampliar a sustentabilidade territorial da cidade de Pelotas.

Este trabalho trouxe como principais contribuições o entendimento de que o planejamento urbano, focado no transporte público e eficiente, assegura o direito de ir e vir e a conexão urbana dentro dos centros e periferias para alcançar os objetivos da cidade perante sua população. O transporte coletivo é peça-chave do planejamento urbano, por seu potencial de articulação entre transportes e uso do solo. Projetos com estratégias e informações da cidade podem ampliar a gestão da mesma e auxiliar na qualidade de vida dos cidadãos, gerando informações para a tomada de decisão e a diversidade de serviços.

De forma empírica, este trabalho possibilitou conhecer os projetos que estão sendo desenvolvidos pela prefeitura de Pelotas, no âmbito do planejamento urbano, que são o projeto de criação dos centros de bairro e o projeto Urban95. No âmbito de cidade digital estratégica foi apresentado o aplicativo CittaMobi, bem como a utilização de uma rede de sensores integrada que permite o monitoramento de toda a frota que realiza o transporte público na cidade. Como limitações deste estudo pode-se citar a realização de duas entrevistas com um representante do poder público e outro do privado, podendo ser apontado como estudo futuro a inserção de pessoas da comunidade e suas percepções sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, E. M. **Como ordenar as ideias**. 8 ed., editora Ática, 2004.

ROBERT I. Sutton; BARRY M. Staw. What Theory is Not. In. **Administrative Science Quartely**, AMOËDA, R. Cidades Digitais: Novas Modos de Habitar? **Workshop Cidades e regiões Digitais, Impacto na Cidade e nas Pessoas**. Universidade Fernando Pessoa, Porto. 2003.

BATTY, Michael. **The Age of the Smart City**. 2017. 10.13140/RG.2.2.34783.87204.

BRASIL. Lei Federal Nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Disponível em :15 maio 2021.

BRASIL. Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm

Disponível em:30 maio 2021.

BENÍTEZ GUTIÉRREZ, G. **Ciudad digital: paradigma de la globalización urbana**. Bitácora Urbano Territorial, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 79 - 88, 2017. Tradução: Márcia Eliane Nunes Gomes. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/51349>. Acesso em: 10 maio 2021.

CORTESE T. T. P. C., KNISS C. T., & MACCARI E. A. **Cidades inteligentes e sustentáveis**. 2017. [Minha Biblioteca]. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455760/>

Disponível em :15 maio 2021.

FREITAG, R.E.M. **Controle Social para o Monitoramento em Tempo Real no Transporte Público Urbano**. <http://pergamum.ufpel.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/0000c4/0000c4b7.pdf>. Disponível em: 15 maio 2021

GAMA R., FERNANDES, R. **O digital como veículo para o inteligente: tópicos para uma abordagem territorial**. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/26269> Disponível em :30 maio 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 5453. Empresas, total e as equipes que implementaram inovações e/ou com projetos, por atividades, da indústria, do setor de eletricidade e gás dos serviços selecionados. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5453#resultado>. Disponível em :16 maio 2021

_____. Pelotas. Panorama <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas> Disponível em :16 maio 2021

_____. Pelotas Frota de Veículos <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/pesquisa/22/0>. Disponível em :16 maio 2021

JÚNIOR, S.E.D. **A mobilidade urbana como política pública para o desenvolvimento: as políticas para o trânsito na cidade de Pelotas/RS a partir da Lei 12.587/12.** <http://pergamum.ufpel.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/0000b2/0000b24f.pdf>. Disponível em: 15 maio 2021.

LEITE, C.; AWAD, J. **Cidades sustentáveis. Cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano.** 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788540701854/cfi/2!/4/4@0.00:59.4> Acesso em :04 junho 2021

LOPES, M. **Como nasceu o primeiro sistema de transporte coletivo do mundo.** 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45587611>. Acesso em: 09 de maio de 2021

KNOWLES, R. D.; FERBRACHE, F.; NIKITAS, A. Transport's historical, contemporary and future role in shaping urban development: Re-evaluating transit-oriented development. **CITIES**, v.99, p. 1-11, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2020.102607>.

ORGANIZAÇÕES DA NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Disponível em :14 maio 2021.

PARTEKA, E.; REZENDE, D. Transporte público de passageiros e cidade digital estratégica: análise dos meios digitais de mobilidade urbana em Barcelona. **Revista dos Transportes Públicos RTP**. Nro 147. Dez 2017. Disponível em: <http://antp.org.br/biblioteca/#revista-dos-transportes-publicos/rtp---147>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PELOTAS. **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Pelotas.** [https://www.pelotas.com.br/storage/plano-mobilidade/2020/Relat%C3%B3rio%20do%20Invent%C3%A1rio%20da%20Mobilidade%20Urbana%20\(novembro%20de%202018\).pdf](https://www.pelotas.com.br/storage/plano-mobilidade/2020/Relat%C3%B3rio%20do%20Invent%C3%A1rio%20da%20Mobilidade%20Urbana%20(novembro%20de%202018).pdf) Disponível em :15 maio 2021.

PELOTAS. Lei Municipal No. 5.502, de 11 de setembro de 2008. <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-pelotas-rs>. Disponível em :30 maio 2021.

PORTUGAL, L. **Transporte, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano**. 2017. [Minha Biblioteca]. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595153189/> Disponível em: 15 maio 2021.

RODRIGUES, G.; BUENO, R.; MACHADO, S. **Comparação dos aplicativos de transporte público de passageiros: uma ferramenta para tomada de decisão dos usuários**. v. 6, n. 4. 2020. Disponível em: <http://www.revistarefas.com.br/index.php/index/search/search>. Acesso em: 10 mai. 2021.

RUIZ, C. H. L. **Cidades Inteligentes**. Disponível em: <https://www.tupaense.com.br/2019/12/29/cidades-inteligentes/> Acessado em :06 junho 2021

SPERANDIO, A. M.G; MOREIRA, R. N. e BERNADINO, F. **Conexões entre o Planejamento Urbano e a Cidade Saudável**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8654239/19039/> Acessado em: 01 novembro 2021.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. 1988. São Paulo: Nova Cultural.

URBAN95. Disponível em : <https://urban95.org.br/o-que-e-a-urban95/>. Acesso 01 out. 2021

VALENTE A. M., PASSAGLIA E., Cruz J. A., MELLO J. C., & CARY N. A. **Qualidade e Produtividade nos Transportes**. 2016. [Minha Biblioteca]. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124121/>. Disponível em:15 maio 2021.

VAN DEN BESSELAAR, P.; BECKERS, D. Demographics and Sociographics of the Digital City. In: Ishida, T. (Org.). **Community Computing and Support Systems. Lecture Notes in Computer Science**, v.1519. Berlin: Springer, 1998. p.108-124j.

WRI - World Resource Institute. Towards a more equal city: framing the challenges and opportunities. 2016. World Resources Report, p. 1-48, out. v. 40, n. 3, 1995.



PLAYBIO:

pequenas brincadeiras, grandes aprendizados

MARIA EDUARDA KLEIN PADILHA¹; EMILI BUCHE DOS SANTOS²; SOL ELLÍS
BRAUN CICERI³

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Campus Venâncio
Aires – mariapadilha.va059@academico.ifsul.edu.br

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Campus Venâncio
Aires – emilisantos.va318@academico.ifsul.edu.br

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Campus Venâncio
Aires – laraciceri.va113@academico.ifsul.edu.br

RESUMO

O projeto tem como foco desenvolver conteúdos de Biologia e Ciências da Natureza com estudantes do 5º ano do ensino fundamental de forma descontraída e lúdica. Visando ampliar o interesse dos estudantes pela área e dinamizar seu processo de aprendizagem, para alcançar os objetivos propostos. Serão realizados encontros que utilizarão jogos temáticos do conteúdo, confeccionados pelos próprios estudantes. Como resultado, espera-se que os estudantes construam conhecimentos relevantes de Ciências da Natureza e os levem da sala de aula para a vida.

Palavras-chave: jogos, ciências, extensão;

1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de fornecer ao professor mais uma ferramenta de ensino, o Projeto de Extensão Playbio: pequenas brincadeiras, grandes aprendizados levará para a sala de aula ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de jogos, sobre o conteúdo estudado, para ampliar os processos de aprendizagem dos estudantes envolvidos. Onde os participantes se envolvem ativamente na criação, construção e avaliação de seus jogos, que visam auxiliar educadores e educandos no estudo de conteúdos, muitas vezes, complexos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto “Playbio: Pequenas brincadeiras, grandes aprendizados” tem como intuito fazer com que os estudantes, do ensino fundamental, possam ter mais ferramentas de estudo que possibilitem a ampliação do seu processo de aprendizagem sobre Ciências da Natureza. A proposta justifica-se porque amplia os processos educativos através da criatividade, ludicidade e dinamicidade, adequando-se com melhor qualidade a esta geração de estudantes. Como citou Gonçalves (2010), um dos principais fatores que leva ao estranhamento e gera dificuldade por parte dos estudantes quanto aos conteúdos de Ciências da Natureza (Biologia) ensinados nas escolas, são os termos e nomenclaturas utilizados. Em sua pesquisa, a autora apresenta dados concisos que demonstram que nem mesmo os estudantes entrevistados, acham necessário aprenderem tantos conceitos para que o entendimento da matéria, em si, seja alcançado. Na verdade, ela destaca que, na maioria das vezes, essa “decoreba” apenas faz com que os estudantes desenvolvam resistência e desinteresse em relação à matéria.

Muitos professores ainda se preocupam unicamente com a conclusão dos conteúdos obrigatórios, dessa forma, acabam optando por utilizar livros didáticos e demais materiais impressos como principal ferramenta de ensino (PERAZZOLLO; BAIOTTO, 2015). Partindo dessa afirmação, grande parte dos conteúdos ensinados em sala de aula tornam-se extensos e massivos, por isso, o projeto buscará trazer mais recursos aos professores e aos estudantes, visando diminuir a sobrecarga causada pela necessidade de concluir todos os conteúdos obrigatórios dentro do tempo estipulado, o qual, muitas vezes, é insuficiente para que o educador consiga satisfazer as demandas dos educandos.

É comum que os professores desenvolvam ao longo de sua carreira uma metodologia de ensino própria, a qual dificilmente sofre mudanças e adaptações ao longo dos anos. Para as gerações atuais não basta apenas explicar o conteúdo, o educador também precisa possibilitar ao estudante compreender e se interessar pelo que está sendo construído. Dessa forma, o projeto buscará trazer uma maneira mais descontraída e lúdica de ensino, tornando as aulas mais atraentes e fugindo do tradicional para facilitar o processo de aprendizagem dos estudantes, melhorando, assim, comunicação, criatividade, socialização, motivação e cognição.

A dificuldade no processo de aprendizagem dos estudantes está muito relacionada com a complexidade dos conteúdos, algo que também se torna um desafio para os professores, uma vez que tratam-se de conteúdos muito desconectados da realidade do estudante, que necessitam de ferramentas tangíveis e práticas, como, por exemplo, a realização de experimentos. Infelizmente, muitas escolas não têm recursos o suficiente para disponibilizar esses e outros materiais que seriam fundamentais para auxiliar nesse processo.

As metodologias utilizadas pelos professores de Biologia para despertarem o interesse e a motivação dos seus alunos são cheias de rotinas, feitas através de explicações expositivas, trabalhando raramente com recursos audiovisuais, realizando poucas aulas práticas nos laboratórios de Ciências. (VIEIRA; SILVA; PERES; ALVES, 2010, p. 105)

Ainda conforme a pesquisa de Gonçalves (2010), torna-se imprescindível que os estudantes, antes de compreenderem os assuntos trabalhados em aula, entendam o porquê de a Biologia possuir presença indispensável compondo o currículo escolar. De fato os estudantes possuem mais facilidade em aprender coisas nas quais temos interesse e gostamos, de forma que alguns estudantes já tenham uma dificuldade a mais no aprendizado da Biologia, justamente por não a verem como matéria favorita. Como salienta Moran (2013, p. 2): "Aprendemos pelo prazer, porque gostamos de um assunto, de uma mídia, de uma pessoa. O jogo, o ambiente agradável, o estímulo positivo podem facilitar a aprendizagem."

Através dos jogos sérios, os estudantes teriam maior facilidade em compreender o conteúdo estudado, como consequência da dinamicidade da atividade, melhorar a relação entre estudante e professor e estimular o seu processo de construção. Segundo Perazzollo e Baiotto (2015, p. 4): "O principal papel do educador deve ser estimular o estudante à construção de novos conhecimentos."

Busca-se despertar e/ou aumentar o interesse dos estudantes participantes nas aulas de Ciências através do projeto, com a utilização de diferentes métodos de aprendizagem. Saindo da padronização da maioria das metodologias de ensino, muitas vezes consolidadas pela falta de possibilidades e recursos em diversas escolas. Alguns estudantes demonstram dificuldade para se adaptar a determinadas metodologias que fogem das comumente adotadas, as quais demandam menos complexidade de aplicação. Vale salientar que os métodos mais tradicionais tendem a condicionar os estudantes a desenvolverem habilidades mais gerais, porém menos

habilidades individuais. A metodologia aplicada no projeto visa harmonizar o processo de construção de ambas habilidades.

Tendo em vista que o interesse dos estudantes pela matéria de Biologia não se mantém fora do horário escolar, segundo Vieira et al (2010), se os professores utilizassem mais recursos audiovisuais, e com mais frequência, este cenário seria diferente. Não há porque se interessar por um assunto que aprende-se apenas dentro de quatro paredes em um horário específico de um dia determinado, principalmente em uma realidade onde decoramos os conteúdos necessários, apenas para alcançar a aprovação no final do ano. Essa questão se torna um problema a longo prazo, gerando uma sequela no aprendizado dos estudantes e prejudicando a forma como compreendem a escola.

Com o emprego de jogos sérios e utilizando mecanismos motivacionais melhores para ensinar os estudantes, acredita-se que será uma experiência satisfatória para todos os envolvidos. Como dito por Brito, Mello e Araújo (2011, p.1): “Os jogos e brincadeiras são elementos muito valiosos no processo de apropriação de conhecimento.”, não apenas porque ajudam na aprendizagem, mas porque desenvolvem traços úteis no âmbito comunicativo, de relações interpessoais e trabalho em equipe. A inserção de uma maneira mais lúdica de ensino contribuirá para a quebra desse padrão esquematizado de “decoreba”, mas não pretende-se deixar de lado o livro didático nem substituir o conteúdo teórico, pois ambos são de suma importância e fazem parte do currículo obrigatório, como apontado por Nascimento et al (2021, p.6).

Jogar não é simplesmente seguir as regras. É muito mais do que isso. A perspectiva do jogar que pretendemos alcançar nesse projeto, relaciona-se com a apropriação do conhecimento dentro do processo educacional. Logo, não é somente jogar que importa, mas refletir sobre as decorrências da ação de jogar, para fazer do jogo um recurso pedagógico que permita a aquisição de conceitos e valores essenciais à aprendizagem.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A proposta do projeto se baseia na utilização de jogos sérios e outros materiais audiovisuais como ferramentas facilitadoras no processo de aprendizagem dos estudantes, além de melhorar e diversificar a maneira como as Ciências da Natureza são ensinadas nas escolas.

Para desenvolver o projeto, primeiramente realizou-se a leitura e revisão de materiais bibliográficos. Em um segundo momento pretende-se confeccionar dois jogos, um deles será construído pelos estudantes da instituição parceira e outro pelos voluntários do projeto. Serão apresentados alguns materiais audiovisuais e experimentos práticos.

Para realizar a escolha do conteúdo abordado durante o projeto, haverá uma reunião com o(a) professor(a) responsável pela disciplina de Ciências da Natureza, visando identificar o conteúdo em que os estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental da instituição parceira estejam estudando.

Pretende-se realizar, ao todo, seis encontros de duas horas cada um, totalizando, assim, doze horas de trabalho. Tal planejamento pode vir a sofrer mudanças de acordo com a necessidade da instituição parceira em questão.

Durante os encontros para a aplicação das atividades de extensão, que serão realizados na instituição parceira, será seguida um cronograma para facilitar a organização:

Antes de todos os encontros, será feita a escolha do conteúdo a ser abordado, com auxílio do(a) professor(a);

- Aplicação de questionários para avaliação dos resultados, no início, meio e no fim do projeto;
- Demonstração dos tipos e mecânicas de jogos;
- Aplicação resumida do conteúdo de Ciências da Natureza a ser abordado;
- Explicação e confecção dos jogos pelos estudantes;
- Utilização dos jogos confeccionados pelos estudantes e pelos voluntários;

- Gravação de vídeos curtos para a avaliação e relatório do projeto.

Após a conclusão deste planejamento, será realizada uma análise dos dados coletados e dos resultados observados, a fim de produzir o relatório final do projeto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a realização do projeto, espera-se obter uma metodologia e uma ferramenta eficaz, com possibilidade de continuidade pela instituição parceira, para a construção de conhecimentos na área de Ciências da Natureza e, se necessário, em outras áreas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão ainda está em andamento e não possui resultados finais, porém espera-se alcançar os objetivos de maneira satisfatória. Pode-se observar a ampliação do conhecimento dos autores nas áreas estudadas, o desenvolvimento em relação a criação de estratégias e estamos satisfeitos com o andamento do projeto.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, E. M. **Como ordenar as ideias**. 8 ed., editora Ática, 2004.

ROBERT I. Sutton; BARRY M. Staw. What Theory is Not. In. **Administrative Science Quartely**, v. 40, n. 3, 1995.

BRITO, Luana Patrícia Silva de; MELLO, Rachel Costa de Azevedo; ARAÚJO, Monica Lopes Folena. O uso de jogos lúdicos no ensino de ciências e biologia como estratégia facilitadora no processo de aprendizagem: um estudo de caso. XI Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão–UFRPE, p. 1-3, 2011. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/2011/cd/resumos/R0600-1.pdf>. Acesso em 23 out. 2022.

GONÇALVES, Larissa Oliveira. Como a Biologia pode ser ensinada sem a eterna decoreba? Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26155> . Acesso em 20 out. 2022.

MORAN, José Manuel. Caminhos que facilitam a aprendizagem. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em http://www2.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/camin.pdf. Acesso em 07 set. 2022.

NASCIMENTO, Evair Magalhães; NETA, Iradene Brelaz Bruce; PATROCÍNIO Lynne Mara Sangel; BEZERRA Cynara Carmo. I. O lúdico no Ensino de Biologia: um relato de experiência vivenciado no Programa Residência Pedagógica. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enebio/2021/TRABALHO_EV139_MD8_SA22_ID1523_15032020162903.pdf. Acesso em 23 out. 2022.

PERAZZOLLO, Cristina da Silva; BAIOTTO, Cléia Rosani. Jogos didáticos no ensino de ciências/biologia: um recurso que auxilia na aprendizagem. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20-%20ARTIGOS/JOGOS%20DIDATICOS%20NO%20ENSINO%20DE%20CIENCIAS%20BIOLOGIA%20UM%20RECURSO%20QUE%20AUXILIA%20NA%20APRENDIZAGEM.PDF>. Acesso em 07 set. 2022.

VIEIRA, Fernando Lima; SILVA, Glenda Moraes da; PERES, Juliane Pereira Santana;

ALVES, Elis Dener Lima. Causas do desinteresse e desmotivação dos alunos nas aulas de Biologia. Disponível em: <https://www.cienciasaude.uniceub.br/universitashumanas/article/view/1061/1238>. Acesso em 20 set. 2022.

FILOSOFINHOS: brincar de pensar

Gabriel Schwendler Soares

Maria Laura Rosa e Royer

Luiza Stertz Teixeira

RESUMO

A partir do mote “brincar de pensar” busca-se colaborar para o estreitamento de laços com a escola através de experiências lúdicas e agradáveis que promovam aprendizados significativos, com vistas a instigar no público alvo a instauração de uma postura crítica e questionadora, naturalizando a dúvida e a ação de perguntar como grandes propulsoras dos processos de aprendizagem. Nessa perspectiva, este projeto de extensão objetiva desenvolver a criticidade em estudantes de quarto ano do ensino fundamental de uma escola pública de Venâncio Aires a partir de eixos temáticos que estimulam e valorizam a curiosidade imanente do ser humano. Por isso, a filosofia é a área do conhecimento principal neste trabalho que será desenvolvido interdisciplinarmente.

Palavras-chaves: Filosofia; Educação; Infância; Dúvidas.

1. INTRODUÇÃO

Esta proposta de projeto de extensão, ao valorizar e estimular características humanas essenciais relacionadas à curiosidade e à ação de questionar o mundo que nos cerca, busca instigar o desenvolvimento da criticidade em uma perspectiva leve e lúdica em que o público alvo é convidado a "brincar de pensar" a partir de eixos temáticos e questões provocadoras. Nesta perspectiva, a proposta tem como esteio a filosofia, enquanto área do conhecimento que interroga e busca refletir sobre as questões humanas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Levar essa perspectiva da filosofia para a escola a partir de um trabalho interdisciplinar, ressalta que este projeto alinha-se ao conceito de extensão que ancora as políticas do IFSul, qual seja "promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade". E, também, vai ao encontro da missão institucional, buscando concretizá-la a partir de pequenas práticas: "Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social" (IFSUL, grifamos).

Sendo assim, com o olhar voltado para a filosofia enquanto área do saber que interroga a realidade, a problemática que orienta essa proposta de extensão é: Como tornar a curiosidade, a dúvida e a pergunta elementos produtivos para o processo de compreensão e construção de conhecimento acerca do mundo, do meio social em que nos inserimos?

Pretende-se responder a essa problemática por meio de uma abordagem interdisciplinar, centrada na filosofia, que convide o nosso público alvo a “brincar de pensar” a partir de suas dúvidas, interrogações e curiosidades.

De outro lado, cabe ressaltar que o presente projeto de extensão, além de promover o pensamento e a produção científica por parte dos estudantes extensionistas, apresenta também ramificações articuladas e indissociáveis nas áreas de ensino e pesquisa. Isso porque, devido ao seu caráter teórico-prático, esta proposta envolve a construção de um percurso de pesquisa e planejamento de atividades de ensino a serem aplicadas quando da execução da ação de extensão.

Com o intuito de instigar o estudante a assumir uma postura ativa, participativa e comprometida com o processo de ensino-aprendizagem, a abordagem está ancorada em perguntas norteadoras amplas, que visam, também, promover uma articulação entre as áreas do conhecimento já referidas (componentes curriculares da área de Linguagens e Ciências Humanas), com amparo na Pedagogia da Curiosidade nos moldes freirianos.

Compreende-se essa metodologia pedagógica como uma síntese do processo de construção de conhecimento e da tarefa da educação que “em geral, não é tanto resolver, mas perguntar, e perguntar bem” (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 27). Isso porque “todo

conhecimento começa pela pergunta". Começa pelo que você, Paulo, chama de curiosidade. Mas a curiosidade é uma pergunta! [...] E somente a partir de perguntas é que se deve sair em busca de respostas, e não o contrário” (idem, p. 24).

As discussões e problematizações suscitadas ao longo da abordagem dos conteúdos buscam dar condições para que os estudantes respondam as perguntas provocadoras, construindo coletivamente respostas, percebendo o caráter coletivo do verbo aprender. Entende-se, pois, a aprendizagem como um processo de interação com o meio e com as pessoas, visando a construção de caminhos de compreensão e conhecimento acerca da natureza dos fenômenos e de como são significados socialmente. Aprender é sempre um caminho coletivo, porque mobiliza o nosso entorno e a realidade concreta que conforma as subjetividades:

Há perguntas que são mediadoras, perguntas sobre perguntas, às quais se deve responder. O importante é que esta pergunta sobre a pergunta, ou estas perguntas sobre as perguntas, e sobre as respostas, esta cadeia de perguntas e respostas, enfim, esteja amplamente vinculada à realidade, ou seja, que não se rompa a cadeia. Porque estamos acostumados ao fato de que essa cadeia de perguntas e respostas, que no fundo não é senão o conhecimento, rompe-se, interrompe-se, não alcança a realidade. O que exigimos é que, havendo perguntas mediadoras, elas sejam sempre uma ponte entre a pergunta primeira e a realidade concreta. Penso que o ato de perguntar, ou a própria pergunta, enquanto princípio de conhecimento, poderia ser compreendido em grupos concretos (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 27).

Também perpassa esses procedimentos metodológicos o objetivo de dar condições ao estudante de compreender o ato de questionar como necessário e produtivo, não apenas para o espaço escolar e institucional, mas como uma prática que constitui as identidades e a cidadania na contemporaneidade:

Saber perguntar-se, saber quais são as perguntas que nos estimulam e estimulam a sociedade. Perguntas essenciais, que partam da cotidianidade, pois é nela onde estão as perguntas. Se aprendêssemos a nos perguntar sobre nossa própria existência cotidiana, todas as perguntas que exigissem resposta e todo esse processo pergunta-resposta, que constitui o caminho do conhecimento, começariam por essas perguntas básicas de nossa vida cotidiana, desses gestos, dessas perguntas corporais que o corpo nos faz [...] (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 25).

Portanto, como esta ação de extensão interdisciplinar, baseada em perguntas provocadoras, procura-se colaborar para a realização de uma educação integral e cidadã.

Por fim, importante destacar que esta ação de extensão também promoverá o estreitamento de laços entre o IFSul, câmpus Venâncio Aires, e a sua comunidade externa, pois fará nossa instituição presente em outros espaços públicos de educação. Assim, este projeto

proporcionará uma intensificação da ligação entre Instituto e povo venâncio-airense, formando laços que tornam nossa instituição mais conhecida na cidade. Com isso, ao levar a instituição para outros espaços escolares, colaboramos para a ampliação potencial do público interessado em ingressar em nossos cursos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Esta proposta de ação de extensão caracteriza-se como projeto (item 2.5.2, PROEX Nº 02/2022), pois trata-se de um conjunto de atividades processuais contínuas de caráter educativo, científico e cultural a ser executado em uma escola pública da cidade de Venâncio Aires. Com isso, a proposta cumpre o conceito de extensão que ampara a política de extensão do IFSul como sendo aquela que “promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade”.

Ao buscar a interação e integração entre o câmpus Venâncio Aires e a sociedade, atenta-se para o contexto sócio-histórico decorrente da pandemia da Covid-19 no que se refere aos impactos do período de suspensão das atividades escolares e de ensino remoto nos processos de ensino aprendizagem em todos os âmbitos da Educação Básica.

Nos anos de 2020 e 2021, por longos períodos, a pandemia afastou alunos de seus ambientes de ensino, esvaziou as escolas e afetou, negativamente, os vínculos dos estudantes de todos os níveis da educação em relação aos seus ambientes de aprendizagem. Com a retomada das atividades presenciais e com o olhar sensível ao contexto social referido, esta proposta de ação de extensão também busca fortalecer os laços entre a escola e seus estudantes. Dessa forma, busca-se, inicialmente, estreitar laços afetivos dos membros da equipe executora com o IFSul - câmpus Venâncio Aires, e, nessa mesma linha, colaborar para a restauração de laços afetivos de nosso público alvo em relação a sua escola.

Nesse panorama, propõe-se uma ação educativa processual e contínua que proporcione vivências lúdicas, simples, agradáveis e significativas para o público alvo a partir do eixo central “brincar de pensar”. Para tanto, buscamos levar para o ambiente escolar do nosso público alvo conceitos da área da filosofia trabalhados a partir da Pedagogia da Curiosidade, naturalizando a postura curiosa e questionadora diante a vida e da sociedade.

Na primeira etapa deste projeto de extensão, a qual corresponde aos dois primeiros meses da proposta (junho e julho), os membros da equipe executora realizarão atividades de pesquisa e planejamento. Cada estudante extensionista realizará pesquisas e relatórios de pesquisa acerca dos temas, conteúdos e áreas determinadas pelo professor coordenador, conforme divisão de tarefas combinada em reunião inicial do projeto. Serão realizadas reuniões semanais para acompanhamento das atividades desenvolvidas, bem como organização e planejamento das tarefas a serem realizadas por cada estudante extensionista.

Em seguida, as pesquisas realizadas embasarão o planejamento e organização das atividades de ensino a serem executadas ao longo da ação de extensão. Com isso, a realização deste projeto envolverá atividades de pesquisa e escrita por parte de todos os estudantes extensionistas. Também serão realizadas reuniões semanais para acompanhamento das atividades desenvolvidas, bem como organização e planejamento das tarefas a serem realizadas por cada estudante extensionista.

Quanto à execução desta ação de extensão, nosso objetivo não é sobrecarregar o público alvo com conteúdos, mas promover experiências lúdicas e significativas no ambiente escolar. Em razão disso, as atividades de extensão serão realizadas por meio de encontros semanais com duração de duas horas aulas com cada turma, durante os meses de setembro, outubro até meados de novembro.

No primeiro encontro serão apresentadas ao público alvo a proposta e todos os membros da equipe executora. Será contextualizada a abordagem teórico-metodológica a partir da perspectiva filosófica, visando dar condições para o público alvo compreender o que é filosofia e como essa área do conhecimento interroga a realidade e a existência humana. Como a curiosidade e a ação de perguntar podem ser muito importantes nos processos de construção do conhecimento acerca da realidade que nos cerca.

Após essa aula de introdução e de apresentação, as ações seguintes serão organizadas a partir de eixos temáticos, como por exemplo: O que é felicidade? De onde vêm as coisas e do que são feitas?; Quem sou eu e o que estou fazendo aqui?; entre outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de extensão apresentado através deste artigo não se encerrou e não se encerrará antes da feira. Em suma, tem-se no presente, resultados parciais que são deveras animadores. Baseado nas diversas discussões que houveram ao longo do projeto é perceptível a maneira como o público alvo passou a questionar o mundo ao seu redor e também a si mesmos. Vêm se mostrando mais críticos e indagadores, dispostos sempre a mudar de opinião no decorrer dos debates propostos. Diferente do início dos encontros, onde eles apresentavam opiniões já formadas e nem sempre por si próprios. Até o final do projeto espera-se que essa criticidade e posicionamento indagador só cresça e continue crescendo mesmo depois.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos até esse presente momento se mostram satisfatórios. Percebe-se nos encontros que as crianças se mostram cada vez mais abertas e participativas nos debates, com visões cada vez mais críticas quanto ao mundo que as cercam. Justamente o que era esperado, o projeto tem sido uma enorme fonte de alegria e orgulho.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Maria Teresa A.; ODA, Lucas Sanches. **Multiversos**: língua portuguesa. São Paulo: FDT, 2020.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- CORTELAZZO, Angelo Luiz [et al]. **Metodologias Ativas e Personalizadas de Aprendizagem**: para refinar seu cardápio metodológico. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- CUPANI, Alberto. **O que é filosofia?** Disponível em: <<https://lefis.ufsc.br/o-que-e-filosofia/>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Coleção Educação e Comunicação. Vol. 15. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

GONZAGA, Sergius. **Curso de Literatura Brasileira**. Porto Alegre: Leitura, XXI, 2004.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **O Instituto**. S/d. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/instituto>>. Acesso em: 21 out. 2020.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Org.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PALÚ, J. ; SCHÜTZ, J. A.; MAYER, L. (Org.). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

PRADO Jr., Caio. **O que é filosofia**. Coleção primeiros passos. N 37. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DIREITO À FELICIDADE:

uma experiência de extensão na Casa de Acolhimento de Venâncio Aires

Josiane Paula da Luz¹
Elisa Tayná Saueressig Tesche
Bárbara Correa da Silva
Bianca Gabrielle da Rosa

RESUMO

A ação de Extensão proposta teve como objetivo geral promover e desenvolver a inteligência emocional, qualidade de vida e acesso ao direito à felicidade para adolescentes e jovens da Casa de Acolhimento do município de Venâncio Aires. Pretendeu-se desenvolver as temáticas ansiedade, preocupação com o futuro e organização pessoal, utilizando-se uma metodologia mista, por meio de rodas de conversas com crianças e adolescentes, fundamentadas na teoria da psicologia positiva. Observou-se que a contribuição realizada aos adolescentes e crianças da Casa de Acolhimento perpassam as questões inicialmente planejadas. Além de contribuir no processo de conquista do direito à felicidade, por meio de conhecimento qualificado e reflexões sobre inteligência emocional, ocorreu um envolvimento afetivo entre equipe executora e público-alvo, estreitando-se laços, e, elevando-se assim, a qualidade de vida e bem-estar do público-alvo;

Palavras-chaves: inteligência emocional, psicologia positiva, Casa de Acolhimento,

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta de Extensão que tem como objetivo geral promover e desenvolver a inteligência emocional, qualidade de vida e acesso ao direito à felicidade para adolescentes e jovens, justifica-se por propor um enfrentamento a um problema que tende a estar agravado no atual contexto social, quer seja, a inteligência emocional. Em diferentes pesquisas já se constata o aumento do sofrimento psíquico dos jovens, interferindo em suas vidas como um todo, e por decorrência, afetando seu desempenho escolar.

Comportamentos – agravados pela pandemia e isolamento social (COVID-19) que demonstram ansiedade, medos, stress, tristeza, depressão, fobia social, procrastinação, culpas,

¹Todas as autores são do IFSUL, Câmpus Venâncio Aires;

entre outros, requerem um olhar, um repensar na prática docente, e também traz a reflexão de como os Institutos Federais poderiam auxiliar para que estes impactos sejam minimizados, onde os projetos de extensão pode contribuir neste enfrentamento, assumindo grande relevância.

É recorrente em muitas reuniões pedagógicas do IFSul vir à tona como as questões emocionais de sofrimento psíquico interferem e prejudicam os aspectos da aprendizagem e da vida em geral dos estudantes. Também, inúmeras vezes se discute sobre a importância da instituição escolar buscar estratégias que promovam um auxílio neste sentido aos estudantes e muitas ações já são realizadas pela equipe multidisciplinar do Campus, que possui grande demanda neste sentido.

Além disso, o Projeto de Pesquisa, coordenado pela proponente que se encontra em andamento: “Direito à felicidade para jovens: desafios e possibilidades pós-pandemia”, trouxe questões que precisam ser consideradas. O questionário foi aplicado em março/2021 aos estudantes do 3º e 4º ano do Ensino Médio (EM) do Campus Venâncio Aires.

Em um universo de 106 respondentes, onde podiam assinalar mais de uma alternativa, que tinha como objetivo identificar os principais entraves e emoções nocivas dos estudantes do ensino médio do Campus Venâncio Aires, 86 citaram que possuem problemas com o sono (insônia e/ou excesso de sono durante o dia), 79 apontaram que lhes falta organização pessoal, 77 mencionaram preocupação com o futuro, 67 apontaram cansaço, 63 reportaram dificuldade de concentração, 57 disseram estar com falta de ânimo, dentre outras respostas.

Quando questionados sobre quais emoções estes sentimentos lhes causavam, 76 estudantes mencionaram a ansiedade, 67 citaram nervosismo, 64 sentem angústia, 59 relataram a insegurança, 51 disseram sentir medo, dentre outras reações. Os estudantes foram convidados a citar quais as ferramentas de auxílios que pudessem ser utilizados para ajudar a enfrentar as situações descritas nas questões anteriores. Neste caso, grande parte dos estudantes sugeriram palestras e conversas (28/106), muitos não sabiam ou não responderam (27/106), além de um grupo significativo sugerir grupos de apoio (15/106), dentre outras questões.

A observação a estes resultados preliminares, referentes aos estudantes do Câmpus Venâncio Aires, evidenciam a problemática e aponta que ações de extensão que possam contribuir neste sentido são urgentes e necessárias, discutindo esses assuntos por meio de

palestras e conversas, que pode ser feito com um público mais amplo e ainda com mais necessidade, como é o caso do público da Casa de Acolhimento.

A proposta pretende atender crianças, adolescentes e jovens do município de Venâncio Aires, que frequentam a Casa de Acolhimento, cujo enfoque no atendimento são crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, pois entende-se que trata-se de um público que possa ter suas emoções ainda mais afetadas, tendo em vista a situação de vulnerabilidade que se encontram.

Entende-se que o indivíduo consegue se desenvolver e se relacionar minimamente na sociedade se em primeiro momento ele estiver bem emocionalmente. Não há como esperar um bom desempenho acadêmico, inovação e criatividade, caso este indivíduo esteja em estado de sofrimento psíquico.

Durante a pandemia, o número de pessoas cuja saúde mental é afetada tende a ser maior que o número de pessoas afetadas pela infecção, explica Ornell (2020), que também detalha em seu estudo que tragédias anteriores mostraram que as implicações para a saúde mental podem durar mais tempo e ter maior prevalência que a própria epidemia e que os impactos psicossociais e econômicos podem ser incalculáveis se considerarmos sua ressonância em diferentes contextos.

Sendo assim, pode-se compreender a relevância social que o presente projeto assume, uma vez que buscar desenvolver a inteligência emocional das crianças, adolescentes e jovens, e irá trazer benefícios que transcendem aqueles diretamente recebidos individualmente. Um jovem que tem qualidade de vida pois está bem consigo mesmo, vai irradiar isso para seus espaços de convivência, formando uma rede de bem estar na sua casa, grupo de amigos, escola e ambiente de trabalho, ou seja, um jovem com inteligência emocional vai acessar seu direito à felicidade, vai ser mais criativo, contribuindo em vários aspectos para que a sociedade na qual está inserido também possa ser um lugar melhor para se viver e conviver, sendo de grande relevância social o desenvolvimento desta ação de extensão.

A necessidade de desenvolver o projeto proposto já era notória pelos motivos já expostos, destacando-se o crescente aumento de sofrimento psíquico entre os jovens apontados por vários estudos e seus efeitos e interferência na vida escolar dos mesmos. Ocorre que com o advento

da pandemia que ora é vivenciada (COVID-19) e a necessidade de isolamento social, pesquisadores como Barros-Delben (2020) e Ornell (2020) já sinalizam que as situações envolvendo sofrimento emocional e seus desdobramentos tendem a ser agravados por esta situação. Os pesquisadores têm destacado em estudos preliminares que o grande “conteúdo” a ser desenvolvido com os estudantes (e por que não com servidores e toda a sociedade) deverá ser a inteligência emocional, visto a necessidade que se terá de desenvolver este tema com os adolescentes e jovens.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O ser humano é por natureza inquieto. Está sempre em busca de algo. Pode-se compreender que deseja muitas coisas de natureza diversa, que tem como pano de fundo a busca da felicidade e do bem-estar. Uma busca incessante em todas as idades, regiões, classes sociais e culturais diversas: todos desejam a felicidade ou, em alguma medida, bem-estar, qualidade de vida e inteligência emocional. Embora não esteja expresso na legislação, doutrinares e a jurisprudência brasileira têm construído a tese do direito à felicidade, que se retomará na sequência.

Ocorre que essa busca pela felicidade tem sofrido séria interferência não só no Brasil, mas no mundo, por ocasião da pandemia que se enfrenta (COVID-19). O aumento de casos de sofrimento psíquico que já se apresentava entre jovens, com o advento da pandemia e isolamento, tendem a aumentar: muitas famílias no mundo tiveram a necessidade de readequar suas rotinas, trazendo mudanças profundas e não planejadas no que se refere aos estudos, lazer e cuidados com os filhos, novas formas e relações de trabalho, preocupação e medo do contágio, etc.

O fechamento do comércio e de instituições de ensino em todos os níveis nas redes pública e privada, instabilidade de funcionamento - associado ao número excessivo de informações sobre o COVID-19 na mídia eletrônica e nas redes sociais, tendem a produzir um ambiente de tensão e insegurança generalizada em território nacional (BARROS-DELBEN et al., 2020).

No momento da escritura deste artigo, o Brasil registrava aproximadamente 15.300.000 (quinze milhões e trezentos) casos de COVID-19 e 426.000 óbitos (quatrocentos e vinte e seis mil) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021), já no mundo se tinha aproximadamente 160.000.000 (cento e sessenta milhões) casos e 3.320.000 (três milhões, trezentos e vinte mil) óbitos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

Com esse contexto, o medo aumenta os níveis de ansiedade e estresse em pessoas saudáveis, e, naqueles indivíduos com transtornos psiquiátricos pré existentes, este quadro é intensificado, explica Ornell (2020) Também acentua-se a manifestação de tédio, frustração e a sensação de isolamento é ampliada, fazendo crescer o medo de contaminação e outros receios e angústias relacionados à duração dos suprimentos, aos prejuízos econômicos e o desencontro, a insuficiência e a incoerência de informações (BARROS-DELBEN et al, 2020).

Neste contexto, contribuir para a conquista do direito à felicidade, assume maior destaque, uma vez que anteriormente à pandemia já havia o desejo dos indivíduos de se ter acesso à saúde, à educação, à segurança, ao trabalho, à moradia, entre tantos outros direitos assegurados que busca-se concretizar, que, em última análise refletem o desejo de acessar qualidade de vida, bem estar e felicidade. Pode-se refletir que a felicidade decorre do dever do Estado de promover o bem de todos, assegurando o direito à liberdade, à vida, à igualdade e de garantir o respeito e a dignidade das pessoas.

Desta forma, mesmo que não esteja expresso na Constituição Federal (CF/1988), o direito à felicidade existe e precisa ser garantido a todos, não somente tendo-se o Estado como garantidor, mas garantido-se que cada indivíduo tenha condições de acessar ferramentas para buscar sua própria felicidade, tendo consciência que se trata de um direito fundamental do cidadão.

Para Leal (2013) o direito à felicidade tem sido a forma genuinamente brasileira de enxergar a dignidade da pessoa humana, que é a base da CF/1988, já que para os brasileiros, dignidade é felicidade, vista como o sentido da vida, que, segundo a própria Constituição, deve ter qualidade, segundo dispõe o art. 225, caput (BRASIL, 1988). O autor defende a ideia de que falar do direito à felicidade é falar das raízes do nosso constitucionalismo, sendo que a CF/1988 adora a nomenclatura bem-estar para se referir a este direito.

O autor também destaca que, sob a invocação do direito à felicidade, o STF assegurou direitos aos transgêneros assim como o TSE o fez quanto às mulheres transgênero e travestis, sendo uma forma de ajudar a cicatrizar feridas abertas na sociedade, protegendo-se juridicamente grupos vulneráveis. Leal afirma que a felicidade é um bem jurídico protegido constitucionalmente, inclusive vem aparecendo nos raciocínios jurídicos das decisões judiciais (LEAL, 2013).

Para além da concretização do direito formal à felicidade, promover bem estar, melhora na qualidade de vida dos jovens, desenvolvendo a inteligência emocional é algo que parece urgente na atual sociedade, que vive um agravamento das emoções nocivas, com a vivência do isolamento social provocado pela pandemia (COVID-19).

Goleman (2011) explica a importância da inteligência emocional, conceituando-a: “poder controlar o impulso emocional; interpretar os sentimentos mais íntimos de outrem; lidar tranquilamente com relacionamentos — como disse Aristóteles, a rara capacidade de ‘zangar-se com a pessoa certa, na medida certa, na hora certa, pelo motivo certo e da maneira certa’” (GOLEMAN, 2011, pág 27).

Desenvolver a inteligência emocional, que é um conceito novo e ninguém pode responder exatamente até onde vai seu alcance no curso da existência, explica Goleman (2011) transcende os benefícios a outras áreas de suas vidas, melhorando a capacidade de criar motivações para si próprio e “persistir num objetivo apesar dos percalços; de controlar impulsos e saber aguardar pela satisfação de seus desejos; de se manter em bom estado de espírito e de impedir que a ansiedade interfira na capacidade de raciocinar; de ser empático e autoconfiante” (GOLEMAN, 2011, pág 63).

Observa-se que melhorar a gestão das emoções tem se revelado uma importante habilidade a ser desenvolvida e aprimorada no decorrer de uma existência inteira, defende Cury (2013). O autor explica que algumas pessoas desconhecem seu Eu, e com isso suas emoções, gerando, ao longo do tempo, transtornos psicológicos, como a ansiedade e depressão. Cury (2013) afirma que é necessário autoconhecimento, e, conseqüentemente, conhecer suas emoções, para, assim, poder lidar e conviver com elas de forma mais equilibrada.

Conforme Moutinho (2009), os indivíduos são formados por crenças que os separam de sua essência, porém, ao buscar respostas para três questões fundamentais, poderemos encontrar a chave do que pode ser considerado realmente o nosso eu: “Quem sou eu?”, “Quem são os outros?” e “O que faço no mundo?”. De acordo com a autora, será possível responder essas questões quando se acreditar que as pessoas não são os rótulos que colocam nelas e sim o que a essência desta pessoa diz, sendo que as emoções de cada um interferem diretamente no meio exterior, afetando o indivíduo diretamente, podendo mudar inclusive seu destino.

De acordo com Pinto et al. (2018), antes mesmo de acontecer a pandemia (COVID-19) o agenciamento de educação em saúde nas escolas já era considerado necessário através da implementação de programas que tem como objetivo promover a qualidade de vida e bem-estar dos adolescentes, utilizando desses recursos como ferramentas de prevenção para sintomas depressão. Os pesquisadores entenderam que já em 2018 será necessário investir em pesquisas e intervenções que reúnam informações para elaboração de estratégias de promoção de qualidade de vida e bem-estar.

Neste contexto, a necessidade de fomentar ações de extensão e pesquisa nesta área revela-se ainda maior, pois além dos impactos biológicos e econômicos, a pandemia e seus reflexos repercutem significativamente na saúde mental, especialmente em razão do temor pela exposição ao contágio, ao adoecimento e à morte, pelas situações de quarentena e isolamento social, e isso tende a intensificar sintomas de transtornos em saúde mental (BARROS-DELBEN, 2020).

Ornell (2020) informa que pacientes infectados com COVID-19 (ou com suspeita de infecção) podem sofrer intensas reações emocionais e comportamentais, como medo, tédio, solidão, ansiedade, insônia ou raiva, e que estas condições podem evoluir para transtornos, sejam depressivos, ansiedade (incluindo ataques de pânico e estresse pós-traumático), psicóticos ou paranoides, e podem até levar ao suicídio, tendo-se todo este quadro agravado em indivíduos em quarentena, cujo sofrimento psicológico tende a ser maior, explica o pesquisador.

No Brasil, os desafios atrelados às estratégias de mitigação dos riscos à saúde mental são ainda maiores e evidentes e emergem questões delicadas a serem enfrentadas (BARROS-DELBEN et al., 2020) e há quem diga que cuidados com a saúde mental podem esperar e que os esforços devam se concentrar em manter a vida. Porém, a saúde mental é justamente uma

das chaves para que se atravessasse por essa nova pandemia e tudo que ela implica em curto, médio e mesmo longo prazos, desde a crise potencial de provimento de serviços de saúde até a ajuda na preservação e na reconstrução de uma sociedade pós pandemia, sendo a agenda da saúde mental urgente e fundamental, sendo um sustentáculo para a resiliência de uma nova sociedade pós-pandemia (SILVA, et al, 2020), cabendo às instituições de ensino, pesquisa e extensão se envolver também neste debate, enfrentamento e propositura de intervenções.

O COVID-19 trouxe o aceleração das discussões que já eram urgentes de serem enfrentadas, como é o caso da propositura deste projeto de pesquisa que vinha sendo elaborado e pensado no decorrer do ano de 2019 e no presente momento encontra sua justificativa fortalecida. Braz (2020) entende que a pandemia vem para romper alguns paradigmas, uma vez que “desferiu um golpe na megalomania e no narcisismo imperante nos discursos do universo corporativo e se apresentou como um convite à razão dialética”,(BRAZ, 2020, pág. 124), emergindo a necessidade de um repensar sistêmico diante de todos os reflexos que advêm da pandemia e o compromisso de cada cidadão e instituição neste processo.

Nesta perspectiva, a presente ação de extensão propõe-se a ser uma ferramenta de auxílio nas principais dificuldades encontradas pelos jovens quando o assunto são as emoções no contexto de pós-pandemia. Assim, se buscou levar informação qualificada, discutir estes assuntos e ouvi-los, definindo estratégias que possam auxiliar a encontrar caminhos para a superação destas dificuldades, objetivando ao final a efetivação do direito à felicidade. Se elegeu inicialmente três assuntos que se destacaram nos resultados da pesquisa: ansiedade, preocupação com o futuro e organização pessoal. Trata-se de uma ação interdisciplinar, que vai ter suas bases jurídicas, conceitos da psicologia e gestão, na busca do direito à felicidade, com seus desafios e na busca por possibilidades.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Em uma primeira etapa a equipe realizou um estudo sobre as temáticas a serem trabalhadas como ansiedade, preocupação com o futuro, organização pessoal e psicologia positiva, para que os estudantes tivessem embasamento para realizarem as intervenções

previstas com o público-alvo. Isto envolveu leitura de artigos científicos, livros e e-books sobre as temáticas, bem como a realização de síntese e fichamento desse material que foi socializado e debatido com a equipe executora.

Dentre as ações e dinâmicas, estavam previstas:

- Roda de conversa com distribuição de frase do dia;
- Escrita criativa sobre emoções e valores sentimentais;
- Conversa sobre autoestima;
- Desenhos explorando criatividade;
- Roda de música com violão;
- Assistir filme com pipoca;
- Giz para desenhos no muro;
- Jogos de tabuleiro;
- Atividade física;
- Leitura de livros e frases motivacionais;
- Brincadeiras infantis/antigas no pátio externo;
- Desenhos relacionados ao filme e sobre crenças;
- Jogo sobre psicologia positiva;

Ressalta-se que as atividades necessitam ajustes, tendo em vista as características e especificidades do público-alvo envolvido;

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a execução do projeto foram enfrentados alguns desafios, tanto na agitação das crianças, elas quererem a todo momento estar em movimento, trocando de atividades frequentemente, e foi um desafio elaborar atividades para as crianças, que foi o público que mais nos desafiou. Lidar com adolescentes foram uma prática mais fácil e leve por entendermos os sentimentos melhor deles, por também sermos jovens e termos os mesmos sentimentos.

Foi desafiador orientar e criar diversas brincadeiras e atividades diferentes, inclusive algumas que a equipe não conhecia, jogos que nunca jogamos, falar de assuntos que frequentemente não falamos. Também foi uma grande dificuldade aprender a ter pulso firme, lidar de forma séria e impor limites, e aprendermos que limites não trazem consequências ruins afinal são necessários e podem melhorar uma relação.

Nem sempre é fácil ter foco, dedicação, e estudar um assunto totalmente diferente e novo, tivemos que enfrentar longos dias e longas semanas de estudos, preenchendo documentos no drive, estudando métodos, atividades, aprender sobre o espaço do projeto e demais assuntos.

Dentre os principais resultados obtidos, o mais relevante foi perceber que o público-alvo necessitava atenção e cuidado, algo tão básico, mas que para eles, isto fora em algum momento negligenciado. São crianças e adolescentes que precisam estabelecer e fortalecer vínculos afetivos, para que se sintam pertencentes a um grupo, e isso visivelmente trazia bem-estar e felicidade a eles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que os resultados foram muito positivos, pois se estabeleceu laços de afetividade e carinho no decorrer da execução do projeto. Distribuímos conhecimento, muito afeto e atenção que é uma das coisas que as pessoas da Casa de Acolhimento necessitavam. Fizemos muitas brincadeiras que agregaram diversão e muitas partes do projeto puderam ensinar não somente sobre psicologia positiva como outros ensinamentos também, trazendo muita experiência para as executoras do projeto e para os que participaram da casa.

Para as próximas etapas, a equipe executora, tem a intenção de continuar as ações, sendo voluntárias em asilo e na Casa de Acolhimento. No asilo para podermos distribuir afeto e muitas brincadeiras, rodas, música e diversão para essas pessoas. E na Casa de Acolhimento para uma continuação desse mesmo projeto, de forma que possamos acompanhar o crescimento das crianças e adolescentes, podermos continuar ajudando as cuidadoras da casa, e compartilhar momentos bons com os mesmos do projeto.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, E. M. **Como ordenar as ideias**. 8 ed., editora Ática, 2004.

ROBERT I. Sutton; BARRY M. Staw. What Theory is Not. In. **Administrative Science Quartely**, v. 40, n. 3, 1995.

INSERÇÃO DIGITAL: ênfase em rotinas administrativas

Alice Fengler Hickmann²
Eduarda Kroth³
Isabele Keller⁴
Raíssa Camille Juchem⁵
Jaqueline Silinske⁶
Josiane Paula da Luz⁷

RESUMO

Com a crescente utilização do meio digital, buscar auxiliar no processo de inserção digital da comunidade interna e externa do IFSUL é uma necessidade. Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados parciais do projeto de extensão intitulado “Inserção Digital: ênfase em rotinas administrativas” que consiste no desenvolvimento de aulas de informática básica com ênfase em rotinas administrativas para egressos, desistentes do Curso Técnico em Secretariado e público em geral. As aulas simulam necessidades corriqueiras ao manusear um computador nas rotinas administrativas, favorecendo os mesmos em diferentes âmbitos, como educacional, profissional e social, buscando a autonomia e desenvolvimento do cidadão.

Palavras-Chave: Inserção. Educação. Informática básica.

1 INTRODUÇÃO

A cada dia que passa as tecnologias estão evoluindo e tomando espaços em nossa sociedade e cultura. Devido a este rápido desenvolvimento, diariamente há o surgimento de novas plataformas que procuram ser inseridas no cotidiano nessa era digital. Além do lazer, muitas tecnologias possibilitam uma forma mais simplificada, dinâmica e eficiente de realizar

² alicehickmann.va219@academico.ifsul.edu.br, IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

³ eduardakroth.va472@academico.ifsul.edu.br, IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

⁴ isabelekeller.va367@academico.ifsul.edu.br, IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

⁵ raissajuchem.va316@academico.ifsul.edu.br, IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

⁶ jaquelinesilinske@ifsul.edu.br, IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

⁷ josianeluz@ifsul.edu.br, IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

ações em nossas rotinas. Porém, por estas terem surgido ao longo das décadas e inicialmente, e até hoje, possuem um valor elevado, poucas pessoas têm acesso e contato diário às mesmas.

A proposta do projeto de extensão de desenvolver aulas de informática básica visando a autonomia no meio digital surgiu de relatos do público adulto, estudantes do Câmpus Venâncio Aires, como também da comunidade externa, sobre as dificuldades de entendimento e manuseio de instrumentos tecnológicos como computadores, que atualmente são fundamentais em muitas áreas profissionais. Para tanto, as aulas possuem o objetivo de simular necessidades de utilização de meios tecnológicos e de proporcionar inserção de forma a atender as necessidades dos estudantes a fim de melhorar suas práticas como cidadão e em seu ambiente profissional.

Sendo assim, é imensurável a relevância e os benefícios que as aulas proporcionam para o dia-a-dia dos participantes. Eles possuem tempo dedicado à aprendizagem e conhecimento sobre uma das áreas que mais transforma a vida de uma sociedade. Desta forma, considera-se que as aulas cumprem suas finalidades de inserir cada vez mais pessoas neste mundo tecnológico em constante mudança.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a Revolução Industrial no século XVIII, as tecnologias começaram a se desenvolver e até hoje evoluem em grande proporção, com isso a cada dia há a inserção de novas plataformas e por consequência a sociedade precisa se adequar às mesmas.

Através da presença das tecnologias atuais em nossa cultura, desperta-se a necessidade de domínio dessas ferramentas para que as pessoas se insiram nesta nova era digital, que tende a evoluir inesperadamente.

Cada vez mais poderoso em recursos, velocidade, programas e comunicação, o computador nos permite pesquisar, simular situações, testar conhecimentos específicos, descobrir novos conceitos, lugares, ideias. Produzir novos textos, avaliações, experiências. As possibilidades vão desde seguir algo pronto (tutorial), apoiar-se em algo semidesenhado para complementá-lo até criar algo diferente, sozinho ou com outros (MORAN, 2000, p. 44).

As tecnologias proporcionam variadas funções. Um computador nos oferece diversas ferramentas úteis e muitas vezes necessárias, algumas básicas e outras mais complexas, auxiliando em atividades educacionais, profissionais e também de lazer. O computador pode ser considerado como uma máquina eficiente, pois tem a capacidade de instantaneamente criar, modificar ou deletar algo conforme nossa necessidade.

O computador no âmbito educacional se faz necessário para aprender e explorar novos conhecimentos de maneira mais rápida, se comparado com o papel. No âmbito profissional também auxilia em processos que manualmente tomariam uma considerável proporção de tempo de expediente, além de trazer alternativas para automatizar determinados trabalhos físicos, reduzindo os mesmos.

Na área de lazer, verifica-se índices que proporcionaram indagações. No Brasil soma-se hoje que tenham 116 milhões de pessoas conectadas à internet, ou seja, cerca de 64,7% de toda a população, conforme dados da pesquisa de 2016 do IBGE. O manuseio dos computadores pela população acaba sendo realizado muitas vezes apenas para uso da internet, tendo suas atribuições restantes como desconhecidas.

Desse modo, o projeto de extensão “Inserção Digital: ênfase em rotinas administrativas” surgiu em função do diagnóstico de que parte dos estudantes do Curso Técnico em Secretariado possuem dificuldades em manusear o computador, instrumento fundamental de trabalho desta área profissional, para realizar os trabalhos propostos em aula, sendo que a maioria deles, possuem redes sociais e acessam a internet diariamente, porém, pelo celular e não pelo computador.

Por se tratar de um público adulto, percebe-se que os estudantes do Curso Técnico em Secretariado encontram-se, em grande parcela de seu tempo, nas suas respectivas atividades profissionais, o que implica em uma rotina intensa, relacionada a questões familiares e profissionais. Por conta desses fatores, proporcionar aos mesmos um espaço onde consigam aperfeiçoar suas habilidades com a informática, de certa forma se torna, além de uma necessidade, uma questão terapêutica.

Alguns estudantes concluem o curso técnico sem ter o aprofundamento nesta área do conhecimento, ou sem ter a prática necessária, por consequência da falta de computadores em suas residências e também, pela falta de exploração de quem os possui.

Para dar conta desta problemática, o projeto de extensão, com ênfase em rotinas administrativas, tem atividades e exercícios que podem contemplar estas temáticas correlatas. De acordo com Chiavenato (2010) administrar uma organização é o processo de criar ações para alcançar os objetivos da Instituição, trabalhando com e através de outras pessoas, considerando os recursos limitados em um ambiente em constante alteração. Pereira e Libório (2016) citam que este plano de ação deve contemplar as funções da administração que são: planejamento, organização, direção e controle.

Esta administração por meio de pessoas torna-se um processo que é ao mesmo tempo influenciador e influenciável pelas circunstâncias ambientais. Isto implica em dizer que as condições culturais de uma sociedade afetam a estrutura de uma organização, da mesma forma que os aspectos tecnológicos exercem influência sobre a forma com a qual a organização irá se estruturar (BARALE E SANTOS, 2017).

De acordo com Hall (1994) as condições tecnológicas apresentam uma qualidade que consiste em novas ideias começarem a circular a ponto de tornarem-se parte do ambiente. O autor argumenta que são exemplos destas condições tecnológicas a própria informática, as inovações da engenharia, mas também as novidades em termos de direção e administração. O autor defende que independente do mecanismo utilizado, a organização toma ciência dos desenvolvimentos da tecnologia e alteram sua estrutura.

Estes aspectos do ambiente tecnológico somados ao conceito de administração em que as pessoas são peça fundamental para as empresas alcançarem seus objetivos institucionais, fazem com que a capacitação das pessoas que estão inseridas na gestão das empresas seja indispensável.

Levando em conta tais aspectos, considera-se de extrema importância a aproximação destas áreas. Indivíduos se fazem mais organizados em certos aspectos com a soma da tecnologia. Como cita Sabino (2004):

O indivíduo é um dos atores parceiros deste processo por ser o responsável por várias ações de planejamento, organização e controle das organizações. Em função de tais atribuições, as pessoas não podem estar às margens do ambiente tecnológico. Esta aproximação entre este ator e a tecnologia passa primordialmente pelo domínio dos conceitos básicos de informática.

Sabe-se que o não uso da informática veta o acesso a informações importantes por parte de todas as pessoas. Assim, o projeto de extensão se caracteriza, então, por possibilitar uma transformação profissional e, sobretudo, social. Busca-se a inclusão dos participantes em meio a sociedade, tornando o computador e suas ferramentas um meio acessível por todos os integrantes, para que os mesmos possam ter autonomia e o discernimento de tudo que a informática, juntamente da internet, pode lhes proporcionar, e ver o quão elas estão presentes em nossas rotinas.

Ressalta-se ainda que a internet utilizada da maneira adequada, pode ser uma ferramenta transformadora para exercer a democracia e garantir seus direitos como cidadão. Redes sociais e outras plataformas digitais vêm sendo usadas há tempos para dar voz também àqueles que nunca puderam falar, disseminar culturas alternativas, tornar a educação mais acessível e servir como ponto de encontro para discussões construtivas. Além disso, o acesso do computador por todos acaba se configurando como uma maneira de impulsionar o desenvolvimento econômico, social e político das nações, contribuindo para o progresso da humanidade como um todo.

O projeto de extensão “Inserção Digital: ênfase em rotinas administrativas”, além de atender parte dos estudantes do Curso Técnico em Secretariado, também se estende para a comunidade externa. Isso porque, quando a comunidade externa é atendida por um projeto de extensão, como é o presente caso, precisa ser ouvida para que se possa atendê-la a partir de suas necessidades, e não somente a partir de um desejo do coordenador em desenvolver um projeto. Este é o verdadeiro sentido de uma atividade de extensão: que ela seja realizada COM a comunidade, e não somente PARA a comunidade. Neste sentido, buscou-se ouvir os cidadãos que circundam o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL), Câmpus Venâncio Aires, por intermédio do presidente da Associação de Bairro Primavera, bairro vizinho ao Câmpus. O representante da comunidade trouxe relatos acerca das necessidades na área da inserção digital das pessoas que residem no bairro, em diálogos informais que inclusive motivaram a propositura do projeto de extensão “Inserção Digital: ênfase em rotinas administrativas”.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto teve início com o estudo do tema “inserção digital” pela equipe executora e qual a abrangência que se pretende ter com o mesmo, isto inclui estudar e discutir sobre quais as reais necessidades do público alvo que se pretende atingir, quais os assuntos que se deve dar mais ênfase ou trabalhar com maior profundidade. Em síntese, há dois grupos de públicos alvo que foram envolvidos: i) egressos e desistentes do Curso Técnico em Secretariado, modalidade Proeja; ii) interessados da comunidade em geral de bairros próximos.

Após o período de inscrições, o projeto de extensão tomou andamento através das aulas ministradas pelos estudantes voluntários no IFSUL, Câmpus Venâncio Aires, aos egressos e desistentes do Curso Técnico em Secretariado, modalidade Proeja e a comunidade externa interessada, especialmente do Bairro Primavera e Universitário. As atividades são orientadas pelos professores da área profissional, juntamente com os estudantes voluntários, que definem os conteúdos prioritários e os exercícios práticos que devem ser desenvolvidos. As aulas ocorrem das 19h até às 22h, semanalmente nas segundas-feiras para o público externo e nas sextas-feiras para os alunos do Curso Técnico em Secretariado.

De modo sintético, se pretende até o fim do projeto de extensão desenvolver os seguintes conteúdos: Manuseio e criação de pastas e arquivos; Criação do gmail e exploração de algumas de suas ferramentas; Uso das funcionalidades já aprendidas com revisão da edição do texto inserindo as normas padrões: estilos de formatação mais utilizados. Tabelas e imagens. Utilização da ferramenta Google Drive com criação de documentos online e anexo de arquivo do computador. Navegação na internet: como pesquisar um texto, imagens, vídeos, compras, downloads diversos, copiar textos da internet. Estes conteúdos estão sendo passados utilizando as ferramentas disponibilizadas pelos Google, como o Google Docs (equivalente ao Writer no LibreOffice e o Word no Windows) e o Google Sheets (equivalente ao Calc no LibreOffice e o Excel no Windows). Considera-se esta escolha uma forma ensinar e mostrar que todos os trabalhos, arquivos, fotos, entre outros podem ficar todos guardados em apenas um local e terem a possibilidade de acesso em qualquer computador através da internet. Se der tempo (explicar como surgiu a internet). Redes sociais e comportamento digital: reflexões essenciais; Introdução ao Google Sheets (Excel), gráficos e fórmulas; Introdução ao Google Slides (Power

point); Construção de esquemas (organograma) utilizando o paint e Corel Draw. Noções básicas de hardware. Componentes de um gabinete. O que é uma CPU (Processador).

No decorrer das aulas ocorre a realização de exercícios que são enviados a um e-mail do Projeto para que a equipe executora possa acompanhar a evolução do grupo. As aulas são expositivas, ministradas com auxílio de apresentação de slides, de forma detalhada e explícita, utilizando atividades para praticar e facilitar o entendimento dos alunos. Um dos estudantes voluntários conduz a aula e os demais auxiliam e tiram as dúvidas dos participantes.

Além disso, a equipe executora realiza reuniões para avaliar e definir o andamento do projeto, os assuntos a serem abordados, bem como estudar e planejar as futuras ações, buscando diagnosticar conteúdos que sejam mais significativos aos participantes de acordo com o perfil da turma.

4 RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

Até o presente momento, já foi realizado grande parte das aulas e desenvolvido os seguintes conteúdos: criação, junto dos participantes, de um gmail novo, que é utilizado em todas as aulas, além de explorar suas ferramentas e funcionalidades; Exploração das ferramentas de outras plataformas do Google utilizadas em aula, como o Google Docs, que utilizado para revisão, edição de texto, formatação e normas padrão; o Google Sheets, utilizado para a criação de tabelas, gráficos e fórmulas; e o Google Drive para o armazenamento de arquivos. Também foi explorado funções básicas de computadores para a criação de pastas, arquivos compactados e teclas de atalho de “copiar e colar”; navegaram na internet para a exploração de pesquisa de texto, imagens, vídeos, compras, a fim de realizarem o download dos mesmos; Durante as aulas também foi explicado alguns assuntos que surgiram como dúvidas dos participantes como o que são os vírus e como evitá-los, a utilização do WhatsApp Web e conceitos sobre a internet; Ao longo dos próximos encontros, se der tempo, pretende-se tratar sobre as redes sociais e introdução do Google Slides. Os outros conteúdos aqui descritos, como construção de esquemas no paint e Corel Draw e noções básicas de hardware, foram discutidos entre os organizadores e acredita-se que seriam complexos demais para a explicação em poucas aulas que ainda restam, já que ao longo dos encontros foi percebido a demora para a explicação de alguns assuntos considerados básicos.

. Antes e ao longo dos encontros foram encontradas algumas dificuldades, inicialmente na preparação dos conteúdos e como eles seriam abordados em aula de forma mais dinâmica e que pudesse ser entendido por todos. Para resolver este problema foi realizada uma conversa com os participantes a fim de entender suas reais necessidades e desenvolver aulas que incentivem os mesmos a participar e tirar suas dúvidas. Além disso, pelas aulas serem ministradas por alunas de informática, foram encontradas dúvidas de como explicar algo que fosse tão natural para as mesmas e totalmente diferente e desconhecido para os alunos. Para isso foi proposto aulas com passo-a-passos detalhados e repetições para fixação dos conteúdos.

Com a realização do projeto, ainda em andamento, já é perceptível um grande desenvolvimento de capacidades digitais do público alvo de forma autônoma. Entende-se que estimulando os participantes para agirem de forma autônoma, os mesmos já são capazes de trilhar os seus próprios passos. Com isto, apresentando informações específicas do computador, formas de utilização e como usar esta ferramenta a seu favor, o participante sente-se à vontade para seguir adentrando neste mundo digital. Assim, é possível perceber que o projeto de extensão tem gerado um impacto esperado na vida destas pessoas, pois em uma sociedade onde os computadores estão tão presentes, saber interagir com suas ferramentas e buscar o necessário já se faz um grande estímulo. Consequentemente foi potencializado a autoestima do público alvo, pois a mesma por muitas vezes se via abalada, resultante de uma exclusão social e/ou digital.

Em relação aos estudantes envolvidos no projeto, é possível citar uma extensão positiva nas suas visões sobre o mundo e a forma como desenvolvem a docência. Por se tratar de um público sem o total domínio do computador, na ação de ensinar isto aos mesmos, foi entendido que o desenvolvimento em relação à percepção do outro é gradativo. A partir das tarefas que cada um desempenha, foi e é possível desenvolver e ampliar habilidades como o senso de responsabilidade e paciência ao ensinar.

Com a execução das tarefas designadas para os estudantes percebe-se uma ampla contribuição para a formação complementar dos mesmos, uma vez que demandou e demanda estudo e reflexão prévia sobre o tema em questão – inserção digital e formas de ensinar este conhecimento aos adultos – tão importante na sociedade complexa que se vive.

O processo de escolha da melhor forma de ensinar o conhecimento trabalhado em aula, o planejamento e organização dos encontros também promoveu e promove nos estudantes sua

emancipação, desenvolvimento da autonomia e responsabilidade social, pois ao participar de todo este processo, foi e é perceptível que estão contribuindo para uma transformação social.

Por fim, a elaboração de relatórios finais proporcionará aos alunos voluntários uma intensa formação complementar, uma vez que está desenvolvendo sua capacidade de organização, escrita, responsabilidade com prazos, comprometimento com o Projeto e avaliação contínua do mesmo.

Desenvolvendo tais conceitos nos estudantes envolvidos, a mesma autonomia foi e é refletida na realização dos encontros do projeto. Assim, os mesmos motivaram e incentivaram o público alvo a serem autônomos, a buscarem meios e formas de resolução de problemas, tanto no meio digital quanto na vida profissional, e porque não, ser cidadãos melhores para uma sociedade tão carente destes valores, promovendo uma verdadeira interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento, o projeto, que continua em andamento, já apresenta grandes resultados por parte dos participantes, especialmente na confiança que cada um está desenvolvendo conforme o passar das aulas. Para eles, este momento de aprendizagem tornou-se significativo na semana, pois os mesmos estão desenvolvendo a autonomia e a curiosidade pelo mundo tecnológico, motivando a si mesmos a buscarem formas de resolução de problemas. Pelas aulas possuem um caráter dinâmico, simularem necessidades diárias na utilização de computadores em rotinas administrativas ou no mercado de trabalho no geral e terem a possibilidade de adaptação, os estudantes estão descobrindo meios práticos de utilizar a tecnologia em suas vidas, favorecendo-os em diferentes âmbitos da vida além do profissional.

Espera-se que os futuros estudantes possam impulsionar ainda mais este desenvolvimento através da inserção digital. Ainda, o projeto de extensão tem contribuído em demonstrar a possibilidade de tirar proveito dos instrumentos tecnológicos para nossas vivências diárias de forma prática.

Com a continuidade do projeto, espera-se que mais pessoas da comunidade, como também estudantes do câmpus, possam desenvolver suas habilidades com computadores, buscarem melhorar suas vidas profissionais e se sentirem parte do mundo digital. Além disso,

espera-se que estas aulas possam impactar ainda mais a vivência das pessoas e proporcionar confiança e auto-estima a aqueles que buscam ver oportunidades de crescimento no mundo tecnológico.

REFERÊNCIAS

BERALE, R.F; SANTOS, **B.R.** **Cultura organizacional**: revisão sistemática da literatura. Revista de Psicologia e Organização do Trabalho, v.17, n.2, p. 129-136, 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. - Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Anhanguera, 2010.

HALL, Richard H. **Organizações**: estruturas, processos e resultados. 8 ed. Rio de Janeiro Printice Hall do Brasil, 1994.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

Revolução Industrial - História da Revolução Industrial. Disponível em: <<http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-industrial.htm>> Acesso em: 11 nov. 2022.

SABINO, R. F. **Secretariado**: do escriba ao webwriter. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2004.

JORNALISMO NA ESCOLA:

a educomunicação como aliada no combate às *fake news*

Juliana Bencke*

Josiane Paula da Luz**

* Jornalista, especialista em “Educação: a pesquisa como princípio pedagógico” pelo IFSul Venâncio Aires.

**Mestre e doutora em Ambiente e Desenvolvimento, docente do IFSul Venâncio Aires. Professora orientadora.

RESUMO

Com o crescente compartilhamento de *fake news*, capacitar os adolescentes para que saibam identificar notícias falsas é uma necessidade. Este artigo analisa em que medida a educomunicação contribui com a formação de estudantes de 5º do Ensino Fundamental de uma escola pública de Venâncio Aires para que saibam diferenciar *fake news* de informações reais e reconheçam meios de comunicação fidedignos. A pesquisa tem como embasamento teórico os conceitos de educomunicação e *fake news* e sua interseção. Os resultados são oriundos de uma pesquisa-ação e da análise da percepção dos alunos, por meio da aplicação de um questionário e a realização de oficinas sobre o processo de produção jornalístico. A partir disso, constatou-se que a educomunicação pode contribuir para que estudantes consigam identificar *fake news*, a partir do conhecimento de elementos fundamentais em uma notícia, como a data, o veículo de comunicação e o jornalista que a divulgaram, e a fonte da informação.

Palavras-chave: educomunicação; *fake news*; Jornalismo; Ensino Fundamental

1. INTRODUÇÃO

O compartilhamento de *fake news* é um fenômeno crescente, que coloca em risco o acesso à informação de credibilidade e abrange públicos de diferentes faixas etárias, inclusive crianças e adolescentes, que estão inseridos nas redes sociais. Com o fluxo intenso de informações na internet, a disseminação de *fake news* se tornou parte da vida das pessoas e um fenômeno cada vez mais difícil de controlar.

Capacitar o público para que saiba identificar *fake news*, não compartilhe informações falsas e recorra a meios de comunicação fidedignos, é uma medida necessária. Nesse contexto, a educomunicação surge como uma estratégia de intervenção. Além de aproximar da escola o

tema que faz parte do cotidiano dos estudantes, a educomunicação pode contribuir com a formação de alunos adolescentes, que já estão inseridos nas redes sociais, como leitores capazes de reconhecer *fake news* e diferenciá-las de notícias verdadeiras.

Ao encontro disso, este artigo aborda a educomunicação e a formação de estudantes de 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Benno Breunig, de Venâncio Aires (RS), como leitores capazes de identificar *fake news*. Aprofundamento teórico, pesquisa-ação e análise dos resultados foram desenvolvidos a partir do objetivo central de compreender em que medida a educomunicação pode contribuir para que os alunos consigam diferenciar *fake news* de notícias verdadeiras. A observação de elementos básicos de uma notícia, como a fonte da informação, a data da publicação, o veículo de comunicação e jornalista responsável se destacam como formas de contribuir para essa diferenciação e combater a disseminação de *fake news*.

Para alcançar os resultados da pesquisa, buscou-se compreender as noções de educomunicação e *fake news*; identificar os conhecimentos de estudantes de 5º ano do Ensino Fundamental sobre *fake news*; trabalhar as temáticas de *fake news* e jornalismo com os alunos, por meio de oficinas de educomunicação; e, por fim, verificar em que medida as oficinas de educomunicação sobre o processo de produção jornalístico contribuem para a formação crítica de estudantes em relação às notícias.

A importância deste trabalho está na possibilidade de conhecer um caminho possível a partir da educomunicação, proporcionado por oficinas sobre o processo jornalístico, que aproximem os alunos da temática. A abordagem da problemática das *fake news* em sala de aula está prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, este trabalho pode inspirar tanto educadores quanto jornalistas a voltarem seus olhares para o tema, que é emergente, e a esse público-alvo, que já está inserido nas redes sociais e, automaticamente, no contexto de disseminação de notícias falsas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O uso da internet e a presença e interação nas redes sociais são práticas comuns entre crianças e adolescentes, com seus impactos positivos e negativos, incluindo o compartilhamento de *fake news*. Desse modo, a inserção do tema na sala de aula é uma forma de aproximar o dia a dia desses estudantes da sala de aula, estabelecendo a intimidade entre a experiência social e os saberes curriculares, como defende Freire (1996).

Em um cenário de crescente disseminação de notícias falsas pelas redes sociais, a abordagem sobre comunicação, jornalismo e *fake news* com adolescentes, por meio de oficinas de educomunicação, pode contribuir em um trabalho sobre o tema. Proporcionar esse contato com a temática pode auxiliar os alunos a olharem para uma situação com a qual convivem, muitas vezes sem perceber, e se tornarem cidadãos críticos que consigam identificar *fake news* e combatê-las.

O termo *fake news* se popularizou, nos últimos anos, à medida que a sociedade enfrenta um aumento significativo da divulgação de informações falsas pela internet. O debate público tem voltado as atenções sobre o tema, de forma mais intensa, desde as eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016, quando Donald Trump foi eleito. Em 2017, *fake news* foi eleita a palavra do ano pela editora inglesa Collins¹. No Brasil, o assunto passou a estar ainda mais em evidência com o pleito presidencial de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro.

Apesar da popularização do termo, mecanismos para evitar a disseminação de notícias falsas ainda são um desafio. Dourado (2020, p. 40) conceitua *fake news* como “um tipo específico de informação com potencial de gerar engano ou desinformação porque faz com que os indivíduos assumam como verdadeiro e real o que é mentiroso e falso.” Dessa forma, notícias falsas constroem versões inverídicas sobre o que aconteceu, mas, na maioria das vezes, convenientes tanto a quem as produziu quanto a quem as lê e compartilha.

Na construção do entendimento conceitual, o principal pressuposto é o de que *fake news* são relatos que pretendem se referir a fatos, isto é, buscam construir evidências de maneira deliberada, e têm como meta disputar sentidos baseados na ignorância ou desconhecimento sobre acontecimentos reais e promover a má informação (informação parcial, distorcida e incompleta) a partir de falsas suposições. (DOURADO, 2020, p. 40)

De acordo com a autora, as *fake news* se apresentam de diferentes maneiras, “a depender do contexto político, da temática abordada, do formato no qual são produzidas e das plataformas pelas quais são distribuídas” (DOURADO, 2020, p. 40). Assim sendo, podem tanto apresentar um formato que simula o de uma notícia real, publicada em um site noticioso, quanto terem um formato totalmente diferente, como em mensagens de WhatsApp, áudio e vídeos. “(...) *fake news* têm características básicas e próprias, porém também mutáveis e adaptáveis às inovações tecnológicas, como todo objeto eminentemente digital.” (DOURADO, 2020, p. 40)

Outro aspecto identificado por Dourado é que, geralmente, é possível encontrar, nas *fake news*, elementos textuais, como o uso do termo “urgente”, “exclusivo” ou o próprio pedido “compartilhe em seus grupos de WhatsApp”. Por meio desses elementos, a informação falsa se assemelha às notícias de última hora, atraindo a atenção do público. (DOURADO, 2020, p. 70).

Partindo do ponto de vista bakhtniano, Fante, Silva e Graça (2018) explicam que as *fake news* se apropriam das qualidades da notícia, enquanto gênero discursivo. Apesar de serem construídas “com regularidades linguísticas de forma e de conteúdo jornalístico, as notícias falsas estão passíveis de marcações ideológicas”, o que contribui com a identificação do leitor e, conseqüentemente, com a disseminação dessas informações.

Fagundes et al (2021) também afirmam que, entre as razões para o compartilhamento de *fake news*, um dos fatores preponderantes é a associação entre as notícias falsas e crenças, valores e posicionamentos políticos individuais. Dessa forma, compartilhar informações está ligado mais ao que a pessoa acredita do que à ignorância ou falta de informação sobre o tema.

Nesse sentido, o combate às *fake news* exige um trabalho de conscientização e formação crítica dos leitores, para que consigam identificar as notícias falsas e discernir o que é opinião pessoal do que é informação real. A educomunicação é um meio de abordagem do assunto, especialmente com foco no público-alvo estudante.

O trabalho de educomunicação se dá por meio da interface entre comunicação e educação. Soares (2021, apud CITELLI; NONATO; FIGARO, 2021, p. 164) observa que, embora a educomunicação não seja capaz de desarmar o complexo roteiro de produção e disseminação de *fake news* e terminar com elas, tem um papel fundamental, ao permitir “a ampliação da consciência coletiva sobre a natureza do problema, favorecendo as novas

gerações para que encontrem caminhos para sua autodefesa e a defesa da democracia.”

Conforme Soares (2011, p. 44), a educomunicação define-se como um “conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos.” As portas de entrada ao universo das práticas educacionais, de acordo com o autor, são denominadas áreas de intervenção, por meio das quais os sujeitos sociais passam a refletir sobre suas relações no âmbito da educação. A “educação para a comunicação” é a principal e mais antiga entre essas áreas.

A área da educação para a comunicação (...) tem como objeto a compreensão do fenômeno da comunicação, tanto no nível interpessoal e grupal quanto no nível organizacional e massivo. Volta-se, em consequência, para o estudo do lugar dos meios de comunicação na sociedade e seu impacto. Faz-se presente, entre outros modos, pela implementação de programas de recepção pedagogicamente organizados (media education, educación en medios), fundamentados na contribuição das ciências humanas. (SOARES, 2011, p. 47)

A ABPEducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (2022, informação digital) destaca que as práticas de educomunicação levam ao “fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e ao consequente exercício prático do direito universal à expressão”. Entre as principais possibilidades, por meio do trabalho com educomunicação, está a formação crítica para a leitura e a utilização dos meios de comunicação, o que a ABPEducom define como “o desenvolvimento de práticas de literacia midiática”:

O locus da prática educacional é a interface Comunicação/Educação, constituindo-se como um campo transdisciplinar de diálogo, garantidor de oportunidades para reflexões e ações voltadas ao planejamento e implementação de processos e produtos destinados, (entre outras metas): (...) ao desenvolvimento de práticas de “literacia midiática”, mediante exercícios que facilitem o entendimento e a análise do comportamento operacional dos meios de comunicação, bem como orientem o convívio com as mensagens midiáticas e seu uso no cotidiano da vida em sociedade. (ABPEDUCOM, 2022, texto digital)

Ainda, a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação estabelece como principais objetivos das práticas de educomunicação, a ampliação da capacidade de expressão; a melhoria do coeficiente comunicativo das ações educativas, transformando-as em práticas de diálogo social, a serviço da cidadania; o uso dos recursos da informação nas práticas educativas; e o protagonismo comunicativo dos sujeitos.

Todos esses aspectos se somam e reforçam o potencial das práticas de educomunicação como aliadas no combate às *fake news*. Para Costa e Romanini (2019, p. 72), frente à complexidade do fenômeno das *fake news*, são necessárias “medidas igualmente complexas, com abordagens transversais e multidisciplinares”, entre as quais a educomunicação é uma estratégia de intervenção.

Como campo teórico-prático emergente na interface entre educação e comunicação, com linhas de atuação que desenvolvem a apropriação crítica do conteúdo midiático, de forma participativa e criativa, a educomunicação tem um importante papel reservado (embora ainda timidamente ocupado) na busca de soluções para o problema das *fake news*.” (COSTA e ROMANINI, 2019, p. 72)

De acordo com os autores, “a educomunicação busca instruir o público sobre formas alternativas de comunicação, favorecendo a criação e o uso de canais populares de veiculação de mensagens, com autonomia.” (COSTA e ROMANINI, 2019, 74). Ao encontro disso, Teixeira (2020) elenca boas práticas de literacia midiática que podem ser utilizadas como parâmetro para o trabalho com estudantes adolescentes. Entre elas, desconfiar dos conteúdos, questionando a fonte e quem responde pela publicação, checar informações, refletir sobre a responsabilidade de quem dissemina notícias falsas e abordar o assunto em sala de aula e outros espaços educativos.

Para a autora, ainda que seja um conteúdo complexo, é possível trabalhar as notícias falsas desde o Ensino Fundamental. “Assim, quando o aluno chegar ao Ensino Médio, ele estará mais familiarizado com o assunto e contará com um senso crítico mais desenvolvido” (TEIXEIRA, 2020, p. 69). Além disso, ela pontua a importância do papel educacional da criança no grupo familiar.

Na mesma linha, Amaral et al (2021, p. 39) reforçam que a escola precisa “discutir o impacto das redes sociais, questionar e proporcionar vivências relacionadas a esse universo, sob pena de alargar ainda mais o fosso abissal que separa a vida escolar e a vida cotidiana”. Na visão dos autores, esse é um papel da escola, reconhecida como espaço para a construção e apropriação do conhecimento “e que tem como um dos principais papéis o de empoderar os alunos em relação à cidadania, ao desenvolvimento social e humano e à produção de bens culturais”.

Essa perspectiva vai ao encontro do que, já na década de 1990, antes da expansão da

internet e do fenômeno das *fake news*, Paulo Freire defendia. “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (FREIRE, 1996, p. 28). Esse entendimento está alinhado a uma ideia de educação que se contrapõe à educação bancária – na qual os estudantes seriam depositários de conhecimento –, a partir do pressuposto que “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção” (FREIRE, 1996, p. 25).

Desse modo, embora não seja possível transferir aos estudantes uma fórmula para que não disseminem *fake news*, pode-se contribuir para a sua formação crítica para a leitura das notícias, especialmente nas redes sociais, para que consigam identificar *fake news* de notícias divulgadas por meios de comunicação com credibilidade. Uma das formas de colaborar com essa formação crítica e cidadã é apresentar aos educandos a rotina de produção jornalística e envolvê-los na prática de planejamento, apuração e produção de conteúdos jornalísticos, como ficou evidente no desenvolvimento desta pesquisa-ação.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A fim de compreender em que medida a educomunicação pode contribuir para formação dos estudantes para que consigam identificar *fake news* de notícias verdadeiras, desenvolveu-se uma pesquisa com técnicas e métodos qualitativos. Essa escolha se deu com base na conceituação de Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), de que os pesquisadores que utilizam métodos qualitativos “buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”. Na metodologia qualitativa, não se quantifica os valores e as trocas simbólicas nem se submete à prova de fatos, “pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”.

O método de pesquisa aplicado foi uma pesquisa-ação, a qual tem como um dos requisitos o “envolvimento ativo do pesquisador e a ação por parte das pessoas ou grupos envolvidos no problema” (GIL, 2002, p. 55). Outra característica da pesquisa-ação, definida por Thiollent (1986, p. 14) é que se trata de um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada “em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou

do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. Ainda, de acordo com Thiollent (1986, p. 15), na pesquisa-ação os pesquisadores têm “um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas”.

O primeiro passo da pesquisa foi a revisão bibliográfica, por meio do aprofundamento sobre conceitos importantes para o desenvolvimento do trabalho, como educomunicação e *fake news*. Desse modo, foi possível aprofundar o entendimento sobre o tema e conhecer o que já havia sido escrito sobre ele. A revisão contribuiu para “chegar a uma formulação objetiva e clara do problema” que seria investigado, conforme destaca Stumpf (2011, p. 53).

Além disso, teorias sobre educomunicação e *fake news* analisadas, com base em autores como Dourado (2020), Teixeira (2020), Fante (2018), Fagundes et al (2021) e Soares (2011), contribuíram para embasar a construção do questionário que foi aplicado com estudantes de 5º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Benno Breunig, de Venâncio Aires. O referencial teórico também auxiliou na preparação das oficinas de educomunicação realizadas com os alunos.

Foram elaboradas 9 questões sobre 5 notícias, que foram apresentadas em imagens para os estudantes. Optou-se pela apresentação neste formato para que se mantivesse as características de sites de notícias ou aplicativos e redes sociais onde circulam *fake news* e informações verdadeiras. Entre as 5 notícias utilizadas como exemplos, 3 eram *fake news*, as quais tinham como títulos: *Uso do celular no escuro e maculopatia (câncer de olho)*; *Pessoas que se vacinarem ganharão um dia de folga, anuncia Prefeitura*; e *Estudantes vão receber smartphones*. Dois exemplos eram notícias verdadeiras: *Vacinas CoronaVac já são aplicadas em Venâncio* e *Pontos turísticos de Venâncio Aires serão cenário de livro*. Entretanto, não foi identificado, no questionário, se elas eram verdadeiras ou falsas.

Após a leitura das notícias, os estudantes responderam às seguintes perguntas, sobre cada uma delas: a) *O que te chamou atenção nesta notícia?*; b) *Você ficou com vontade de mostrar essa notícia para alguém? Quem?*; c) *Como você iria compartilhar essa notícia?*; d) *Qual o jornalista e o veículo que divulgaram a notícia?*; e) *A notícia tem algum entrevistado?*; f) *O que você faria se recebesse essa informação no Whats ou visse ela no Instagram ou Facebook?*; g) *Na sua opinião, falta alguma coisa nessa notícia?*; h) *Onde você poderia conferir essa informação?*; i) *Para você, essa notícia é verdadeira?*. Além disso, o questionário

contava com outras três perguntas gerais: *Onde você mais costuma ler/ver/ouvir notícias?*; *Quais veículos de comunicação você conhece e usa para se informar?*; e *O que é uma fake news?*.

A aplicação do questionário foi a primeira atividade prática da pesquisa, junto aos estudantes, no dia 5 de abril de 2022. É importante mencionar que, neste momento inicial, tomou-se cuidado para não explicar o objetivo específico da pesquisa e não mencionar o propósito de utilizar a educomunicação como forma de capacitar os alunos a identificarem *fake news*, a fim de garantir que eles respondessem de forma isenta e fosse possível averiguar, por meio do questionário, qual o comportamento frente a *fake news* e demais notícias.

Depois da aplicação dos questionários, deu-se início à abordagem de assuntos relacionados ao processo de produção jornalístico. Foram apresentados aos alunos temas como critérios de noticiabilidade, elementos essenciais em uma notícia, organização e realização da entrevista, trabalho do repórter e diferenças entre notícias e *fake news*, além de exemplos de veículos de comunicação de credibilidade e a diferença entre um meio de comunicação e uma rede social.

Os assuntos foram abordados por meio de slides, vídeos, em bate-papos e atividades de leitura em notícias de jornal impresso e informações que circulam via WhatsApp. Nos exemplos, sempre foram priorizados assuntos do cotidiano dos estudantes, como questões de tecnologia, e informações factuais e relacionadas ao município onde vivem. Além do encontro inicial, foram mais três oficinas, com duração de uma hora a uma hora e meia, cada, nos dias 12, 19 e 26 de abril de 2022.

As oficinas de educomunicação foram realizadas durante o horário normal da aula, com a permanência da professora da turma na sala de aula, mas foram conduzidas pela pesquisadora, que tem formação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo e atua como jornalista. Todas as oficinas foram desenvolvidas tendo como premissa a pesquisa como princípio pedagógico, estimulando as reflexões dos alunos e incentivando-os a encontrarem as respostas, sem que elas fossem transmitidas de forma pronta e fechada. Essa forma de abordagem também vai ao encontro da proposta da pesquisa-ação, na qual a “capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação”, especialmente no contexto de pesquisas em educação e comunicação (THIOLLENT, 1986, p. 66).

Entre as atividades realizadas, os estudantes foram desafiados a pesquisarem uma

notícia em casa, para compartilhar com os colegas durante as oficinas. Também trabalharam em grupos para identificar os elementos essenciais de uma notícia – como a fonte da informação (entrevistado), a data, o jornalista e o veículo de comunicação que a divulgaram – tanto em matérias jornalísticas quanto em *fake news*. Essas atividades contribuíram para que os adolescentes pudessem compreender a diferença entre notícias verdadeiras e informações falsas. Após a abordagem sobre o trabalho do repórter e sua rotina produtiva, os adolescentes foram incentivados a realizarem uma entrevista coletiva com a professora da turma, que foi a primeira diretora da escola, tendo atuado na função por 13 anos.

Na sequência, divididos em duplas ou trios, os estudantes escolheram uma pauta, definiram um entrevistado e elaboraram perguntas para a entrevista, com o objetivo de escreverem matérias para um jornal impresso – todas elas, relacionadas ao dia a dia da escola. A realização da entrevista e a escrita da matéria ocorreram em um momento fora da aula, como tema de casa. No dia da última oficina, os estudantes entregaram as matérias, que posteriormente foram diagramadas no jornal entregue para a turma.

Como encerramento, no dia 26 de abril, foi reaplicado o questionário com as 5 notícias e *fake news* e as mesmas perguntas, com o objetivo de verificar se houve alteração na percepção dos estudantes sobre as *fake news*, após a realização das oficinas de educomunicação. A partir disso, foi possível analisar como a educomunicação pôde contribuir com a formação dos estudantes de 5º ano do Ensino Fundamental, para que saibam identificar *fake news* e diferenciá-las de notícias verdadeiras.

A análise dos resultados foi realizada à luz da teoria que embasou a pesquisa. Para isso, foram organizadas categorias de análise, a partir dos assuntos que mais se destacaram nas respostas dos alunos, como o conhecimento sobre o termo *fake news* e o desafio da identificação na prática; o compartilhamento de fake news; a confusão entre a fonte de informação e o veículo de comunicação ou jornalista; e as formas de checagem das informações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado com os estudantes de 5º ano abrangeu perguntas sobre o interesse pela informação, os principais meios de compartilhamento e formas de confirmação dos dados divulgados, com o objetivo de compreender o comportamento desses leitores frente a *fake news* e notícias. A análise das respostas buscou entender quais aspectos mais chamavam atenção dos alunos e quais fatores estavam relacionados à aceitação e o possível compartilhamento das *fake news*.

Entre os 13 estudantes que participaram da pesquisa e das oficinas de educomunicação, praticamente todos demonstraram conhecimento sobre o termo *fake news*, já no primeiro questionário aplicado. Doze alunos responderam que *fake news* era uma “notícia falsa”, “uma informação falsa que parece verdade” ou “uma mentira”, o que demonstrou familiaridade com o assunto.

Apesar disso, ao analisar as respostas dos demais questionamentos, constatou-se que esse conhecimento sobre o termo não era suficiente para que eles conseguissem identificar as *fake news* apresentadas na pesquisa e diferenciá-las de notícias verdadeiras. A grande maioria dos alunos não se questionou sobre a veracidade das informações apresentadas. Em uma das *fake news* utilizadas, apenas um estudante afirmou, no questionário, que não era uma notícia verdadeira e um aluno disse não saber. Nas outras duas *fake news*, dois alunos identificaram como falsa cada uma delas. E em uma delas um participante indicou não saber.

Entre as justificativas para que considerassem verdadeira a *fake news* analisadas, os estudantes mencionaram argumentos como a importância do assunto, dados citados no texto e opiniões e experiências pessoais. Uma aluna, por exemplo, considerou que a *fake news* sobre a distribuição de 2 mil smartphones para estudantes era verdadeira, “porque é justa”. Outros exemplos que chamaram a atenção estão relacionados às notícias e *fake news* sobre vacinação da Covid-19. Em geral, os estudantes consideraram que se tratavam de informações verdadeiras, pois relacionaram elas com o contexto geral da pandemia de Covid-19 e à campanha de vacinação. “Porque eu já me vacinei”, “Porque o governo quer que as pessoas se vacinem”, “Por causa da vacinação”, “Porque ela (vacinação) está acontecendo” são algumas das respostas que ilustram isso.

Esses exemplos vão ao encontro do que explicam Fante, Silva e Graça (2018). De

acordo com os autores, assim como a produção das informações é feita por indivíduos “preenchidos de crenças, conhecimentos e valores”, elas são recebidas por pessoas que vão “assimilar ao conhecimento prévio e interpretá-las dentro de um campo histórico-social”. Essa identificação ideológica é o que ajuda a explicar parte do potencial de repercussão dos discursos falsos diante do público. (FANTE, SILVA e GRAÇA, 2018, p. 107)

Da mesma forma, Amaral et al (2021, p. 38) observam que a identificação do leitor com o assunto abordado é um fator relevante na disseminação de *fake news*. Conforme os autores, quanto mais se identifica com a notícia falsa, maior é a chance de o indivíduo ser afetado pelo conteúdo. “Se o usuário não estiver atento, se não trabalhar o senso crítico e duvidar das coisas que lê, a chance de formar opinião a partir de uma notícia falsa é grande.”

Na aplicação do segundo questionário, após a realização das oficinas de educomunicação, constatou-se um avanço na percepção dos estudantes com relação à veracidade das informações apresentadas. Nas três *fake news* utilizadas como exemplo, a maior parte dos alunos disse que não se tratava de uma notícia verdadeira. Em duas *fake news*, quase 80% dos estudantes identificaram que eram falsas, enquanto 46% dos alunos conseguiram perceber que a outra notícia também era falsa. No primeiro questionário, o índice máximo de estudantes que tinham identificado se tratavam de *fake news* havia sido de 23%. No questionário final, ampliou-se, também, o número de estudantes que afirmaram não saber se a notícia era verdadeira. De dois alunos, passou-se para quatro os que ficaram em dúvida, o que demonstra um olhar mais crítico sobre os textos analisados.

Uma das questões que mais teve respostas diferentes entre o primeiro e o segundo questionário aplicado com os estudantes foi “*Na sua opinião, falta alguma coisa nessa notícia? O quê?*” No primeiro questionário, em 95% das respostas, os estudantes afirmaram que não faltava nada na notícia. Entretanto, na segunda aplicação das questões, depois da realização das oficinas de educomunicação, foi possível constatar uma modificação na percepção dos leitores. Parte deles passou a identificar que faltava alguma informação na notícia. De 5% passou-se a 40% dos participantes com o entendimento de que faltava alguma informação. Esse aumento de percepção ocorreu, justamente, nas três *fake news* analisadas.

Embora nem todos os alunos tenham mencionado o que sentiram falta nas notícias, os que especificaram isso nas respostas citaram os mesmos aspectos: a maioria verificou que não havia data na publicação, assim como faltava a identificação do jornalista, do site/veículo de

comunicação e a existência de um entrevistado. As respostas dessa questão ajudam a entender que essa nova percepção dos estudantes sobre *fake news* está ligada ao conhecimento de elementos básicos de uma notícia, como o veículo de comunicação e o jornalista que divulgaram a notícia, a data e a fonte da informação/existência de um entrevistado. Esses aspectos foram trabalhados com os alunos no decorrer das oficinas de educomunicação.

Essa prática vai ao encontro das ações que Teixeira (2021) elenca como estratégias de educação midiática para combater as *fake news*. Um dos aspectos abordados pela autora é ensinar os leitores a desconfiarem dos conteúdos. “É sempre importante checar o *site* ou veículo responsável por uma publicação. Algumas perguntas podem ser feitas para checar uma notícia: *Qual é a fonte? Quem responde por essa publicação?*” (TEIXEIRA, 2021, p. 68)

A partir da análise dos resultados da pesquisa, ficou evidente o quanto as dicas apresentadas aos estudantes nas oficinas de educomunicação contribuíram para que eles tivessem um olhar mais crítico com relação às *fake news*. Foi possível perceber que, de modo geral, eles passaram a buscar elementos que são fundamentais em uma notícia e notaram a falta deles em *fake news*.

Um dos aspectos que chamou a atenção nos questionários aplicados com os alunos e nas conversas iniciais, durante as oficinas de educomunicação, foi que eles não sabiam diferenciar o jornalista e o veículo de comunicação da fonte de informação (entrevistado) citada na notícia. Uma das perguntas do questionário era *Qual o jornalista e o veículo que divulgaram a notícia?* Nas respostas referentes a duas das *fake news* analisadas, ficou evidente que muitos estudantes acreditaram que a fonte citada - uma universidade americana e a Prefeitura - eram os responsáveis pela divulgação da notícia, sendo eles os jornalistas.

Após as oficinas de educomunicação, nas quais foram abordadas as atribuições do jornalista, a rotina de produção jornalística e exemplos de fontes de notícias, observou-se uma mudança nessa percepção dos estudantes. Foi possível confirmar esse avanço na reaplicação do questionário: passou-se 43% de respostas corretas no primeiro questionário para 67% no segundo. Houve uma ampliação das respostas certas, nas quais os alunos conseguiram identificar o jornalista e o veículo de comunicação ou a inexistência deles nos exemplos apresentados, em especial, nas *fake news*. A maior parte dos alunos respondeu corretamente, afirmando que não havia jornalista ou veículo de comunicação identificados nas *fake news* e que, em um dos casos utilizados como exemplo, a notícia falsa circulava pelo WhatsApp. Essa

leitura mais crítica dos alunos, identificada a partir da análise das respostas do questionário aplicado após as oficinas de educomunicação, corrobora com a teoria de Teixeira (2021), de que é possível reverter o avanço da desinformação por meio de instrumentos de educação midiática. “Educar as pessoas para manterem o pensamento crítico constantemente ativo é a única forma de combater as *fake news* e a desinformação” (TEIXEIRA, 2021, p. 67). Nesse sentido, a educomunicação se destaca como uma aliada para capacitar os leitores para que consigam identificar notícias falsas e evitem a sua disseminação. Entre as cinco notícias apresentadas aos alunos de 5º ano do Ensino Fundamental que participaram da pesquisa, duas *fake news* foram as que mais despertaram a vontade de mostrar para alguém: a informação falsa de que o uso do celular no escuro causa câncer de olho e a *fake news* sobre a distribuição de 2 mil smartphones para estudantes. Na primeira, 92% dos alunos (12) disseram ter ficado com vontade de compartilhar a informação, e na segunda foram 54% dos estudantes (7). Familiares foram citados pela grande maioria como as pessoas com quem a notícia seria compartilhada.

Com relação ao meio que utilizariam para divulgar a informação, os estudantes afirmaram que usariam tanto as redes sociais, como WhatsApp e Instagram, como mostrariam a informação pessoalmente, abordando-a durante uma conversa com familiares, colegas ou amigos. Outra pergunta que integrou o questionário era onde seria possível confirmar a informação das notícias apresentadas como exemplo, com o objetivo de compreender como os alunos procederiam para confirmar as informações. Mais de 90% dos participantes da pesquisa indicaram o Google, além de citar redes sociais como WhatsApp, Instagram e Facebook. No primeiro questionário, um aluno disse que poderia confirmar a informação na TV e dois mencionaram o jornal. Nos questionamentos acerca de uma matéria sobre a vacinação da Covid-19 para crianças, três estudantes disseram que poderiam confirmar a informação no posto de saúde citado na notícia.

Na reaplicação do questionário, após a realização das oficinas de educomunicação com a turma de 5º ano, os estudantes citaram mais opções como possíveis fontes de confirmação das informações, como família, médico, posto de saúde e até mesmo a polícia, conforme o contexto das matérias. Contudo, as redes sociais e a internet - e especial, o Google - seguiram sendo os mais citados (estavam presentes em 86% das respostas).

A utilização de um buscador na internet, de fato, é uma forma de confirmar a veracidade da informação. “Pesquisar uma frase ou informação em um buscador *online*, como o Google,

também garante que o indivíduo veja em quais outros *sites* e jornais a notícia foi compartilhada, seja ela em texto, imagem ou vídeo.” (TEIXEIRA, 2021, p. 68)

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que contribui para a disseminação de *fake news*, com o rápido compartilhamento, a internet também se caracteriza como uma estratégia para combater a desinformação, ao oferecer a possibilidade de checagem dos dados. Para que isso aconteça, é necessário que, primeiramente, se desconfie do conteúdo, a partir de um olhar crítico que possa identificar elementos que indicam se tratar de uma notícia falsa. Essa abordagem integrou as oficinas de educomunicação e, conforme pôde ser constatado na análise dos resultados, foi compreendida pelos estudantes como uma aliada para confirmar a veracidade das notícias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao complexo contexto de disseminação de *fake news*, no qual estão inseridos diferentes públicos, incluindo crianças e adolescentes, desenvolver estratégias que contribuam para a formação crítica como leitores é uma necessidade. A inserção do tema em sala de aula, por meio da educomunicação, com oficinas sobre o processo de produção jornalística, pode auxiliar de forma significativa no combate às *fake news*.

Ficou evidente, na realização desta pesquisa-ação com estudantes do 5º ano, o quanto é possível abordar a temática já no Ensino Fundamental. O trabalho com os alunos nessa etapa de ensino introduz o assunto como uma pauta importante para a formação deles já na adolescência, como leitores mais críticos e cidadãos atuantes no combate a notícias falsas. Seus reflexos, certamente, vão além, considerando o papel dessas crianças e adolescentes no seu grupo familiar, em meio a seus amigos e na sua comunidade. Afora isso, ainda aproxima um tema corriqueiro na rotina dos estudantes do dia a dia da escola, despertando o interesse e o envolvimento com o assunto.

Como um trabalho que parte da proposta da pesquisa como princípio pedagógico, as oficinas de educomunicação sobre *fake news* fomentam uma construção com os alunos a partir do jornalismo. Por meio desta pesquisa-ação, que teve como objetivo compreender em que medida a educomunicação pode contribuir para que estudantes consigam identificar *fake news*,

constatou-se que não existe uma fórmula que, repassada aos alunos, garanta que eles reconheçam notícias falsas. Entretanto, essa formação crítica é desenvolvida a partir do trabalho sobre os elementos básicos de uma notícia e o processo produtivo jornalístico. Nesse sentido, fica evidente a possibilidade de colaborar com a formação crítica dos estudantes, estimulando-os para que partam, do simples conhecimento do termo *fake news*, para uma postura mais ativa no combate às notícias falsas.

É perceptível, a partir dos resultados analisados, que, ao conhecerem aspectos considerados básicos em uma notícia verdadeira, como a data, o site da publicação, o veículo de comunicação e jornalista responsáveis, e a fonte da informação/entrevistado, os alunos passam a ter um olhar mais crítico acerca das *fake news* e desconfiar delas. Essa desconfiança é o primeiro passo para evitar a sua disseminação.

Além disso, o conhecimento sobre meios de confirmação das informações e a utilização da internet para atestar a veracidade delas reforçam as estratégias de combate às notícias falsas, à medida que passam a ser reconhecidas pelos leitores como ações possíveis e necessárias antes do compartilhamento da notícia. Nesse sentido, a educomunicação mostra-se como uma possível e importante aliada no combate às *fake news*.

As possibilidades de análise, pesquisas e ações sobre educomunicação e *fake news* não se encerram aqui. Ao contrário, este estudo busca despertar novas investigações e ações, de maior duração e aprofundamento, que possibilitem acompanhar e averiguar a postura dos estudantes frente a notícias falsas a longo prazo e em diferentes contextos. Pesquisas com diferentes faixas etárias também surgem como possibilidades para conhecer mais sobre o assunto. Da mesma forma, os reflexos no dia a dia da escola, ao levar para a sala de aula o tema das *fake news* - que faz parte do cotidiano dos alunos -, também podem ser alvo de pesquisa.

Além de capacitar os leitores para uma postura mais crítica frente a informações que circulam nas redes sociais, a educomunicação fomenta a cidadania, na medida em que estimula os alunos a pensarem sobre a sua responsabilidade com as informações que consomem e compartilham na internet. Dessa forma, compreende-se que a inserção do jornalismo na escola, por meio de oficinas de educomunicação, pode contribuir com a educação emancipatória e cidadã, para a formação de leitores mais críticos. Abordagem, essa, que está ao encontro da perspectiva freiriana do ensino, que vai além da transferência de conhecimento e cria as possibilidades para produção ou construção por parte dos educandos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, H. et al. Dante Em Foco: um olhar sobre as *fake news* e o Youtube. In: **O protagonismo Infantojuvenil nos processos educomunicativos**. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação: Instituto Palavra Aberta, 2021. Disponível em: <<https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/book/31>> Acesso em: 20 fev 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS EM EDUCOMUNICAÇÃO. **Conceito de Educomunicação**. 2022. Disponível em: <<https://abpeducom.org.br/educom/conceito/>> Acesso em: 19 fev 2022.

CITELLI, A., NONATO, C., & FIGARO, R. Ismar de Oliveira Soares: a memória dos estudos comunicativos-educativos e da educomunicação no Brasil. In: **Comunicação & Educação**, v. 26(1), p. 156-166. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v26i1p156-166>> Acesso em: 14 fev 2022.

COSTA, M. C. C; ROMANINI, A.V. A educomunicação na batalha contra as *fake news*. In: **Comunicação & Educação**, p. 66-77. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v24i2p66-77>> Acesso em: 18 fev 2022.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. ***fake news* na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 308 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31967/1/Tese_Tatiana%20Dourado.pdf> Acesso em: 20 fev 2022.

FAGUNDES, V. O., et al. Jovens e sua percepção sobre *fake news* na ciência. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, 16(1), 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/PqdXRfWRLjpSZLGqvBfzzgF/?lang=pt>> Acesso em: 02 mar 2022.

FANTE, A.; SILVA T.M.; GRAÇA, V. *fake news* e Bakhtin: gênero discursivo e a (des)apropriação da notícia. In: **Ameaças ao Ciberjornalismo**: atas do VI Congresso Internacional de Ciberjornalismo. Porto: Universidade do Porto, 2019. Disponível em: <https://cobciber6.files.wordpress.com/2019/03/atas_6cobciber.pdf> Acesso em: 01 mar 2022

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 6. ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de Pesquisa**.

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> Acesso em: 3 fev 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

STUMPF, Ida Regina C., Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. p.51-61.

TEIXEIRA, P. F. Panorama da educação midiática em tempos de *fake news*: os Recursos Educacionais Abertos como boas práticas de literacia. In: **Questões Transversais**. São Leopoldo, Brasil, v. 8, n. 16, 2021. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/18583>. Acesso em: 1 mar. 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1986.

PLANEJAMENTO DE MARKETING A PARTIR DAS PREFERÊNCIAS DE POTENCIAIS CLIENTES: O caso da agroindústria alfa alimentos

Jean Marcos da Silva

Lívia Roberta Bruch

RESUMO

O presente artigo visa fazer uma abordagem e um planejamento de marketing com base na percepção de potenciais clientes da agroindústria Alfa Alimentos, baseando-se em dados coletados através de uma pesquisa de mercado planejada juntamente com o dono da empresa e realizada durante o processo. Neste artigo foi proposto intervenções para melhorar os índices e dados dos consumidores a respeito da sua percepção sobre a marca e o produto Alfa, levantando possíveis ideias para que a empresa comece a se destacar no mercado através de estratégias que visem trazer crescimento para a mesma. Destaca-se durante o artigo o aipim, que é a matéria prima da Alfa, sendo ele um dos alimentos mais consumidos no Brasil e principalmente na região sul do país. Traremos a percepção real dos consumidores sobre os produtos Alfa Alimentos, aspectos sobre a qualidade dos produtos e estratégias já utilizadas pela empresa. Além disso, serão discutidos os conceitos de marketing através do caso da empresa Alfa Alimentos.

Palavras-chave: Marketing, Alfa, Alimentos, Aipim, Consumidores, Qualidade.

INTRODUÇÃO

O aipim é um dos alimentos com maior cultivo no mundo, pois é considerado um alimento básico que está presente para grande parte das famílias. O Brasil é o quinto maior produtor mundial, com uma produção de aproximadamente 17,5 milhões de toneladas em 2019 (FAO, 2020). As regiões Norte e Sul são as maiores produtoras de mandioca, e, em 2019, foram responsáveis por 60% da produção nacional (IBGE, 2019).

Sendo conhecido como macaxeira, maniva, castelinha, uaipi, mandioca-mansa, dentre outras derivações, o aipim é caracterizado pela sua variedade em questão de espessura, tempo de cozimento e textura do alimento e essas características variam de acordo com o tipo de solo,

idade da planta e condições ambientais do local em que foi cultivado (Ngeve, 2003, Pedri et al., 2018).

Nesse sentido, esse artigo vai embasar-se no estudo de mercado da Agroindústria Alfa Alimentos (nome fictício), que tem como principal matéria prima a produção de alimentos a base de aipim, com objetivo de identificar a percepção de potenciais clientes da agroindústria Alfa Alimentos quanto à embalagem do produto aipim congelado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Acrescente neste espaço os conceitos teóricos que embasaram a construção da pesquisa. Recomenda-se que a teoria foque em encontrar repostas para os porquês dos fenômenos estudados. Conforme apontam Sutton e Staw (p. 79, 1995) "A teoria diz respeito às conexões entre fenômenos, uma história sobre por que atos, eventos, estrutura e pensamentos ocorrem. A teoria enfatiza a natureza das relações causais, identificando o que vem primeiro e o ritmo desses eventos".

2.1. Agroindústria familiar:

O setor agrário cresce a cada dia mais nas regiões do sul do país, com ele surgiram as agroindústrias familiares. Seu surgimento veio de necessidades e ideias promissoras acerca da produção, gerando empregos e economia, trazendo melhorias para o meio rural e evitando o êxodo, principalmente por parte dos filhos que antes não viam sentido em ficar no interior e produzir. (BORTOLUZZI, 2013)

A Alfa Alimentos se configura como uma agroindústria familiar, onde seu principal objetivo é resgatar esse convívio em família através de seus produtos, tendo como matéria-prima o aipim que tem um grande valor aqui na região dos vales. Nesse sentido, uma das principais características das agroindústrias é a agregação de valor às matérias-primas, que nesse caso, são produzidas pelas próprias famílias e essas são transformadas em produtos alimentícios. O trabalho e administração desse tipo de empresa são feitos normalmente pelo próprio núcleo familiar, que é justamente o caso da empresa Alfa Alimentos (GAZOLLA, 2012).

2.2. Marketing:

Atualmente, o marketing está em grande destaque não só aqui no Brasil, como no mundo. As empresas estão sempre se mantendo atualizadas e procurando cada vez mais, novas inovações e estratégias na área do marketing. Nesse sentido, o estudo apontado neste artigo teve por meio da empresa Alfa Alimentos, fazer um estudo de marketing com relação aos produtos agroindustriais.

O setor do marketing é responsável por coordenar esforços relacionados à prospecção e à manutenção de clientes com o objetivo de sustentar as atividades organizacionais ao longo do tempo.

A International Association of Academy and Mercadologia Professionals (American Mercadologia Association) atualizou a definição deste campo em 2017 e definiu o marketing da seguinte forma: “a atividade, conjunto de instituições e de processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que têm valor para consumidores, clientes, parceiros e sociedade em geral”. (AMA, 2020).

Também cabe citar neste projeto, um conceito criado pelo professor Jerome McCarthy, que organiza os elementos gerenciáveis pela área de marketing em quatro componentes, com o intuito de se tornar uma ferramenta que a empresa pode utilizar para influenciar as respostas dos consumidores.

Chamados de “mix de marketing” ou “4Ps”, os quatro componentes são organizados por “Produto”, “Promoção”, “Preço” e “Praça”.

Produto são estratégias, meios ou objetos utilizados com o intuito de satisfazer um desejo ou necessidade de um consumidor. Dentro do produto conseguimos encontrar características como design, variedade, marca, embalagem, serviço, entre outras. O produto da empresa Alfa Alimentos é a base de aipim, um diferencial no ramo alimentício da região, sendo que é o alimento recorrente consumido pelas famílias, mas também disponível em outras refeições. A marca possui destaque na questão de design diferencial com as cores que remetem ao mercado do seu foco. As embalagens possuem aparência minimalista e com todas as informações necessárias, que acreditamos ser o melhor para a estratégia.

A promoção é direcionada para o mercado e engloba tudo que é destinado a comunicação e venda de um produto, como por exemplo as promoções, as publicidades, as relações públicas, entre outros. A Alfa Alimentos possui um meio de divulgação de promoção através das redes sociais, como o instagram, facebook e whatsapp para comunicação com os clientes. Também, nas redes possuindo uma identidade visual que se interliga com o design das embalagens dos produtos.

O preço é o valor daquele produto, não somente financeiro, mas estratégias que avaliam o que o consumidor está disposto a pagar para criar uma relação com aquele produto. Engloba táticas como descontos, lista de preços, condições de pagamentos, prazos de pagamentos e subsídios.

Por fim, mas não menos importante, a praça são os canais utilizados para disponibilizar o produto ao consumidor e tornar visível sua marca, bem como sua qualidade. É a forma como o produto chega ao consumidor. São exemplos de “praça” o estoque, a logística, os canais, os transportes e a cobertura.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa foi preciso que a equipe juntamente com o dono da empresa Alfa Alimentos, pensasse nos questionamentos e possíveis dúvidas que os clientes e consumidores poderiam ter em relação ao produto. Para isso foi feita uma análise geral da visão do dono da Alfa, suas dúvidas em relação a marca e se os consumidores estavam reconhecendo a marca, bem como elaboração do questionário para que o mesmo fosse aplicado.

A presente pesquisa foi realizada no dia 6 de maio de 2022, no Supermercado Lenz, localizado no Centro, em Venâncio Aires – RS. O objetivo da pesquisa foi realizar uma avaliação do produto aipim congelado, um dos produtos da Alfa Alimentos. Foram avaliados aspectos de proximidade dos entrevistados com a marca, perfil dos respondentes, interesse pelo produto aipim e a percepção dos entrevistados quanto à embalagem do aipim.

Estas conclusões foram obtidas a partir da resposta de 12 sujeitos entrevistados. Na sequência da entrevista os dados coletados foram analisados por meio da estatística descritiva

com o apoio do software *Statistical Package for the Social Sciences-SPSS*. No momento da entrevista, os sujeitos participantes foram expostos à uma embalagem do produto aipim congelado Alfa, a fim de realizarem a avaliação do produto. Eis os resultados detalhados desta análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico levou-se em consideração o conceito da marca Alfa Alimentos em um sentido mais ampliado dentro do marketing, levando em conta a relação dos entrevistados com a empresa, assim como a relação destes sujeitos de pesquisa com o campo de produtos derivados do aipim. Em uma breve conversa com o dono da Alfa Alimentos notamos que a empresa possui uma rede de compradores, focando mais em casas de produtos naturais e supermercados da região, também em pub's e para cozinhas industriais. Os alimentos são congelados, então o transporte feito pelo dono da empresa é realizado somente nas regiões perto do vale.

Isso demonstra que embora o seu tipo de cliente primário é o B2B(Business to Business), ou seja, empresas que vendem produtos ou prestam serviços para outras empresas; o consumidor final dos produtos da Alfa é voltado para o B2C(Business to Consumer), empresas que vendem produtos ou prestam serviços para o consumidor final(pessoa física), o que acarreta em uma série de dúvidas em relação a identidade do produto e ao potencial marketing que pode ser gerado. Procurando sanar estas dúvidas desenvolveu-se este questionário.

4.1. Dados:

Tabela 1 – Relação com a marca

	Comprou produtos Natureat? Quais?					Total	
	Sim, aipim congelado e bolinho de aipim	Sim, lasanha de aipim	Sim, aipim congelado	Sim, escondidinho de carne	Sim, aipim congelado	Não	
Conhece a Alfa Alimentos?	1	1	1	1	3	1	8
Sim	0	0	0	0	0	4	4
Não							
Total	1	1	1	1	3	5	12

Fonte: dados da pesquisa.

Ao serem questionados especificamente sobre o aipim congelado da marca, 66,7% dos entrevistados sinalizaram conhecer o produto, contra 33,3% que disseram não conhecer o produto.

Estes são os mesmos que afirmaram não conhecer a Alfa Alimentos, destacados na tabela 1.

Tabela 2 – Quesitos levados em conta no momento da compra do aipim

	Frequência	%
Aparência	1	8,3
Fase do cozimento	1	8,3
Aparência e tamanho	1	8,3
Tamanho	1	8,3
Aparência e cor	2	16,7
Fase do cozimento e aparência	1	8,3
Não compro, pois planto em casa	2	16,7
Tamanho em espessura e limpeza	1	8,3
Embalagem	1	8,3
Tamanho e a cor	1	8,3
Total	12	100,0

Fonte: dados da pesquisa

Os entrevistados foram questionados sobre suas preferências no momento da compra do aipim. E 16,7% disseram que observam a aparência e a cor, outros 16,7% afirmaram que não compram o produto por terem plantação própria. Em termos de frequência, estes 16,7% correspondem a 2 entrevistados. Esses dados mostram que a empresa Alfa Alimentos está se destacando apenas pela matéria-prima, o aipim e não com os produtos gerados através dessa matéria.

4.1.1. Percepção sobre produto aipim congelado Alfa Alimentos

Pela leitura da tabela 3, nota-se que 41,7% dos entrevistados nunca consumiram o aipim congelado da Alfa Alimentos. Outros 41,7% que já tiveram a experiência de consumo afirmaram que o produto é bom e apenas 16,7% descreveram o produto como muito bom. As perguntas seguintes podem trazer alguns *insights* para entender esses resultados.

Tabela 3 – Experiência de consumo do Aipim congelado Alfa

	Frequência	%	% Acumulado
Não	5	41,7	41,7
Sim, boa	5	41,7	83,3
Sim, muito boa	2	16,7	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 4 – Percepção sobre aparência do produto

	Frequência	%	% acumulado
Gostei	3	25,0	25,0
Gostei muito	6	50,0	75,0
Gostei muitíssimo	3	25,0	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

Evidentemente, um dos aspectos muito relevantes para avaliar a experiência de consumo de um produto alimentício é a percepção que o consumidor tem da aparência física do mesmo. Ao serem questionados sobre este aspecto, os respondentes parecem acompanhar a escala de avaliação atribuída à sua experiência de consumo. Observe, na tabela 4, que 75% dos respondentes ou gostaram ou gostaram muito da aparência do produto. Outros 25% afirmaram gostar muitíssimo.

Tabela 5 – Percepção sobre a embalagem do produto.

	Frequência	%	% acumulado
Gostei	3	25,0	25,0
Gostei muito	6	50,0	75,0
Gostei muitíssimo	3	25,0	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação à embalagem, nota-se que em geral ela agrada aos respondentes. Contudo, as respostas seguem um padrão, conforme pode-se observar que os números da tabela 4 e tabela 5 seguintes são os mesmos.

Tabela 6 - Frequência de consumo de aipim congelado

	Frequência	%	% acumulado
Semanalmente, 1 vez.	3	25,0	25,0
Semanalmente, 2 vezes.	3	25,0	50,0
Semanalmente, 3 vezes.	4	33,3	83,3
Trimestralmente	2	16,7	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

Uma avaliação de produtos alimentícios, como esta realizada anteriormente pode ser afetada pelo nível de conhecimento que o consumidor possui do produto. Levando-se isto em conta, foi questionado ao entrevistado com que frequência ele consome aipim. Conforme tabela 5, nota-se que 83,3% consomem o produto ao menos uma vez por semana. Em outras palavras, estes entrevistados apresentam conhecimento de causa sobre o produto por terem experiência frequente de consumo.

Tabela 7 - No momento da compra, você busca por preços em promoção?

	Frequência	%	% acumulado
Sim	6	50,0	50,0
Não	6	50,0	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

Com isso, os entrevistados foram questionados se buscam promoção para compra do produto. Na tabela 6 podemos perceber que 50% dos entrevistados faz uma busca por promoções e os outros 50% não realizam essa busca, esses dados nos mostram que sim, por parte dos consumidores do ramo alimentício além de ser muito importante o produto ter um preço bom, também precisa-se ter qualidade como irá mostrar nos demais tópicos. Um dos entrevistados destaca que não adianta o preço do produto estar bom para ser comprado, se a qualidade deixa a desejar de alguma maneira.

Então, é importante para uma empresa que sempre leve em consideração essa questão, precisa avaliar-se os insumos, mão-de-obra e demais gastos para se ter um valor, mas também precisa-se estar atento a qualidade do produto, pois é ela que vai fazer ou não o consumidor procurar consumir mais aquele produto.

Esta seção é finalizada com uma indagação: uma vez que 75% dos entrevistados sinalizaram que gostaram ou que gostaram muito da embalagem do produto; e apenas 25% afirmaram gostar muitíssimo, quais melhorias eles iriam propor?

4.1.2. Prospecção de mercado quanto à embalagem do produto

Tabela 8 - A embalagem do produto está atrativa?

	Frequência	%	% acumulado
Sim	11	91,7	91,7
Sim, mas...*	1	8,3	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa. *Nota: Sim, mas a questão da logo separada confunde, mudar aos poucos para não perder a identificação.

Uma das perguntas feitas aos entrevistados foi se a embalagem do aipim congelado Alfa estava atrativa: 100% afirmaram estar atrativa. Com exceção de um entrevistado que acredita que ‘A questão da logo separada’ pode levar a uma certa confusão.

Tabela 9 - Você prefere uma embalagem mais minimalista ou mais detalhada? Por quê?

	Frequência	%	% acumulado
Detalhada	11	91,7	91,7
Minimalista	1	8,3	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

A grande maioria dos entrevistados responderam que preferem uma embalagem mais detalhista por conta das informações necessárias, visualização do produto, facilidade na hora de ler, por ser mais prático, bem como por facilitar no momento de identificar características essenciais. Obtivemos apenas uma resposta sem justificativa, onde o entrevistado marcou a opção

minimalista sem justificar o porquê da escolha, bem como também um entrevistado que não marcou nenhuma das opções a respeito das embalagens. Para este entrevistado não haveria necessidade em acrescentar informações à embalagem, apenas indicar o produto. Por fim, apenas uma das pessoas entrevistadas respondeu que preferiria uma embalagem mais detalhada por chamar mais a atenção.

Tabela 10 - Na sua percepção, qual o tamanho ideal de embalagem?

	Frequência	%	% acumulado
Média 1kg	9	75,0	75,0
Pequena 700g	3	25,0	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

Os entrevistados além de marcarem as opções que os agradariam, deram algumas justificativas para as suas escolhas. Dando destaque a opção média de 1kg, eles mencionam que facilita muito na hora de levar para casa, bem como para cozinhar, pois a grande maioria tem plantação própria onde só consomem o produto quando não está em época de safra. Os dados também evidenciaram que as pessoas que moram sozinhas ou com uma família pequena, por vezes, não costumam comprar embalagens grandes para armazenar em *freezers*.

Tabela 11 - Tamanho ideal para os pedaços do aipim?

	Frequência	%	% acumulado
Pequenos - 5 a 7cm	4	33,3	33,3
Médios - 8cm	8	66,7	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

Como se nota na tabela 10, obtivemos um grande índice de preferências pelo tamanho médio do pedaço do aipim (66,7%), pois as justificativas, basicamente, perpassam a questão de não serem pedaços muito pequenos e nem muito grandes, facilitando na hora do cozimento e consumo. Em relação à disposição para compra do aipim, 83,3% afirmaram que comprariam o produto, ‘Com certeza’, conforme tabela 11.

Tabela 12 - Você compraria este aipim congelado?

	Frequência	%	% acumulado
Talvez	1	8,3	8,3
Valid Sim			16,7
Com certeza	10	83,3	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

Em suma, a grande maioria dos entrevistados respondeu que compraria o aipim congelado Alfa Alimentos, justificando que, gostaram muito da aparência do produto, bem como da embalagem, descrevendo que as informações mais importantes do produto estão apresentadas de forma clara e objetiva, bem como seu sabor para aqueles que já haviam provado.

Tabela 13 - Qual a probabilidade de indicar nosso produto a outra pessoa?

	Frequência	%	% acumulado
Baixa	2	16,7	16,7
Moderada	1	8,3	25,0
Valid Alta			58,3
Muito alta	5	41,7	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

Obtivemos uma variedade de respostas a respeito da probabilidade desses entrevistados indicarem o produto Alfa Alimentos a alguém, variando de baixa a muito alta. Em sua grande maioria responderam que seria muito alta, alta ou moderada, por conta da qualidade, embalagem e sabor como já mencionado. Apenas dois respondentes disseram que a probabilidade seria baixa, um justificando que não tinha costume em indicar produtos, apenas se por acaso a pessoa estivesse ao seu lado na hora da compra e outro não justificou sua resposta. Por fim, analisou-se o interesse do entrevistado quanto o interesse em buscar preços mais acessíveis via promoção, conforme descrição da tabela 12.

Tabela 14 - No momento da compra, você busca por preços em promoção?

	Frequência	%	% acumulado
Sim	6	50,0	50,0
Indiferente	6	50,0	100,0
Total	12	100,0	

Fonte: dados da pesquisa.

Nesta pergunta, percebemos que houve um empate nas respostas, sendo que 50% marcou que buscaram preços em promoção e os outros 50% disseram ser indiferente ter a promoção ou não. Alguns deram a justificativa de que seria indiferente por conta do produto em si. Para estes entrevistados, se aipim tem uma boa qualidade, boa aparência e se não está fora da validade, então o estão dispostos à compra. Para estes sujeitos, não adianta ter o melhor preço sem ter a qualidade necessária. Os demais respondentes, que responderam que procuram por promoção, em geral não justificaram o porquê.

Esta pesquisa de mercado traz importantes dados que refletem a percepção de um grupo de consumidores específicos em um determinado momento no tempo. Recomenda-se ampliar a amostra de respondentes a fim de ter resultados capazes de refletir melhor a realidade. Do mesmo modo, sugere-se aplicar os questionários em outras cidades que possuam pontos de venda da Alfa Alimentos.

4.2. Discussão:

A primeira consideração a este respeito é que dos 12 entrevistados, 4 declararam não conhecer a marca Alfa Alimentos; bem como nunca terem comprado produtos da empresa. Os demais entrevistados afirmam conhecer a empresa e já terem consumido seus produtos, com destaque para o aipim congelado. Por fim, 01 dos entrevistados apesar de conhecer a marca declarou nunca ter comprado produtos Alfa. Estas informações podem ser verificadas na tabela 1. Analisando o percentual em que as pessoas disseram não conhecer o produto, podemos perceber que é um grande valor, o que gera alguns questionamentos acerca disso: Será que a Alfa Alimentos está se destacando?

A empresa atualmente, mantém um foco muito grande no produto aipim, o que acaba nichando seus produtos no nicho do aipim. Isso poderia ser um possível fator, gerando pouco destaque. Visando contornar este problema, sugere-se que a identidade da empresa, bem como seu marketing, faça com que o consumidor final enxergue a Alfa Alimentos como uma empresa do nicho alimentar que propõe soluções através do aipim visando sanar dores do setor alimentício.

Outra hipótese pode ser levada em conta para explicar o que motiva algumas pessoas a não se interessarem pela marca: o fato de terem acesso ao produto com facilidade, seja por terem plantação própria como os dados demonstram ou por terem acesso ao aipim através de vizinhos, feiras livres, etc, conforme mencionado na tabela 02. Para contornar esta situação, estratégias voltadas ao marketing digital ou tráfego pago seriam uma possível solução, pois você consegue ampliar a dispersão geográfica dos produtos, alcançando clientes que não possuem essa produção própria. Outra solução a ser levada em consideração é focar em estratégias e canais que levem o produto para grandes centros urbanos onde a produção do aipim é mais escassa.

Considerando ainda as estratégias de Marketing da empresa, pode se pensar que talvez o público alvo, ou seja, o consumidor final que a empresa queira alcançar, “a família tradicional”, não seja um potencial consumidor deste produto, tendo em vista que seus produtos competem com alimentos muito mais consolidados, como por exemplo o churrasco e a pizza,

entretanto, isso não pode-se considerar como verdade absoluta, devido ao fato de que poucas pessoas responderam os questionários da pesquisa de campo.

Além disso, para o aipim e seus derivados, no Brasil, ainda não existe uma data comemorativa que impulsionam as vendas do produto, como é o caso do peru de natal e o peixe da sexta-feira santa, o que faz muitas vezes o aipim ser visto muito mais como um ‘prato acompanhante’, ao invés de um prato ‘chefe’ na mesa das pessoas.

Todavia, parafraseando um ditado brasileiro muito popular, “não jogue o bebê fora com a água do banho”, podemos identificar muitos pontos positivos em relação a empresa. Quando criamos uma relação das perguntas respondidas, junto do “mix de marketing” ou “4Ps”, analisamos que elementos como o “produto” e o “preço” já são pontos fortes da empresa. Por exemplo, ao analisarmos as tabelas 4, 5 e 8, podemos ver que o produto está bem desenvolvido com um design e uma identidade bem definida, o que agradou bastante os entrevistados, considerando que grande parte, foi uma primeira impressão gerada, tendo em vista que não conheciam nem a empresa nem os produtos antes da entrevista. Para ressaltar ainda mais este ponto, quando questionados sobre o produto que é o “carro chefe” da empresa, o aipim congelado, conforme podemos ver na tabela 12 e 13; comprariam o produto e até indicariam o produto para outra pessoa.

Já quando o assunto é preço, ao analisarmos a tabela 7, podemos concluir, mesmo que de maneira indireta, que os preços dos produtos estão balanceados e estão em um nível equiparado ao mercado, pois os mesmos não se assustaram com os valores e até conseguiram decidir, de maneira equiparada a questão “qualidade vs. preço”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa perspectiva, pode-se concluir que é desafiador conseguir que o entrevistado faça uma avaliação mais real do produto aipim enquanto produto pertencente à marca Alfa. Isto acontece porque a tendência é que o entrevistado use suas crenças e preconceitos já estabelecidos e a partir daí olhe para o aipim com uma visão poluída. Além disso, o número de

entrevistados é consideravelmente baixo, o que pode deixar ainda dúvidas sobre a real impressão que os produtos e a marca causam.

Como uma possível proposta de melhoria pensada através das análises das respostas coletadas na pesquisa de campo realizada, como já citado anteriormente, a empresa Alfa Alimentos poderia ampliar sua visão acerca do público-alvo de consumidores, pensando também em públicos como os vegetarianos e veganos, tendo em vista que espera-se que os mesmos acolheriam com bons olhos os seus produtos, focando sua estratégia em cima desse potencial. Deixando assim de lado um pouco a visão familiar, tendo em vista que, a maior parte dos entrevistados fazem parte do nicho familiar atualmente utilizado mencionam não consumir o produto.

Além disso, poderá focar no setor alimentício que acreditamos ser o mais potencial para o seu negócio, bem como ampliação dos produtos. Atualmente o foco maior da empresa é no aipim congelado, ampliando a visão e elaborando um produto que chame a atenção de outros consumidores com algo que não encontramos no mercado atualmente, como o hambúrguer de aipim e outros derivados. Seria um produto novo e inovador para os consumidores e isso atrairia ainda mais potenciais clientes e empresas.

Sua estratégia de marketing nas redes sociais teriam que alcançar esse público-alvo, para isso sugere-se uma análise desses consumidores e possíveis investimentos para a potencialização e entrega das publicações na rede social instagram e facebook, que são as principais redes utilizadas pela marca Alfa.

Por fim, em geral, os entrevistados percebem o aipim congelado (“carro chefe da empresa”) e os demais produtos, com ‘bons olhos’ nos quesitos aparência e embalagem, demonstrando que a empresa já possui uma identidade forte firmada.

REFERÊNCIAS

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION - AMA. Definitions of marketing. **American Marketing Association**, 2020. Disponível em: <https://www.ama.org/the-definition-of-marketingwhat-is-marketing/>.

BORTOLUZZI, Dinara Laís. Agroindústria familiar rural e desenvolvimento econômico: um estudo no município de Doutor Mauricio Cardoso/RS. Disponível em: http://www.fahor.com.br/publicacoes/TFC/Economia/2013/Eco_Dinara.pdf.

FAO. Food and **Agriculture Organization of the United Nations**. 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/QCL>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.

NGEVE, M. J. Cassava root yields and culinary qualities as affected by harvest age and test environment. **Journal of the Science of Food and Agriculture**, v. 83, n. 4, p. 249-257, 2003.

PEDRI, E. C. M.; ROSSI, A. A. B; CARDOSO, E. S.; TIAGO, A. V.; HOOGERHEIDE, E. S. S.; YAMASHITA, O. M. Características morfológicas e culinárias de etnovariedades de mandioca de mesa em diferentes épocas de colheita. **Brazilian Journal of Food Technology**, v. 21, n. e2018073, p. 1-8, 2018.

O IMPACTO FINANCEIRO DA UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO PRESUMIDO DO ICMS: UM ESTUDO NO LATICÍNIO DO RIO GRANDE DO SUL

Danilo Melhor Araújo⁸

RESUMO

Os benefícios e incentivos fiscais são considerados uma política governamental que é utilizada com o objetivo de atrair novos negócios, com a intenção de alavancar a economia, sendo responsável pelo crescimento e desenvolvimento das organizações. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é demonstrar o impacto financeiro do uso de crédito presumido por laticínio no Rio Grande do Sul, considerando a comercialização do leite, com o advento da LC n 160/2017. Para atingir o objetivo foi efetuada uma revisão da literatura sobre e legislação sobre a composição de cálculos para demonstração do impacto do benefício fiscal. Para tanto, utilizou-se método de pesquisa quantitativa e descritiva no qual foram compostos de registro de saídas, relatórios e demonstrativos de venda do leite UHT referente ao período de 12 (doze) meses. Conclui-se que, o impacto financeiro para o laticínio que utiliza o benefício do crédito presumido na comercialização do leite UHT no estado do RS é significativamente vantajoso. Tal economia poderá abrir mais competitividade, geração de emprego e renda, aumento do processo produtivo, dentre outros aumentos para o laticínio.

Palavras-Chave: Agronegócio. Tributação do Leite. Benefícios fiscais.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui atualmente uma das maiores cargas tributárias do mundo, atingindo quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB) e elevando, dessa forma, o custo dos produtos e serviços nele produzidos. Na recente história do Brasil, os governos, de uma maneira geral, têm adotado medidas que elevaram a carga tributária. Os impostos transformados em receitas são os recursos necessários aos governos para o alcance dos objetivos públicos (LIMA; REZENDE, 2019).

Os tributos se constituem numa forma de transferência de recursos da sociedade para o governo e influenciam no comportamento dos agentes econômicos, ou seja, nas decisões desses

⁸ Mestrando PPG Agronegócios – UFRGS – danilo.cntcont@gmail.com.

agentes, no que diz respeito ao uso de seus recursos, podendo causar, por vezes, ineficiência na alocação dos recursos como resultado de escolhas que não representam as melhores para a sociedade. Relaciona-se então a carga tributária à ideia de sacrifício, na qual o consumo é compulsoriamente reduzido em troca da provisão de bens públicos e nem sempre atendem satisfatoriamente aos mesmos contribuintes (LIMA; REZENDE, 2019).

A moderna agricultura originou o Agronegócio e a sua constante modernização elevou o segmento ao status de importância econômica que atingiu 21,1% do PIB brasileiro em 2018 (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, 2019). Conforme publicado pela CNA (2020), o agronegócio contribui significativamente para a geração de riqueza na economia brasileira. Prova disso é que o PIB do agronegócio brasileiro, em 2020, avançou cerca de 24,31%, batendo o recorde do setor. A carga tributária pode reduzir os custos de produção das empresas e alterar a competitividade relativa das mesmas e dos diferentes setores da economia. Assim, José Pedrozo, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC), diz que a carga tributária brasileira é uma das maiores do mundo, consumindo um terço das riquezas nacionais, tornando o Brasil um país ineficiente, por cobrar impostos elevados e prestar serviços precários.

Os incentivos fiscais são uma espécie de instrumento econômico dos Estados cuja ideia de concedê-los à determinada atividade, produto ou setor econômico consiste em estimular a produção, o que gera, conseqüentemente, algum retorno para a sociedade, como a geração de empregos, por exemplo. O incentivo fiscal procura estimular a oferta de inovações por parte das empresas e são as próprias empresas que decidem como alocar os recursos no esforço inovador. Os incentivos fiscais reduzem o custo da inovação, supondo-se, portanto, que deveriam incentivar maior intensidade de esforço inovador, que poderia se traduzir em produtos com maior grau de novidade (SANTOS; RAPINI; MENDES, 2021).

Dentre todos os incentivos fiscais, destaca-se aqui o benefício do crédito presumido do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e Telecomunicações (ICMS) que é uma espécie de incentivo fiscal concedido pelos governos estaduais para desenvolver determinados setores da economia. Através desse

mecanismo, é permitido ao contribuinte aproveitamento de crédito decorrente de situação prescrita na legislação que, por vias normais, não ensejaria o direito ao crédito. Trata-se, portanto, de regra específica que confere ao contribuinte a opção de se creditar de um valor presumido em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos. Normalmente, o valor do crédito presumido é calculado pela aplicação de uma determinada alíquota sobre a base de cálculo da operação (JESUS; JACOB, 2021).

Nesse contexto, foi aprovada a Lei Complementar n. 160/2017 (BRASIL, 2017), que é objeto deste estudo, considerando que os benefícios fiscais concedidos pelos estados e Distrito Federal são encarados como subvenção para investimento, e tais benefícios não fazem parte da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A Lei Complementar 160/2017 foi publicada no dia 7 de agosto de 2017, e trouxe e consolidou regras para remissão e a posterior restituição dos créditos tributários referentes ao ICMS decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais.

Nesse estudo, foi escolhido para análise o *Ultra High Temperature* (UHT) dentre vários produtos que possuem benefício fiscal do crédito presumido do ICMS, pois a produção de leite e derivados vem crescendo, assim como a demanda pelos produtos do setor tem aumentado junto à renda dos consumidores, os quais, com maior poder aquisitivo, tendem a incluir produtos com maior valor nutricional em sua cesta de consumo diário (DIEESE, 2014). A procura por esses produtos vem aumentando devido à preocupação da sociedade com uma alimentação mais nutritiva e saudável.

A cadeia produtiva do leite é uma das principais atividades econômicas do Brasil, com forte efeito na geração de emprego e renda. Presente em quase todos os municípios brasileiros, a produção de leite envolve mais de um milhão de produtores no campo, além de gerar outros milhões de empregos nos demais segmentos da cadeia (ROCHA; CARVALHO; RESENDE, 2020).

Todavia, a intervenção por meio de políticas tarifárias e de subsídios ainda é um tema incipiente e complexo, como também as ações e medidas para o referido crescimento, que ainda são pouco conhecidas e difundidas. Neste sentido, identificar impactos de políticas de incentivos à produção em determinado setor, caso específico do lácteo, não é tarefa fácil

(MORAES; BENDER FILHO, 2017).

A partir desta discussão, neste estudo tem-se como problema de pesquisa: qual o impacto financeiro da agroindústria do leite (UHT) RS que utiliza o crédito presumido do ICMS?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Sistema Tributário Nacional

O sistema tributário brasileiro tem os diversos tipos de tributos descentralizados entre todos os entes federados, ou seja, tanto a União, como os Estados e Municípios, tem autonomia para instituir determinado tipo de tributo conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 e o Código Tributário Nacional (CTN). O Sistema Tributário Nacional (STN) é formado pelas regras jurídicas que disciplinam o exercício do poder imposto pelos diversos órgãos públicos, buscando harmonizar as relações da sociedade, com fulcro a atender aos princípios em que se fundamenta, respeitando o pacto federativo sob o qual se vive (COSTA NETO, 2019).

Nele, há a discriminação, de modo exaustivo, da competência tributária de cada ente político e o estabelecimento das limitações ao exercício do poder de tributar (PAULSEN, 2014). Como o próprio nome evidencia, o Sistema Tributário Nacional compreende todos os tributos instituídos pelos entes públicos. O Brasil tem seus principais tributos indiretos sobre o consumo de bens e serviços, são eles: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS), são federais, o ICMS sendo estadual, e o municipal, o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) (COSTA NETO, 2019).

A Constituição Federal, no artigo 18º afirma que “[...] a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos desta constituição” (BRASIL, 1988).

Nos sistemas tributários, todo o indivíduo se configura como contribuinte e beneficiário do sistema de tributação. Dessa forma, o ideal é que todo o contribuinte tivesse, na mesma medida, as vantagens e desvantagens ou benefícios e prejuízos, resultantes da taxação tributária, segundo as suas particularidades. Entretanto, surge a grande dificuldade de se definir

individualmente o que seja benefício e prejuízo gerado pela tributação, devido às próprias complexidades que existem no meio social e a dificuldade de conhecer as preferências e valores de cada indivíduo (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

Sendo assim, o sistema tributário é administrado através de leis e princípios que têm a intenção de proporcionar uma relação harmoniosa entre o Fisco e o contribuinte.

Ainda, os tributos são espécies da qual fazem parte deles os impostos, as taxas e as contribuições de melhorias, conforme o artigo 5º do Código Tributário Nacional. Os impostos são definidos como tributos cuja obrigação tem por fato gerador a sua situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte no artigo 16 do Código Tributário Nacional (BRASIL, 2012).

Importante destacar que, conforme art. 113, parágrafo segundo do Código Tributário Nacional (BRASIL, 2012), a obrigação tributária é tipificada como principal e acessória:

Principal: tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária (em dinheiro). É a prestação à qual se obriga o sujeito passivo, é de natureza patrimonial.

Acessória: é uma obrigação não patrimonial que decorre da legislação tributária. É uma obrigação de fazer, não fazer e tolerar. Tem como finalidade comprovar a existência e o limite das operações tributadas, bem assim a exata observância da legislação aplicável.

2.2 Tributos

Conforme o artigo 3º da Lei nº 5.172 (BRASIL, 1996), tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante a atividade administrativa plenamente vinculada.

Atualmente, no Brasil, existem cinco espécies tributárias, a saber: os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais (CASTRO *et al.*, 2011).

Quadro 1 - Espécies de tributos

Espécie	Conceito
Impostos	Os impostos são tributos que incidem, necessariamente, sobre revelações de riqueza do contribuinte (PAULSEN, 2014) Os fatos geradores de impostos, portanto, serão situações relacionadas ao contribuinte, e não ao Estado, ou seja, fatos geradores não vinculados a qualquer atividade do Estado, conforme está expressamente previsto no art. 16 do CTN: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte” (BRASIL, 2012, art. 16).
Taxas	A taxa é um tributo que é devido toda vez que o contribuinte utiliza atividades estatais relacionadas aos serviços públicos ou ao poder de polícia. Por exemplo: quando alguém solicita a emissão do passaporte, paga uma taxa, pois trata-se de um serviço público (HACK, 2009). Assim, as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição (BRASIL, 2012, art. 77).
Contribuições de melhoria	A contribuição de melhoria é um tributo que pode ser cobrado sempre que uma obra pública tiver ocasionado valorização em imóveis pertencentes a particulares. (BRASIL, 2012, art. 81).
Empréstimos compulsórios	Tem previsão legal no art. 148 da CF, onde diz que, mediante lei, a união poderá instituir empréstimos compulsórios para atender: Calamidade pública; Guerra externa ou sua iminência; e Investimento público (NOVAIS, 2018.)
Contribuições sociais	As contribuições sociais são aquelas destinadas ao financiamento da seguridade social. Seguridade social é o nome dado aos serviços de previdência, de saúde e de assistência social. Previdência é o sistema de aposentadorias, de pensões e outros benefícios (geridos pelo INSS), e pressupõe o pagamento de contribuições por parte dos empregados, dos empregadores e da sociedade em geral para garantir tais direitos; dela só participa quem é filiado, ou seja, quem paga as contribuições. Já a saúde é o sistema público de saúde (SUS), que provê serviços de saúde pública para todos os cidadãos. A assistência social é o serviço que garante benefícios e a subsistência de pessoas consideradas pobres. (HACK, 2009, p. 80).

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Castro *et al.* (2011).

2.3 Breve história do ICMS e suas características constitucionais

Bonilha (1979) afirma que existiam três sistemas tributários estanques: o federal, o estadual e municipal com sobreposições de incidência de imposto sobre a mesma realidade econômica, não obstante a Constituição ou quisesse incomunicáveis.

O ICM começou a ganhar forma a partir da Comissão de Reforma à Constituição, onde culminou na Emenda Constitucional de 18/1995, sob vigência da Constituição Federal de 1946, que tinha como nome, apenas, Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS).

Ainda, o autor supra afirma que a ideia da reforma foi dividir a competência tributária em três tipos, sendo eles: impostos incidentes sobre a renda e patrimônio, sobre o comércio exterior e sobre circulação e produção.

Atualmente, a Constituição Federal de 1988 manteve como fato gerador do imposto a circulação de mercadoria e acrescentou alguns serviços, os de transportes interestaduais e intermunicipais e os de comunicações, fazendo nascer o ICMS.

A Lei Complementar n. 87/96, em seu artigo 4º define como contribuinte do ICMS qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (BRASIL, 1996).

No estado do Rio Grande do Sul, o ICMS foi instituído através do Decreto 37.699 de 36 de agosto de 1997, onde são incorporadas todas as normativas constantes na LC 87/1996, o Regulamento do ICMS do estado do Rio Grande do Sul, definindo também os benefícios fiscais que são aproveitados pelos contribuintes sediados no estado.

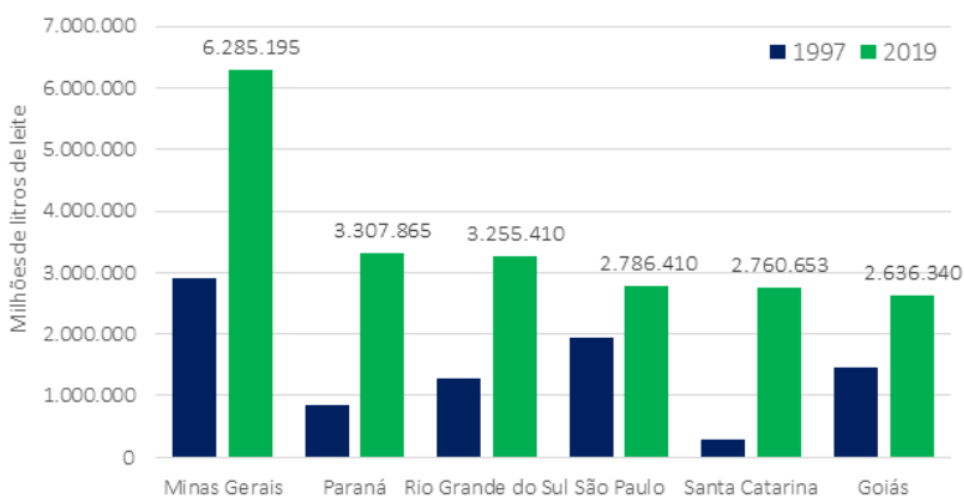
2.4 Incentivos fiscais para o agronegócio no Rio Grande do Sul

Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Universidade de São Paulo (USP) e da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (USP/CEPEA; CNA, 2019), a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,55 trilhão ou 21,4% do PIB brasileiro. Para manter-se competitivo e continuar impactando positivamente o PIB, as empresas do setor do agronegócio contam com incentivos e benefícios fiscais, para isso o governo concedeu instrumentos, que são os benefícios e incentivos fiscais como apoio financeiro indireto.

No que tange aos instrumentos de apoio financeiro (incentivos e benefícios fiscais), eles são utilizados de forma constante por aquelas pessoas jurídicas do agronegócio que têm o conhecimento do “recurso”. Em 2020, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul realizou uma análise econômica sobre os incentivos fiscais do ICMS. A análise visou a dar maior transparência à sociedade sobre o volume dos recursos públicos que são renunciados pelas diferentes políticas de desoneração.

Conforme publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), de todas as regiões do país, o Sul foi onde mais cresceu a produção de leite inspecionada, chegando a 285%. Dentre os estados, Minas Gerais lidera com 6,285 bilhões de litros de leite adquiridos pelos laticínios inspecionados em 2019, seguido por Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina. Goiás, que ocupava a terceira posição em 1997, reduziu sua participação relativa fechando 2019 em 6º lugar (Figura 1).

FIGURA 1. Volume de leite inspecionado adquirido pelos laticínios em Estados selecionados (Top 6), em 1997 e 2019 (em milhões de litros)



Fonte: IBGE (2020), Pesquisa Trimestral do Leite.

2.5 Subvenção para investimento

A subvenção para investimento, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC, 2012) define que subvenção é uma assistência como contribuição, concedida para as empresas de acordo com a sua atividade

operacional. De acordo com o artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, às subvenções para investimento são concedidas como estímulo à implantação ou expansão do empreendimento (BRASIL, 2014).

O item 12 do CPC 07 determina que a subvenção para investimento pode ser reconhecida como receita da empresa durante o período e, conseqüentemente, confrontada com as despesas que pretende compensar, porém, deve-se obedecer às regras estabelecidas no pronunciamento citado (CPC, 2012).

Ademais, no item 15 do mesmo CPC (2012) o tratamento contábil da subvenção como receita original de:

- a) uma vez que a subvenção é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como receita nos períodos apropriados;
- b) a subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação; e
- c) assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

Com advento da Lei Complementar 160/2017, se reconheceu que os créditos presumidos de ICMS que cumpram os requisitos do artigo (art. 30), do art. 10 da Lei Complementar nº 160/2017, e aqueles vigentes à época dos fatos geradores, não devem ser computados na base de cálculo do imposto de renda, quando considerado como subvenção para investimento (BRASIL, 2017).

2.6 Crédito presumido

É importante trazer à baila o conceito do crédito presumido. Para Modesto (2018), o crédito presumido é definido como o valor considerado como crédito fiscal que o fisco (Estado) oferece aos contribuintes em forma de benefício fiscal, concedendo o direito do mesmo se apropriar em valor proporcional do documento fiscal de venda. Logo, sobre esse valor não há tributação.

No Estado do Rio Grande do Sul, o crédito presumido está determinado através do art. 32, CXXXV, Livro I do RICMS. Tal incentivo possui natureza jurídica de benefício fiscal e configura receita fiscal dos Estados, nos termos do art. 14, §1º, da Lei Complementar nº. 101/00 (BRASIL, 2000).

Com a vigência da Lei Complementar 160/2017, não há como se pretender para os diversos benefícios de ICMS, incluindo os créditos presumidos, o reconhecimento à exclusão universal e incondicionada para fins de apuração do lucro. Efetivamente, a Lei Complementar 160/2017, que Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a restituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais (BRASIL, 2017).

Ainda, a Lei Complementar 160/2017 fez considerar os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS subvenções para investimento, submetendo-os ao regime do art. 30 da Lei 12.973/14, inclusive com seus requisitos e condições, e não outros. Isso implica que não serão computados os benefícios de ICMS na determinação do lucro real (BRASIL, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa exploratória e descritiva, que busca a descrição de particularidades de uma certa população, fatos ou correlação entre variáveis (SILVA; MENEZES, 2005), com uma abordagem da união dos métodos qualitativo e quantitativo. O método quantitativo se caracteriza por determinar a quantidade, valor ou extensão de algo para relacionar e investigar os dados reunidos (SILVA; MENEZES, 2005) enquanto que o método qualitativo desenvolve a observação, atenção e análise acerca do estudo de campo, visando a coleta de dados de um conjunto de procedimentos (GIL, 2002).

A presente pesquisa está enquadrada como quantitativa e descritiva, considerando que buscou investigar qual o impacto do uso de crédito presumido na comercialização do leite com advento da Lei Complementar n. 160/2017, levando em consideração a comparação da carga tributária com a utilização e sem a utilização do benefício fiscal, realizando coleta de dados para análise.

Os dados foram analisados com o auxílio do software *Microsoft Excel*®. A coleta de dados foi estruturada e sistematizada em planilha eletrônica, criada pelos autores deste artigo, que concordam com Teóphilo e Martins (2016) quando ensinam, que o conhecimento assim organizado pode ser identificado como primordial para a pesquisa e, de modo mais amplo, para a pesquisa científica.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentada a metodologia de apuração do ICMS, resta avaliar a aplicabilidade do benefício fiscal do crédito presumido exposto no estudo e o impacto da utilização do mesmo. A Tabela 1 apresenta os valores do faturamento do laticínio referente ao ano de 2020.

Tabela 1 - Registro de Saídas - Sem a utilização do crédito presumido do ICMS

Código fiscal	Descrição	Valor contábil	Registro de saídas	
			Operações com débito do imposto	ICMS (Débito)
			Base de cálculo	
5.101	Venda de produção do estabelecimento	29.497.884,00	29.497.884,00	5.309.619,12
6.101	Venda de produção do estabelecimento - fora do estado	10.435.867,80	10.435.867,80	1.252.304,14
Totais		39.933.751,80	39.933.751,80	6.561.923,26

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na coluna de valor contábil da Tabela 1 está o valor do faturamento que o laticínio apurou no ano de 2020 (janeiro a dezembro. Conforme artigo 13 da Lei 87/1996 (BRASIL, 1996), a base de cálculo do ICMS é o valor da operação. Então é aplicado o percentual do imposto sobre o valor da base de cálculo, sendo assim, chega-se ao valor do ICMS a pagar. Neste caso, sem a utilização do crédito presumido, seria R\$ R \$6.561.923,26.

Tabela 2 - Registro de Saídas - Com a utilização do crédito presumido do ICMS

Código fiscal	Descrição	Valor contábil	Registro de saídas	
			Operações com débito do imposto	ICMS (Débito)
			Base de cálculo	
5.101	Venda de produção do estabelecimento	29.497.884,00	29.497.884,00	884.936,52
6.101	Venda de produção do estabelecimento - fora do estado	10.435.867,80	10.435.867,80	313.076,03
Totais		39.933.751,80	39.933.751,80	1.198.012,55

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 2 constam as mesmas informações da Tabela 1, exceto para o valor do imposto a pagar, pois foi aplicado o benefício fiscal do crédito presumido do ICMS previsto no artigo 32, capítulo V, título V do livro I do Regulamento do ICMS do estado do Rio Grande do Sul, que trata sobre as mercadorias que tem direito a crédito fiscal presumido.

Em resumo, comparando as colunas das tabelas 1 e 2, pode-se observar que se utilizando do crédito presumido o laticínio tem uma economia fiscal de R \$5.363.910,70, tendo uma alíquota efetiva de 1,17%. Conforme explica a Lei Complementar 160/2017, este valor deve ser contabilizado como subvenção para investimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi quantificar qual o impacto o laticínio tem realizando a utilização do benefício fiscal do ICMS chamado de crédito presumido, que é uma espécie de incentivo fiscal concedido pelos governos estaduais para desenvolver determinados setores da economia.

A análise demonstrou que é vantajoso para o laticínio enquadrar-se nos requisitos exigidos pelo estado do Rio Grande do Sul e realizar a aplicabilidade dos critérios para utilização desse benefício fiscal. O cálculo resultou em um percentual de redução do imposto a pagar sem a utilização do crédito presumido e utilizando de 22%. Deve-se considerar que além da complexidade da legislação tributária brasileira, impostos diretos e indiretos, o agronegócio possui uma grande cadeia a ser estudada em relação aos custos da gestão organizada e mais acurada em relação aos tributos.

O estudo limitou-se ao estudo apenas do ICMS, mas o efeito acarreta também nas bases de cálculos de outros tributos, como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido. A exclusão do benefício da base de cálculo desses tributos está amparada pela LC 160/2017, que será base para outro estudo.

Conclui-se que, o impacto financeiro para o laticínio que utiliza o benefício do crédito presumido na comercialização do leite UHT no estado do Rio Grande do Sul é significativamente vantajoso. Tal economia poderá abrir mais competitividade, geração de emprego e renda, aumento do processo produtivo, dentre outros aumentos para o laticínio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. **Lei complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017**. Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstauração das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei no 12.973, de 13 de maio de 2014. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp160.htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. (Senado Federal). **Código tributário nacional**: e legislação correlata. 2. ed. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496301/000958177.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

CASTRO, F. de A. V. de *et al.* **Gestão e planejamento de tributos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)**. 2012. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/66_ICPC_01_R1_rev%2012.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

COSTA NETO, J. V. **Contabilidade tributária I**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2019. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553404/2/eBook_FCCC38_Contabilidade%20Tributaria%20I.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. Alimentos ainda pressionam o custo de vida em São Paulo. **Nota à imprensa**, 5 dez. 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseicv/2014/201411analiseicv.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

HACK, E. **A finalidade do tributo**: validade, consequências e controle. 2009. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Trimestral do Leite**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9209-pesquisa-trimestral-do-leite.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 jun. 2022.

JESUS, I. B. de; JACOB, C. M. T. A evolução dos efeitos do crédito presumido de ICMS na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. **Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário**, Brasília, v. 16, n. 1, p.158-191, jan./jun. 2021.
<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDIET/search/authors/view?firstName=Camila&middleName=&lastName=Mosna%20Tomazella%20Jacob&affiliation=Pontif%C3%ADcia%20Universidade%20Cat%C3%B3lica%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20-%20PUC-SP&country=BR>

LIMA, E. M.; REZENDE, A. J. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 1, p. 239-255, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1609>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MODESTO, C. C. S. C. Álcool: ICMS de mentira, crédito de verdade. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 23, n. 5313, jan. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/63291>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MORAES, B. M. M.; BENDER FILHO, R. Mercado Brasileiro de Lácteos: análise do impacto de políticas de estímulo à produção. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 4, p. 783-800, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550410>. Acesso em: 15 mar. 2022.

NOVAIS, Rafael. **Direito tributário facilitado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PAULSEN, L. **Responsabilidade e substituição tributárias**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

QUEIROZ, T. R.; BATALHA, M. O. Gestão de custos na agricultura familiar. *In*: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFScar, 2005. Cap. 9, p. 251-291.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Decreto 37.699 de 26 de agosto de 1997**. Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS). Porto Alegre, 1997.

ROCHA, D. T. da; CARVALHO, G. R.; RESENDE, J. C. de. Cadeia produtiva do leite no Brasil: produção primária. **Circular Técnica**, Juiz de Fora, n. 123, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/215880/1/CT-123.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SANTOS, U. P.; RAPINI, M. S.; MENDES, P. S. Impactos dos incentivos fiscais na inovação de grandes empresas: uma avaliação a partir da pesquisa Sondagem de Inovação da ABDI. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 803-832, fev. 2021. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/5687>. Acesso em: 6 ago. 2022.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_d_e_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

THEOPHILO, C. R.; MARTINS, G. de A. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA/USP; CONFEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. **Pib do agronegócio brasileiro**. Piracicaba, 2020. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 09 nov. 2021.

PRIMEIROS PASSOS DA ROBÓTICA

Ana Luisa Pereira, criador(a) e realizador(a) do projeto.

Gelson Luis Peter Corrêa, Coordenador(a) do projeto.

Igor Mateus Estraich, criador(a) e realizador(a) do projeto.

Luiz Henrique Hoffmann, criador(a) e realizador(a) do projeto.

Wellington Dias Bergmann, criador(a) e realizador(a) do projeto.

RESUMO

O projeto tem a proposta de oferecer por meio de dois encontros, oficinas de robótica para estudantes de instituições de ensino fundamental, sendo o primeiro encontro, uma proposta simples de seguir um manual de montagem e aprender uma programação básica do robô, e o segundo, deixando os estudantes livres para montarem seus próprios robôs e aplicarem a programação aprendida anteriormente, o primeiro encontro normalmente acontecendo na instituição escolhida, e o segundo no câmpus IFSul de Venâncio Aires.

Palavras-chaves: encontros, robô e programação;

1. INTRODUÇÃO

Devido ao nosso sistema de ensino os alunos não se sentem protagonista das aulas realizadas, podendo até gerar dificuldade de pôr à prova no seu dia-a-dia conteúdos já estudados, podendo até a levar dificuldade em certas áreas do estudo de exatas, mas por meio da robótica os conteúdos são melhores fixados, além de uma atividade que põe à prova a criatividade e a resolução de problemas lógicos. Assim, o projeto irá fornecer oficinas de robótica para os estudantes da rede pública para expressar suas ideias e criatividade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No cenário educacional atual percebe-se o desinteresse e dificuldades de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas de matemática e ciências da natureza do ensino fundamental. Os conteúdos, muitas vezes, ainda são desenvolvidos utilizando um tradicionalismo pedagógico, onde o estudante não tem a possibilidade de ser o protagonista de sua aprendizagem, comprometendo a qualidade do processo de ensino-aprendizagem (Fernandes et al., 2018; Bastazini e Mori, 2014). Quanto a pedagogia tradicional atualmente utilizada nas áreas das exatas, como por exemplo a matemática, suas teorias, muitas vezes, são aplicadas de maneira descontextualizada e fragmentadas em contextos imaginários, de modo que a maioria dos estudantes acabam não estabelecendo relações entre a matemática e situações da vida real que podem ser resolvidas por um raciocínio estruturado pela matemática (Maliuk, 2009). Para Fernandes et al. (2018), a maneira de ensino é focada apenas na memorização dos conteúdos, sem a preocupação necessária com o desenvolvimento de habilidades de reflexão crítica relacionadas aos conhecimentos lecionados.

É perceptível que este método necessita de reformas, entre elas, considerar os aspectos socioculturais atuais que são caracterizados pela globalização e tendo grande parte das pessoas conectadas e com acesso a tecnologia. Cabe ressaltar a importância de se ensinar o que se deve saber de forma menos trivial e teórica e mais participativa e aberta a inovações e possibilidades (Vianna et al., 2013). Além disso, é importante considerar que o desenvolvimento do raciocínio lógico prepara os estudantes para resolver problemas do cotidiano, formando indivíduos com senso crítico, capazes de criar, ler, interpretar e melhorar seu contexto (Bastazini & Mori, 2014). A escola precisa ser um centro de inovação, tanto no campo tecnológico, como social, sendo exemplo na construção de novas perspectivas de futuro para a sociedade, percebendo que ao contrário de repetir com qualidade, o mais importante é inovar (Gadotti & Moraes, 2000). Embora haja uma tradição de dar pouca importância à educação tecnológica, no que se refere a construir uma cultura de inovação, esse é o período ideal para iniciar a experimentação de tais meios, de maneira que torne os conceitos abstratos, algo concreto.

É importante considerar um currículo que permita a articulação entre teoria e prática. Para isso, o campo da computação e a educação necessitam unir forças e, além de refletir sobre

o impacto desse uso na escola, ampliar a finalidade da integração desta tecnologia para possibilitar estudos mais aprofundados sobre currículo, didática e tecnologia (Campos, 2017). Gadotti (2000) diz que, o uso de tecnologias em sala de aula contribuiu para a aprendizagem dos estudantes, melhorando os índices da educação, pois promove a experimentação de metodologia diversificada em sala de aula, de maneira que torne os conceitos abstratos em algo concreto.

Segundo um estudo encomendado pela Dell Technologies e realizado pelo IFTF (Institute For The Future), intitulado "Projetando 2030: uma visão dividida do futuro", cerca de 85% dos trabalhos que existirão em 2030 ainda nem foram criados. Nesse contexto, as escolas que não utilizam ferramentas tecnológicas e metodologias que promovam a autonomia do estudante deixam de preparar as crianças e os jovens para um futuro tecnológico.

Hoje, as máquinas já trabalham de forma integrada com humanos e são ferramentas fundamentais para uma performance eficiente, especialmente nas grandes empresas (CARVALHO, 2019).

Uma das possíveis soluções para a inovar e tornar as aulas mais interessantes, tanto para os estudantes quanto para os professores, seria o uso de softwares educacionais e robótica educacional. Uma das maneiras mais práticas e rápidas para a inserção de tais recursos nas aulas é o uso do Lego Mindstorms, pois utiliza a linguagem LOGO, uma linguagem de programação orientada à construção de conhecimento entre seus usuários.

A linguagem LOGO foi criada por Seymour Papert na década de 60 e tem como objetivo possibilitar que crianças aprendam programando, ou seja, ensinando o computador por meio de um algoritmo, potencializando o processo de ensino-aprendizagem (PAPERT, 1997).

O simples acesso à tecnologia, em si, não é o aspecto mais importante, mas sim, a criação de novos ambientes de aprendizagem e de novas dinâmicas sociais a partir do uso dessas novas ferramentas (MORAES, 1997).

No Ambiente LOGO, a ênfase não é inserida no produto final realizado pelo aprendiz, mas sim no processo realizado até que seja atingido o objetivo. Por isso, erros não estão sujeitos a punição, pois passam a ser um momento para tentar outra vez. Ao errar e tentar compreender o motivo, nota-se o estabelecimento de conexões lógicas indispensáveis à construção do conhecimento (MENEZES; SANTOS, 2005; MALIUK, 2009).

A inserção da robótica na aprendizagem dos estudantes contribui para que os mesmos se tornem mais autônomos na resolução de problemas. Segundo Maliuk (2009), se o estudante é capaz de analisar uma situação e efetuar uma ação baseada em sua análise, ele tem o potencial de sucesso em todas as áreas. O processo de aprendizagem é construído a partir das hipóteses criadas na tentativa de solucionar o problema, seja ele na montagem de um robô básico com uma programação simples ou na construção de mecanismos elaborados que interagem entre si de acordo com suas necessidades.

Por meio da Robótica Educacional, cada participante do determinado grupo acaba preocupando-se com o funcionamento do mesmo e com o desenvolvimento do trabalho realizado, proporcionando interação e promovendo independência positiva. A responsabilidade e autonomia de poder trabalhar sem o auxílio frequente do professor é compartilhada entre todos os membros e o aprendizado do consenso é adquirido pelos estudantes (COSTA; COUTINHO; RIBEIRO, 2011).

Além de favorecer o desenvolvimento da criatividade e do raciocínio lógico, utilizando as ferramentas propostas no projeto é possível desenvolver também o que Cuny, Snyder e Wing (apud WING, 2010, p. 1) chamaram de pensamento computacional: a capacidade de promover o processo de formulação de problemas do mundo real e solucioná-los. Essas habilidades se tornam fundamentais uma vez que se relacionam com as demais áreas do conhecimento, como afirma Resnick (2013), nesse processo não só se aprende a programar, mas programa-se para aprender.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Nosso projeto utiliza como material LEGO Mindstorm, modelo NXT, para trabalhar com estudantes e nosso projeto visa em dois encontros apresentar o mundo da robótica:

Os participantes são separados em grupos de 4 pessoas e dados um kit de peças LEGO por grupo e uma revista com modelos de montagem.

No primeiro encontro trabalhamos o básico da montagem dos robôs por meio de revistas didáticas para os participantes se acostumarem com os modelos e após isso, iniciamos a programação de forma básica.

No segundo encontro trabalhamos a programação avançada por meio do Software LEGO Mindstorm, em busca do aperfeiçoamento, utilizamos uma pequena competição de sumô de robôs, em que o objetivo é empurrar o outro robô para fora do ringue.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto segue em andamento, mas já terminamos as atividades propostas na instituição Professor Pedro Beno Bohn, por meio desse projeto atraímos muitos interessados no mundo da robótica além de reforçar sua lógica correlacionando com conteúdos já estudados pelos estudantes, principalmente matemática. Notavelmente o trabalho em grupo foi melhorado de uma aula para outra, além da quebra do tabu da robótica, já que alguns alunos estavam com receio de mexer nos materiais, por ser seu primeiro contato com a área, o medo de quebrar ou estragar algo é comum. Nas escolas que aplicamos o projeto fomos muito bem recebidos e o olhar de interesse nos professores e diretores era recorrente, muitos dos estudantes se interessaram na área e até disseram que gostariam de se aprofundar na área. Um dos objetivos de nosso projeto foi atrair mais inscritos para nossa instituição, IFSul, que por meio da pandemia sofreu uma baixa nas inscrições dos estudantes, por conta disso se tornou um dos pontos de nosso projeto atrair o interesse do público além de aumentar as inscrições, ambos ocorreram além do esperado com o aumento de inscrições para o processo seletivo de 2023.



Fonte: Arquivo pessoal.



Fonte: Arquivo pessoal.



Fonte: Arquivo pessoal.



Fonte: Arquivo pessoal.



Fonte: Arquivo pessoal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metas propostas no nosso projeto não só foram alcançadas como também ultrapassaram o esperado, trabalhamos com cerca de 50 estudantes do oitavo ao nono ano, que se mostraram muito interessados no ramo da robótica. Pois desenvolveram uma base lógica por conta da programação e um pouco de noção de engenharia com a montagem dos robôs e adaptações dos mesmos. Pensamos em continuar o projeto ainda e talvez levá-lo para outras cidades para divulgar não só o projeto como também o Instituto Federal Sul rio grandense.

REFERÊNCIAS

BASTAZINI, S. P. e MORI, N. N. R. **Raciocínio lógico e pensamento: um estudo em sala de recursos multifuncional tipo I**. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor de – Volume I, 2014. Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_edespecial_artigo_silvana_pascutti_bastazini.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

CAMPOS, Flavio Rodrigues. Robótica educacional no Brasil: questões em aberto, desafios e perspectivas futuras. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2108-2121, out./dez. 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8778/6944>>. E-ISSN: 1982-5587. Acesso em: 20 abr. 2022.

CARVALHO, Rafaela. 85% das profissões que existirão em 2030 ainda não foram criadas. **Projeto Draft**. 08 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.projtodraft.com/85-das-profissoes-que-existirao-2030-ainda-nao-foram-criadas/>. Acesso em: 20 abr 2022.

DELL TECHNOLOGIES. **Projetando 2030 O Futuro do Trabalho**. 2018. Disponível

em: <https://www.delltechnologies.com/pt-br/perspectives/future-of-work.htm> .

Acesso em: 18 abr. 2022.

FERNANDES, Arlete Modesto Macedo et al. **O Construtivismo na Educação**. 2018.

Disponível em:

<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1049/1514>. Acesso em: 18 abr. 2022.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. 2 ed. São Paulo Perspec. 2000.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MALIUK, Karina Disconsi. **Robótica educacional como cenário investigativo nas**

aulas de matemática. 2009. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17426/000710641.pdf>. Acesso em

19 abr. 2022.

MORAES, M. C. **Subsídios para Fundamentação do Programa Nacional de Informática**

na Educação. Secretaria de Educação à Distância, Ministério de Educação e Cultura,

Jan/1997. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001169.pdf>. Acesso em: 19 abr.

2022.

SANTOS, Carmen; MENEZES, Crediné. **A Aprendizagem da Física no Ensino**

Fundamental em um Ambiente de Robótica Educacional. 2005. Disponível em:

<https://www.br-ie.org/pub/index.php/wie/article/view/856>. Acesso em: 21 abr. 2022.

VIANNA, Y. et al. Gamification, Inc. **Como reinventar empresas a partir de jogos**. MJV

Press. 2013. Disponível em:

<https://pt.slideshare.net/fabiopedrazzi/livro-gamification-inc-mjv>. Acesso em: 20 abr. 2022.

WING, J. M. **Computational thinking: what and why?** [Pittsburgh: Carnegie Mellon

University 's School of Computer Science], 2010. Disponível em:

<http://www.cs.cmu.edu/~CompThink/resources/TheLinkWing.pdf>. Acesso em: 19 abr.

2022.



ACESSIBILIDADE NO IFSUL: práticas para a inclusão de pessoas com deficiência

Eloisa Maria Wiebusch⁹
Giovana Beatriz Vogel da Silva¹⁰
Janete Inês Müller¹¹
Larissa Parkert¹²
Laura de Azevedo Sehn¹³

RESUMO

O presente estudo busca apresentar os resultados obtidos durante a execução do projeto de pesquisa ‘Acessibilidade no IFSul: práticas para a inclusão de pessoas com deficiência’. Durante o período, objetivou-se investigar, analisar e socializar práticas de acessibilidade, recursos tecnológicos, materiais pedagógicos e possibilidades comunicativas, por meio de experiências, fosse suscitado o desenvolvimento de produções acessíveis, promovendo a inclusão escolar/social de pessoas com deficiência. Para isso, nesta pesquisa exploratória e procedimental, foram realizadas: a Pesquisa bibliográfica; Entrevistas virtuais com professores do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul); Análises e socializações de estudos; Construção experimental de produções acessíveis. O projeto contou com o apoio do NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas), de docentes da instituição, estudantes do Câmpus e de pessoas com deficiência (consultores). A socialização dos dados produzidos, assim como a criação de uma *skill* para a assistente virtual Alexa e as placas de localização com sinalização em Libras, viabilizou acessibilidade informativa de pessoas com deficiência em âmbito escolar (institucional) e social. Em geral, observou-se que esta pesquisa, por meio do conhecimento produzido e socializado, dá condições para experienciar produções inovadoras no IFSul, promovendo a inclusão de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: produções acessíveis; pessoas com deficiência; inclusão; educação profissional e tecnológica; educação especial.

⁹ Doutora em Educação, PUCRS. Professora do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, IFSul, Câmpus Venâncio Aires - RS.

¹⁰ Bolsista do projeto de pesquisa: “Acessibilidade no IFSul: práticas para a inclusão de pessoas com deficiência”. Estudante do Ensino Médio Técnico Integrado em Refrigeração e Climatização do IFSul Câmpus Venâncio Aires - RS.

¹¹ Doutora em Educação, UFRGS. Professora do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, IFSul, Câmpus Venâncio Aires - RS.

¹² Bolsista do projeto de pesquisa: “Acessibilidade no IFSul: práticas para a inclusão de pessoas com deficiência”. Estudante do Ensino Médio Técnico Integrado em Informática do IFSul Câmpus Venâncio Aires - RS.

¹³ Voluntária do projeto de pesquisa: “Acessibilidade no IFSul: práticas para a inclusão de pessoas com deficiência”. Estudante do Ensino Médio Técnico Integrado em Refrigeração e Climatização do IFSul Câmpus Venâncio Aires - RS.

1. INTRODUÇÃO

Na educação contemporânea, a inclusão de pessoas com deficiência constituiu-se um imperativo, sobretudo ancorada em políticas públicas que garantem direitos a estudantes com deficiência. O desenvolvimento de sujeitos em condições de igualdade a outros é um desafio no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), sobretudo pelo compromisso com a Educação Profissional e Tecnológica. Afinal, como possibilitar aos estudantes com deficiência o acesso e a construção de conhecimentos nas áreas técnicas?

Nesse contexto, pergunta-se: como as práticas de acessibilidade possibilitam incluir pessoas com deficiência em contextos educacionais e sociais? Acredita-se que a pesquisa sobre práticas de acessibilidade existentes, inclusive as realizadas no IFSul, dão condições para novas experiências, tanto na produção como no uso adequado de recursos acessíveis. Também entende-se que essas práticas de acessibilidade “ampliem as possibilidades de inclusão” de pessoas com deficiência, tanto em âmbito institucional como social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Atravessamos tempos em que os sujeitos “anormais” eram escondidos, ou apenas integrados socialmente às Instituições. Se “educar” compreende trazer os recém-chegados para a cultura que vivemos, seja na família, em grupos, na escola, em sociedade, é fundamental implementar métodos de ensino, lançar convites à aprendizagem, tornar a igualdade um ponto de partida. A igualdade de cada estudante não é uma posição científica ou um fato provado, mas um ponto de partida, que considera que todo mundo é capaz e, portanto, não há motivos ou razões para privar alguém da experiência da capacidade (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013).

Nessa perspectiva, é possível pensar os Institutos Federais de Ensino como espaços em que reconhecem e atendem às diferenças individuais, respeitando as necessidades de quaisquer estudantes, em práticas pedagógicas que envolvem a todos e a cada um. Além disso, cabe acreditar no potencial da próxima geração: cada sujeito (independentemente de antecedentes, talento natural, ou aptidão) tem a capacidade de se desenvolver de maneira significativa. É

nessa perspectiva que se constrói esta fundamentação teórica, organizada em dois importantes pontos: educação inclusiva e práticas de acessibilidade.

2.1. Educação Inclusiva

O direito à igualdade de oportunidades, segundo Carvalho (2004), significa dar a cada um o que necessita em função de seus interesses e características individuais; também compreende equidade, ou seja, educar de acordo com as diferenças individuais, sem que qualquer manifestação de dificuldades se traduza em impedimento à aprendizagem. Ainda conforme essa autora, a escola inclusiva está baseada na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escolas de boa qualidade, no direito de integração com colegas e educadores, de apropriação e construção de conhecimento (com previsão e provisão de recursos de toda a ordem) e, incondicionalmente, na mudança de atitudes frente às diferenças individuais.

Inclusão, segundo Mantoan (2003), é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência, marcando uma mudança de atitude diante do outro. Nesse sentido, há que se mudar propostas educacionais, adequar métodos e recursos, romper fronteiras entre saberes, aprender mutuamente, estudar de modo contínuo, acompanhar atentamente e intervir nos singulares processos de aprendizagem, concretizando “uma escola sem preconceitos, democrática, competente, uma escola de todos, para todos e com todos!” (MANTOAN, 2003, p. 40). Trata-se, portanto, de um desafio complexo ao longo dos tempos.

Talvez a mudança de cultura venha mobilizada pelo “dar-se conta” de que estar incluído não é um status que uma vez atingido, podemos viver tranquilamente. Trata-se de uma luta constante entre o estar e o não estar incluído, não nos lugares, mas nas relações estabelecidas dentro dos espaços criados para conviver, ensinar, trabalhar, etc. com o outro. Se entendermos que na possibilidade da inclusão sempre há a possibilidade da exclusão, não deixaremos esmaecer nossas lutas pelos direitos, pelo respeito ao outro e a nós mesmos e pela dignidade humana. [...] Assim, para que a inclusão seja assumida como uma verdade para todos, inclusive ultrapassando tipos específicos e já pensados a ser incluídos, é preciso transformá-la em um problema ético, filosófico, político e educacional. (LOPES, FABRIS; 2013, p. 111)

As instituições escolares, mesmo que a inclusão tenha se constituído um imperativo, uma verdade inquestionável, urge pensarmos nesses processos. Mesmo com as atuais políticas educacionais, contribui-se para uma inclusão excludente (VEIGA-NETO; LOPES, 2007), ou seja, promove-se o acesso e a permanência a todos que, em um espaço formativo supostamente de inclusão, são também nele excluídos, já que não há condições de igualdade a todos os diferentes. Por isso, a inclusão escolar transcende o entendimento de ocupação do mesmo espaço físico e de acessibilidade; urge também romper barreiras atitudinais, que, por sua vez, podem eliminar barreiras pedagógicas e comunicacionais.

Além disso, é fundamental problematizar os modos pelos quais posicionamos os sujeitos comumente representados como “anormais”: aqueles (sujeitos e grupos) que vivem às margens sociais, devido a questões culturais/étnicas, econômicas, estéticas, de gênero, de necessidades específicas... Diante dessa complexidade, nesta pesquisa atenta-se para a inclusão de pessoas com deficiência (PcDs), que têm “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

2.2. Práticas de acessibilidade

Acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos, independentemente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvida a partir do movimento de inclusão. Dialogando com Sarraf (2012), a acessibilidade possibilita a melhoria da qualidade de vida da população com e sem deficiência, proporcionando liberdade de escolhas e abertura de horizontes pessoais, profissionais e acadêmicos. Assim, “acessível é o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa” (SARRAF, 2012, p.63), com segurança e autonomia. Implica, portanto, considerar as esferas física, intelectual, cognitiva e atitudinal.

Ao propor a projeção da acessibilidade sob princípios do desenho universal, ou seja, que beneficie todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência, Sassaki (2005; 2009) identifica tipos de acessibilidade nos espaços escolares: 1. Instrumental: sem barreiras nos

instrumentos e utensílios de estudo, de atividades da vida diária, de lazer, esporte e recreação; 2. Programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, em regulamentos e em normas; 3. Arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos; 4. Comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal, na escrita (incluindo textos em Braille e com letras ampliadas, notebook e outras tecnologias assistivas) e na comunicação virtual (acessibilidade digital); 5. Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de ação comunitária e de educação dos filhos; 6. Atitudinal: através de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Nesta pesquisa, embora os objetivos estejam ligados à investigação de recursos tecnológicos, de materiais pedagógicos e de possibilidades comunicativas, a categorização em tipos de acessibilidade não é proposta. As importantes contribuições de Sasaki (2005; 2009) são aqui consideradas para subsidiar e aprimorar a investigação, assim como favorecem a compreensão acerca de elementos indissociáveis, isto é, promover a acessibilidade comunicacional (inclusive digital) está ligado a uma postura metodológica, que, por sua vez, não abdica de acessibilidade atitudinal. Por isso, neste trabalho, caminha-se em direção à importante conexão entre saberes que circulam em áreas profissionais e tecnológicas.

Além disso, neste texto, compreende-se ‘práticas’ (de acessibilidade) não apenas como atividades de um sujeito, mas, na interlocução com perspectivas teóricas, designa a existência de certas regras a que o sujeito está submetido quando pratica o discurso. Assim, é o discurso que constitui a prática, de modo que não há discurso fora do sistema de relações materiais que o estruturam e o constituem. Na ordem do discurso, os saberes aqui produzidos empoderam e subjetivam, de modo que as verdades têm efeitos nas práticas educacionais, principalmente nos sujeitos por elas envolvidos. Como alerta Foucault (1996), há perigos na proliferação de discursos, pois enunciar, mais que nomear ou apontar posições, é produzir o que é dito.

O empenho em desenvolver uma análise discursiva requer compreender o “enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”. (FOUCAULT,

2005, p. 31). Além disso, importa explorar, descrever e tentar compreender como os dados produzidos na pesquisa vêm a ser o que são, na medida em que são uma produção histórica e política, situados em domínios discursivos (pedagógicos, jurídicos, tecnológicos, clínicos...).

Desse modo, pergunta-se: como as práticas de acessibilidade possibilitam incluir pessoas com deficiência em contextos educacionais e sociais? Embora os processos inclusivos compreendam desafios complexos, que transcendem a acessibilidade como consolidação exclusiva de recursos e de serviços, a acessibilidade constitui-se “um debate necessário em tempos complexos e de afronte à cidadania dos sujeitos que pertencem a grupos minoritários” (KRAEMER, MÜLLER, 2019, p. 114). Ainda segundo as autoras, a acessibilidade, enquanto direito instituído na legislação nacional, reflete o movimento político de luta e de reivindicação das pessoas com deficiência pela possibilidade de participação e de desenvolvimento de suas potencialidades em todos os espaços da sociedade e, principalmente, sem discriminação.

Em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015), no Artigo 53, a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Acessibilidade abrange o “acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas [...] no sistema escolar” (Capítulo IV, parágrafo XV), bem como o uso “da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação” (Capítulo IV, parágrafo 12). A acessibilidade é um direito de todos, independentemente da condição; ou seja, inclui o uso de produtos, serviços e informação a variadas parcelas da população; negá-la é “impedir a formação integral do ser humano” (MELO, PEROVANO & RIMOLO, 2019, p. 110).

Segundo Mianes (2017), no Brasil, o caminho ainda é longo para que os tidos como diferentes tenham sua diferença respeitada. Por isso, é fundamental ampliar a quantidade de produtos acessíveis, aumentando seu alcance e sua abrangência para a maior parte do território nacional, o que é, de algum modo, proposto neste projeto. Assim, é possível superar barreiras atitudinais - preconceitos em relação a indivíduos ou grupos devido a intolerâncias às diferenças -, que se caracterizam como grande desafio, talvez o maior de todos, tendo em vista suas implicações ao se promover, ou não, práticas de acessibilidade como as descritas a seguir.

2.3. Recursos tecnológicos, materiais pedagógicos e possibilidades comunicativas

O planejamento de recursos, de metodologias e de estratégias que atendam às necessidades de aprendizagem dos estudantes, visando funcionalidades para materiais didáticos, é um caminho viável para a constituição de práticas acessíveis, inclusive para a adaptação de materiais já existentes. Segundo o estudo de Mól e Dutra (2019, p. 14 a 35), para que sejam mais eficientes, os materiais pedagógicos acessíveis devem atender a algumas características, como: ser eficiente no espaço educacional, ergonômico, seguro e agradável ao toque; apresentar contrastes visuais e táteis; ser durável e resistente, feito de materiais conhecidos e fiel à representação; ter tamanho adequado e ser portátil, bem como apresentar características de textos adequados (tipo de fonte e tamanho); ser simples, multissensorial, viável economicamente, de uso coletivo e avaliado adequadamente.

Em trabalho que discute a produção maker de material pedagógico para pessoas com deficiência visual, por meio do uso de impressora 3D, Pinzetta e Frosch (2019, p. 129), descrevem experiência de fabricação digital ou prototipação rápida como possibilidade para a produção de material universal, aberto (compartilhamento digital) e replicável. Com base na observação de práticas docentes, o trabalho compreende as seguintes etapas: 1. Identificação e interpretação da (possível) modelagem do material; 2. Produção da modelagem digital (preferencialmente) em software livre; 3. Produção do fatiamento digital e g-code em software livre; 4. Impressão 3D; 5. Inspeção visual e acabamentos manuais do material pedagógico; 6. Uso do material em aula ou em estudos autônomos; 6. Revisão/Compartilhamento do material digital do produto. Entre os resultados, destaca-se agilidade e durabilidade, favorecendo os processos de inclusão escolar.

Ainda em relação a produção de materiais acessíveis, Mól e Dutra (2019, p. 14 a 35) destacam a importância de os materiais didáticos serem avaliados de modo sistemático pelos usuários a que se destinam. Isso porque, por exemplo, materiais para pessoas com deficiência visual são produzidos por videntes, e o pensamento de quem o planejou não deve estar em sintonia com quem o utilizará. Nesse processo, professores buscam modos para todos aprenderem; os demais estudantes têm a possibilidade de compreender limitações e vivenciar a

inclusão. Ainda sobre o ensino profissional e tecnológico contribuem afirmando que o mais importante é que o estudante “tenha conhecimento da técnica e compreenda detalhes. Aprender a fazer não significa, necessariamente, fazer. Não poder fazer sozinho também não significa não saber fazer” (p. 23).

Os recursos de acessibilidade, quando bem empregados, “são fundamentais para valorizar esse estilo de vida e o dom de perceber o mundo diferente da maioria” (MIANES, 2012, p. 162). Também é preciso conscientizar as pessoas para que entendam a acessibilidade como um direito e não como uma forma de caridade; é necessário “ter mais Libras, audiodescrição, legendas, ambientes acessíveis”. Ainda, segundo ele, outros desafios são: fazer com que as leis existentes sejam cumpridas; sensibilizar todos para que estejam juntos nas batalhas cotidianas por acesso à cultura; e ampliar os recursos e os produtos culturais acessíveis para as pequenas e médias cidades do Brasil

Nos processos de adequações comunicativas, para garantia da acessibilidade, Sarraf (2012) propõe: sites acessíveis; comunicação em Libras (Língua Brasileira de Sinais); Informações em formatos auditivos; materiais impressos com informações claras, simplificadas e em padrões universais; uso de Braille e caracteres grandes; filmes e vídeos com legendas; audiodescrição, entre outros; é fundamental proporcionar acolhimento, recursos para facilitar a permanência de visitantes em dependências, maneiras facilitadas de acesso a informações... Por isso, a acessibilidade em saber como e de que modo proceder em cada situação é também um exercício de sensibilidade. Ter acesso a informações e a produtos culturais aumenta o campo de atuação rumo à reivindicação de direitos à diferença.

Como um caminho de mediação instrumental, cabe destacar a relevância da tecnologia assistiva (TA), compreendendo processos que favorecem, potencializam ou auxiliam, também na escola, no desenvolvimento de “habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência, geralmente relacionadas às funções motoras, funções visuais, funções auditivas e/ou funções comunicativas” (GALVÃO FILHO, 2013, p. 8-9). Em termos legais, a tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreende produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam “promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BRASIL, 2015).

Por essa maneira de perceber, a relação entre a TA e a Educação Inclusiva pode ser inferida pela maior capacidade e predisposição para o aprendizado que os recursos de acessibilidade da TA conferem ao estudante com deficiência física/motora, sensorial ou de comunicação, na medida em que a TA [...] lhe possibilita ou facilita interagir, relacionar-se e atuar em seu meio com recursos mais poderosos, proporcionados pelas adaptações de acessibilidade de que dispõe. Com a equiparação de oportunidades possibilitada pela TA, esse estudante poderá, então, dar passos maiores em direção a eliminação das barreiras para o aprendizado (barreiras motoras, visuais, auditivas e/ou de comunicação) e para a eliminação dos preconceitos, como consequência do respeito conquistado com a convivência, aumentando sua autoestima, porque passa a poder explicitar melhor seu potencial e seus pensamentos. (GALVÃO FILHO, 2013, p. 40)

Em estudo realizado sobre tecnologia assistiva em rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, Sonza (2013) descreve recursos de tecnologia assistiva, como: lupa eletrônica para TV, impressora Braille, interface de programas (Dosvox, NVDA, Jaws, Virtual), leitores de tela, teclados em Braille e com escrita em língua de sinais, mouses e acionadores, entre outros. Entre os sujeitos surdos, usuários de Libras, é comum o uso de aplicativos de tradução (VLibras e Hand Talk) e de softwares de tradução instantânea da voz, como o Speechlogger. Outros recursos são utilizados por pessoas com deficiência, os quais carecem de investigação, descrição e análise, de modo que, a partir de socializações de dados, mais usuários possam utilizar a tecnologia assistiva, entre outras práticas de acessibilidade em sua vida.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Com atuação de membros do NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas), de docentes, discentes e de pessoas com deficiência (consultores), esta pesquisa caracterizou-se como exploratória. Portanto, procedimental e metodologicamente, foram desenvolvidos de modo aprimorado as seguintes etapas:

a. Pesquisa bibliográfica: A partir da consulta a livros e artigos científicos buscou-se a compreensão do que já foi cientificamente produzido e socializado, impulsionando aprendizados e avanços na área de conhecimento investigada. Além disso, a pesquisa acerca de

recursos tecnológicos existentes e respectivos funcionamentos foi desenvolvida, pois softwares proporcionam às pessoas com deficiência melhores condições de acesso à informação.

b. Entrevistas com professores do IFSul: foram desenvolvidas com o propósito de investigar materiais pedagógicos acessíveis produzidos para estudantes com deficiência em cursos profissionais e tecnológicos do IFSul.

c. Análises e socializações de estudos: Desenvolvidas as principais coletas de dados, cabe organizar os dados e produzir outros; importa descrever e aprofundar a análise dos materiais coletados. Nesse sentido, foi necessária a seleção de dados que respondessem ao problema de pesquisa.

d. Construção experimental de produções acessíveis: buscou-se a produção de artefatos informativos que fossem acessíveis em comunicações realizadas pelo Câmpus. No que diz respeito ao uso de recursos tecnológicos, as assistentes virtuais, adquiridas pelo projeto, respondem a comandos de voz e são utilizadas para auxiliar as pessoas no cotidiano, o que fez os estudantes produzirem uma *skill* que auxilia pessoas com deficiência visual a se localizarem no câmpus. Também, com o uso de recursos do Câmpus (impressora 3D e máquina de corte a laser), foi feita a confecção de jogos pedagógicos e de placas em Braille/Libras, para facilitar o acesso das pessoas com deficiência ao Câmpus e à identificação dos locais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio deste trabalho, é possível socializar importantes resultados. A realização de quatorze (14) entrevistas, contemplando profissionais de diferentes câmpus da nossa Instituição, possibilitou analisar e socializar potentes práticas inclusivas desenvolvidas na Instituição, tendo em vista referenciais do campo da Educação Especial. Nesse sentido, observa-se o desenvolvimento de práticas inclusivas em áreas técnicas e disciplinas da base comum, que compreendem uso de recursos tecnológicos, construção de materiais táteis, estratégias de leitura e escrita, oferta de atendimentos individualizados, construção de currículos específicos aos estudantes com necessidades específicas, apoio de profissional de

Atendimento Educacional Especializado (AEE) em práticas de docência compartilhada, além da importante acolhida e superação de barreiras atitudinais.

No âmbito da construção experimental, placas de identificação de locais do Câmpus foram desenvolvidas, nas quais há informações acessíveis em Libras (figuras 1, 2 e 3). Foi pautado, também, a possibilidade de adicionar as informações em Braille nas placas, mas não foi possível desenvolver essa ideia na prática. Em relação à produção de jogos, foi desenvolvido o dominó acessível (figura 4) para pessoas cegas e/ou com baixa visão, em que há o destaque para os números/quantidades em alto-relevo. Também foi idealizada a aplicação de imãs nas peças do dominó para qualificar a organização e a prática entre jogadores, entretanto, não foi possível a execução. Para a confecção dos materiais acessíveis citados, foram utilizadas chapas de MDF e acrílico (placas de identificação), além da máquina cortadora a laser do Câmpus e a impressora 3D (dominó), contando-se com importante apoio de pessoas surdas e/ou com deficiência visual na avaliação dos materiais produzidos. Desse modo, ampliar a quantidade e o alcance de produtos acessíveis, por meio do conhecimento produzido e socializado, viabiliza condições para a inclusão escolar e social de pessoas com deficiência. Além disso, são rompidas barreiras atitudinais, potencializando-se as ações institucionais para produções inovadoras no campo da acessibilidade e da inclusão.

Figura 1: Modelo utilizado para a confecção das plaquinhas.

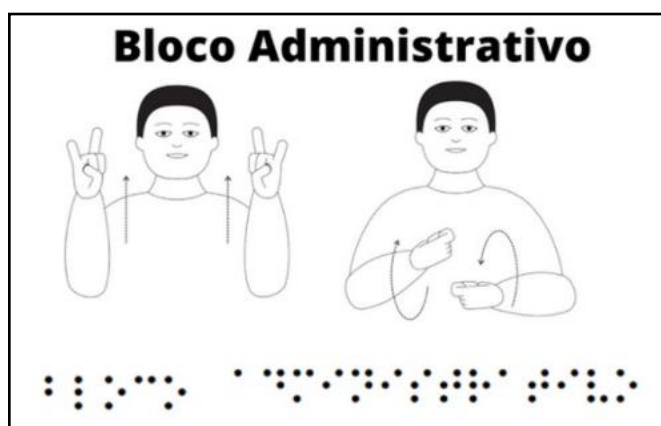


Figura 2: Produção experimental da plaquinha com cortadora a laser



Figura 3: Produção experimental da plaquinha



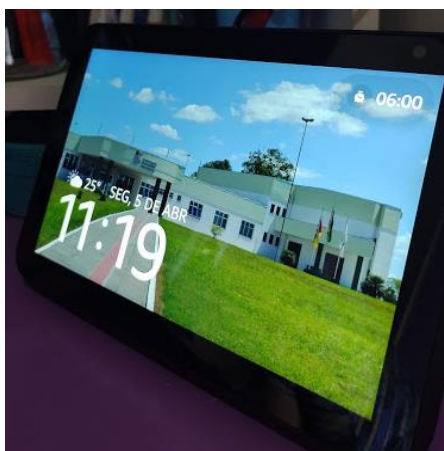
Figura 4: Imagem da produção do jogo de dominó acessível



No que diz respeito aos recursos tecnológicos, a utilização das assistentes virtuais Alexa e Google Assistente (figura 5) foi explorada, de modo a promover mais contato entre a máquina e o ser humano (e suas necessidades). Quanto ao seu uso em sala de aula e, mais especificamente, em sala de atendimento a estudantes com necessidades específicas, destaca-se o uso de *skills* (programa) da Alexa. Qualquer pessoa com acesso à senha da conta utilizada nas assistentes virtuais, que pode ser criada gratuitamente, pode criar e utilizar *skills*, também conhecidas como habilidades. Assim, os profissionais podem criar perguntas e/ou respostas personalizadas de acordo com o conteúdo abordado e podem utilizá-las para o desenvolvimento dos estudantes. Entre os exemplos de *skills*, pode-se destacar os *flashcards*, o *quiz*, *listening quiz*, *story quiz* e *custom Q&A*. Os *flashcards* funcionam a partir de uma habilidade, de modo que se cria um tópico e o cartão, com termo, a definição e uma dica. As habilidades de *quiz* diferenciam-se uma das outras pela organização e pela maneira como são executadas, porém o objetivo é o mesmo. *Custom Q&A* tem a tradução como “customizar perguntas e respostas” e, como o nome diz, cria-se respostas para as perguntas que se fazem à Alexa, podendo ser ou não referente ao ensino. As *skills*, como é possível perceber nos nomes, são originárias da Língua Inglesa, porém existem alguns truques que podem deixá-las úteis na Língua Portuguesa.

Além da possibilidade de customização, foi-se pensado na criação de *skills* totalmente personalizadas. Para isso, é necessário possuir um conhecimento prévio em lógica de programação e de linguagem de programação Python. A partir da realização de um curso online de programação de *skills*, foi possível haver o desenvolvimento de uma *skill* chamada “Localização no IF”, na qual o objetivo é auxiliar, principalmente, pessoas com deficiência visual a se localizarem no câmpus. Quando uma pessoa diz “Alexa, localização das salas”, ela pergunta “Qual o destino?” e espera a pessoa dizer para onde quer ir. Pode-se pedir a localização de uma sala, um laboratório, e até mesmo dos blocos. Então ela dá as direções e, em caso de ser um lugar específico dentro de um bloco, por exemplo, ainda declara que se a pessoa não sabe onde fica o bloco ela tem liberdade para perguntar.

Figura 5: Echo Show 8, que utiliza a assistente virtual Alexa, da Amazon



A produção de tabelas informativas acerca dos recursos tecnológicos acessíveis permite analisar e indicar seus possíveis usos em sala de aula; para isso, observam-se fatores como custo, público-alvo e modos de acesso. Ainda em relação a essa pesquisa, é possível observar: a maioria dos recursos tecnológicos investigados são gratuitos, sendo que 63% deles são executáveis em *smartphones* e estão disponíveis na *App Store* ou *Play Store*, 25,9% são executáveis em computadores e 15,1% deles têm versões para *smartphones* e computadores; em relação às necessidades específicas das pessoas, 42,9% dos recursos tecnológicos pesquisados são destinados a pessoas com deficiência visual, 17,1% a pessoas com deficiência auditiva, sendo os demais indicados para pessoas com deficiência física, síndrome de Down, dificuldade de fala e pessoas do espectro autista; em relação ao idioma utilizado, 70% são executados em Língua Portuguesa (sem necessidade de escrita), com a opção de mudança de idioma, e 30% são executados na Língua Inglesa e/ou em outro idioma.

Os dados coletados para análises foram o nome do aplicativo, a funcionalidade, onde é possível encontrar, se é gratuito ou não e para quem é indicado (a que tipo de necessidade específica se destina), conforme é indicado na tabela 1.

Tabela 1: planilha de alguns aplicativos pesquisados.

Nome	Funcionalidade	Onde encontrar	Disponibilidade	Indicação
Be My Eyes	Comunidade de voluntários que ajudam deficientes visuais com ações cotidianas.	Play Store e App Store	Gratuito	Pessoas com deficiência visual
Domlexia	Jogo que ajuda a melhorar consciência fonológica do usuário de maneira lúdica	Play Store e App Store	Gratuito	Pessoas disléxicas em fase de alfabetização
eSSENTIAL Accessibility	Auxilia na utilização do teclado, leitura de tela e controle do mouse para acessar a internet	Play Store ou site da empresa (https://www.essentialaccessibility.com/download-app)	Gratuito	Pessoas com deficiência motora
Google BrailleBack	Simplifica a utilização do usuário pelo braille	Play Store	Gratuito	Pessoas com deficiência visual
Picto TEA	Comunicação do usuário por meio de pictogramas digitais	Play Store	Gratuito	Transtorno do Espectro Autista e Global do Desenvolvimento
TelepatiX CAA	Alfabeto que possibilita a comunicação de pessoas com deficiência	Play Store	Gratuito e pago	Distúrbio de fala e/ou linguagem e limitações de movimento
Ubook	Conteúdo de livros, revistas e podcasts em áudio	Play Store e App Store	Pago (R\$14,90/mês)	Android e iOS
Virginia ajuda deficientes	Possibilita a comunicação por meio de tablets e smartphones	Play Store	Gratuito	Dificuldade de fala e pessoas hospitalizadas

A socialização dos dados produzidos sobre recursos tecnológicos de acessibilidade, bem como a utilização de assistentes virtuais, viabiliza acessibilidade informativa de pessoas com deficiência em âmbito escolar (institucional) e social. Em geral, observa-se que esta pesquisa, por meio do conhecimento produzido e socializado, dá condições para experienciar produções inovadoras no Instituto, portanto, assim como promove a inclusão escolar e social de pessoas com deficiência.

Outro importante avanço atingido com o projeto diz respeito ao maior cuidado com as práticas em redes sociais, visto que é possível adicionar legendas, inclusive automáticas, que, de fato, promovem a inclusão de pessoas com deficiência, permitindo-lhes o acesso às informações. Além disso, foi melhorada a publicação de materiais acessíveis na página do Câmpus a partir da utilização da descrição de imagens. Abaixo, a descrição feita por estudantes voluntários e o referente banner divulgado nas redes sociais do câmpus (figura 5):

#ParaTodosVerem - Banner virtual na cor verde claro com o título "Reunião para pais e/ou responsáveis dos estudantes do IFSul Câmpus Venâncio Aires". No canto inferior direito, há um megafone em cor verde mais escura com detalhes em preto. Em letras menores, na cor branca, há as seguintes informações: link da reunião, na plataforma Google Meet: <https://meet.google.com/xib-vmti-gko>; data: 2 de outubro; horário: 19h30min. Informa também a pauta da reunião: "orientações sobre o período de atividades pedagógicas não presenciais (aulas remotas)" (fim da descrição).

Figura 6 - Banner divulgado nas redes sociais do câmpus (descrição acima)



Objetiva-se, na sequência do projeto, contar com mais estudantes voluntários, visto que vários integrantes de projetos de extensão relacionados à inclusão e acessibilidade estão neste processo de formação para a produção de materiais acessíveis. Destaca-se também a importante evolução buscada pelos participantes deste projeto, que buscaram a participação em eventos e cursos de formação na área. Ter a possibilidade de aprender na interação com pessoas com deficiência, como promovido neste projeto, viabiliza a inclusão. Afinal, nada sobre as pessoas com deficiência sem a participação delas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade compreende uma concepção de ambientes que considera o uso por todos os sujeitos, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas, promovendo a aprendizagem de pessoas com e sem deficiência. Incluir é viabilizar caminhos para a aprendizagem de sujeitos com e sem deficiência, e essa prática requer a implementação de meios eficazes, principalmente a partir de teorizações na educação, políticas públicas e ações que garantam os direitos de igualdade a todos os cidadãos. Desse modo, entendemos que ampliar a quantidade e o alcance de produtos acessíveis, por meio do conhecimento produzido e socializado, viabiliza condições para a inclusão escolar e social de pessoas com deficiência. Além disso, são rompidas barreiras, potencializando-se as ações institucionais para produções inovadoras no campo da acessibilidade e da inclusão.

Nesta pesquisa, atentou-se para a inclusão de pessoas com deficiência, que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Entretanto, muitas dessas práticas inclusivas aplicam-se também a outros sujeitos, de algum modo considerados diferentes. Afinal, no Brasil, o caminho ainda é longo para que os tidos como diferentes tenham sua diferença respeitada. Por isso, é fundamental ampliar a quantidade de produtos acessíveis, aumentando seu alcance e sua abrangência para a maior parte do território nacional.

Prossegue-se, assim, em defesa da educação inclusiva, baseada na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em instituição pública e de qualidade,

no direito de integração com colegas e educadores, de apropriação e construção de conhecimento (com previsão e provisão de recursos de toda a ordem) e, incondicionalmente, na mudança de atitudes frente às diferenças individuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015). Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 30 de mar 2020.

CARVALHO, Rosita E. *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GALVÃO FILHO, Teófilo A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. In: Revista da FAGED - *Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense. *Resolução nº 51/2016*. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/2016/item/241-resolucao-51-20>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

KRAEMER, Graciele M. ; MÜLLER, Janete I. *Inclusão escolar e acessibilidade: problematizações*. In: Vantoir Roberto Brancher; Paula Hosana Silveira Biazus. (Org.). *Caminhos possíveis à inclusão IV: gênero, educação e humanização*. 1ed. São Paulo: Editora Brazil Published, 2019.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli H. *Inclusão & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MANTOAN, Maria T. E. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: STOBÄUS, Claus D.; MOSQUERA, Juan J. M. *Educação especial: em direção à Educação Inclusiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola: uma questão pública*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MELO, Douglas C. F. de; PEROVANO, Laís P; RIMOLO, Annelize D. S. Desenvolvimento de recursos didáticos para alunos com deficiência visual: aspectos teóricos e práticos. In: PEROVANO, Laís P.; MELO, Douglas C. F. de (org). *Práticas inclusivas: saberes, estratégias e recursos didáticos*. Campos dos Goytacazes, RJ: Multicultural, 2019.

MIANES, Felipe Leão. Deficiência visual, acessibilidade e consumo. In: In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer. *Acessibilidade em ambientes culturais*. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

MIANES, Felipe. *Entrevista concedida à Série Acessibilidade na Área Cultural*. Publicada em 01 fev. 2017. Disponível em: < <https://www.itaucultural.org.br/serie-acessibilidade-na-area-cultural-felipe-mianes>>. Acesso em jul. 2019.

MÓL, Gerson de S.; Dutra, Arlene A. Construindo materiais didáticos acessíveis para o ensino de Ciências. In: PEROVANO, Laís P.; MELO, Douglas C. F. de (org). *Práticas inclusivas: saberes, estratégias e recursos didáticos*. Campos dos Goytacazes, RJ: Multicultural, 2019.

PINZETTA, Priscilla; FROSCH, Renato. Produção maker de material pedagógico com impressora 3D para pessoas com deficiência. In: PEROVANO, Laís P.; MELO, Douglas C. F. de (org). *Práticas inclusivas: saberes, estratégias e recursos didáticos*. Campos dos Goytacazes, RJ: Multicultural, 2019..

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. *Revista Inclusão*, da Seesp/MEC, ano I, n. 1, out. 2005, p. 19-23.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.

SARRAF, Viviane P. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer. *Acessibilidade em ambientes culturais*. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

SONZA, Andréa P. Uso e desenvolvimento de tecnologia assistiva na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. In: NASCIMENTO, Franclín C. do;

FLORINDO, Girlande M. F.; SILVA, Neide S. da. (org.) *Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva: um caminho em construção*. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007.

A CONSTRUÇÃO DE UM APP: TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO AO DIREITO À FELICIDADE

Luz, Josiane Paula da, josianeluz@ifsul.edu.br³
Silva, Fábio Lorenzi da, fabiolorenzi@ifsul.edu.br⁴
Silva, Jean Marcos da, jeansilva@ifsul.edu.br⁵
Both, Thiago Paulo, thiagoboth.va618@academico.ifsul.edu.br¹
Macedo, Maria Clara de, mariamacedo.va596@academico.ifsul.edu.br²

¹IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

²IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

³IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

⁴IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

⁵IFSUL, Câmpus Venâncio Aires

RESUMO

Inúmeras pesquisas apontam para o aumento de casos entre jovens que se encontram em situação de sofrimento psíquico, interferindo diretamente em suas vidas e seu desempenho escolar, fator que pode estar agravado pela epidemia (COVID-19) e isolamento social. Sendo assim, o presente estudo pretende contribuir para o desenvolvimento da inteligência emocional, qualidade de vida e acesso ao direito à felicidade dos jovens do ensino médio (EM), Câmpus Venâncio Aires - RS, em tempos de pós-pandemia. Tem-se como hipótese que muitos têm dificuldade de desenvolver-se emocionalmente, não possuindo informação sobre onde podem procurar auxílio quando estiverem com uma dificuldade de natureza emocional. O objetivo geral é promover e desenvolver a inteligência emocional, qualidade de vida e acesso ao direito à felicidade para jovens do EM por meio da utilização de um aplicativo. A pesquisa justifica-se tendo em vista ser crescente a interferência de estados de sofrimento psíquico na vida dos estudantes - e possivelmente agravado pela epidemia e isolamento vivenciados afetando diretamente seu direito à felicidade. A metodologia utilizada é mista, para o aperfeiçoamento do desenvolvimento do app, estudo e seleção de conteúdos e materiais para alimentação do aplicativo que conterà os locais - físicos e virtuais - onde os estudantes podem buscar auxílio de acordo com suas necessidades emocionais. Espera-se que os usuários desenvolvam sua inteligência emocional e qualidade de vida tendo como ferramenta de auxílio o aplicativo, contribuindo-se para a redução do seu sofrimento psíquico, acessando assim o direito à felicidade.

Palavras-chaves: Inteligência emocional, Direito à felicidade, Aplicativo mobile.

2 INTRODUÇÃO

O estudo realizado pretende colaborar para a inteligência emocional, qualidade de vida e acesso ao direito à felicidade dos jovens do ensino médio (EM), Câmpus Venâncio Aires por meio da construção de um aplicativo. Diversas pesquisas apontam o aumento de casos entre jovens que se deparam em situação de sofrimento psíquico, afetando seu desempenho escolar, condição que, conforme publicações, foi severamente agravado pela epidemia do coronavírus (COVID-19) e pela necessidade do isolamento social. A implantação de programas e ações com objetivo de auxiliar a saúde mental e o bem estar dos jovens através de pesquisas e estratégias que agregam nesse objetivo já é identificado antes mesmo da pandemia, de acordo com Pinto et al (2018).

A proposta do presente estudo demonstra sua importância para combater um problema que vem se agravando cada vez mais, a inteligência emocional dos jovens, pois inúmeras pesquisas apontam o crescimento do sofrimento psíquico deles e o quanto isso afeta suas vidas num todo, conseqüentemente, seu desempenho escolar e relações sociais. Os Institutos Federais possuem potencial para auxiliar a minimizar esses impactos, sendo que, com a construção de um aplicativo, será possível contribuir de forma mais efetiva.

Sendo assim, é imensurável a importância que o aplicativo representa e os benefícios que ele poderá proporcionar. Ele assistirá os jovens e permitirá que trabalhem a inteligência emocional, gerando uma rede de apoio e bem estar. Considera-se que, dessa forma, o Instituto Federal cumpre sua missão de melhorar a qualidade de vida da sociedade que está inserido por meio da construção do aplicativo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Inúmeras pesquisas apontam que a saúde mental e emocional da população mundial está abalada. Sempre esteve, mas com a pandemia do coronavírus (COVID-19) e o período de isolamento se agravou intensamente, diversas pessoas foram afetadas com o dito “mal do século” - depressão, ansiedade, medo, insônia, nervosismo, estresse, etc. Apesar de tudo, foi um tópico que ganhou visibilidade para ser debatido. A saúde mental e psíquica principalmente dos jovens veio a ser muito afetada, muitos necessitam de medicamentos para controlar esses transtornos atualmente.

Tendo em vista que o direito à felicidade é de todos e que a qualidade de vida influencia no bem estar e no cotidiano da população, foram realizadas pesquisas para desenvolver um aplicativo que pudesse fornecer conhecimento sobre o assunto e ajudar quem necessita. E num contexto social onde a grande maioria possui acesso a tecnologia, principalmente os jovens, um programa que disponibiliza também formas de entretenimento que possam contribuir para o bem estar é de suma importância.

O primeiro conceito de inteligência emocional foi elaborado por Mayer e Salovey (1990). Os autores estabeleceram, através de pesquisas científicas, que os seres humanos se diferenciam em um tipo de inteligência social, e pontuaram a inteligência emocional como um subconjunto dessa inteligência e das inteligências múltiplas de Gardner. Eles definiram que essa inteligência teria um modelo com quatro níveis: a percepção das emoções; o uso da emoção como facilitadora do pensamento, a compreensão das emoções e a gestão de emoções.

De acordo com Crestani (2015), a percepção das emoções está relacionada à aptidão de reconhecer as mais diferentes emoções em si próprio e nas pessoas ao redor de forma apurada e as expressar socialmente. Essa habilidade também estaria relacionada com a capacidade de lidar com diferentes situações e pessoas, utilizando a emoção como uma ferramenta de informações (apud Mayer, Salovey, 1995).

Desta forma, mesmo que não esteja expresso da Constituição Federal (CF/1988), o direito à felicidade existe e precisa ser garantido a todos, não somente tendo-se o Estado como garantidor, mas garantindo-se que cada indivíduo tenha condições de acessar ferramentas para buscar sua própria felicidade, tendo consciência que se trata de um direito fundamental do cidadão.

Não é novidade que inúmeras informações falsas são distribuídas diariamente nas redes sociais, portanto, um aplicativo que traria informações de qualidade e com embasamento, desejando proporcionar as melhores experiências aos usuários e que eles possam sentir-se bem consigo mesmo, aprendendo sobre como buscar ajuda e o que os oferece mais qualidade de vida para que possam usufruir do direito à felicidade plenamente.

Neste sentido, a proposta do aplicativo é ser uma ferramenta capaz de ajudar a compreender as dificuldades encontradas para lidar com as emoções, acolher o usuário do software e traçar estratégias para superar as dificuldades mentais e psíquicas. A pesquisa é interdisciplinar que vai ter suas bases jurídicas, conceitos da psicologia e também, para a

construção do aplicativo, será necessário o conhecimento técnico na área da informática, por meio da programação, objetivando, ao final, ser mais uma ferramenta de acesso ao direito à felicidade, com seus desafios e complexidades.

3 METODOLOGIA

Primeiramente é necessário esclarecer que uma pesquisa prévia foi realizada através de um questionário disponibilizado aos alunos do IFSul Campus Venâncio Aires. A partir da análise do questionário foram elaborados gráficos. Neles, averiguou-se quais os entraves mais recorrentes na vida do jovem eram o sono, a organização pessoal e as preocupações com o futuro, gerando ansiedade, nervosismo e angústia.

Por conseguinte a análise dos dados da pesquisa, as próximas ações do projeto foram voltadas para a elaboração do aplicativo mobile. O projeto, a modelagem e protótipo do aplicativo foram elaborados utilizando os princípios da área de Projetos e Desenvolvimento de Softwares. Para isso, foram utilizados diversos recursos, entre eles estão o site Figma, a ferramenta Astah, a tipologia MySQL, a linguagem SQL, a ferramenta Heidi, a ferramenta XAMPP, o Ambiente Integrado de Desenvolvimento (IDE) Android Studio, a linguagem Java, o Sublime Text, a linguagem interpretada PHP e o serviço Web Services.

Para iniciar os trabalhos com o software, foi determinado quais seriam as funções imprescindíveis para o aplicativo e possíveis ideias para tornar o software mais utilizável. Seu desenvolvimento se tornou viável por conta dos diversos estudos em aula e estudos extraclasse como em pesquisas web, todos com o intuito de adquirir conhecimento e tornar os integrantes aptos ao desenvolvimento do software.

Em relação a metodologia utilizada para a construção do aplicativo, foi a do modelo cascata, também chamado de ciclo de vida clássico ou tradicional, que traz uma abordagem sequencial e sistemática para o desenvolvimento de software. O começo consistiu no levantamento de requisitos ou necessidades, depois o planejamento, o cronograma e o acompanhamento; após isso, passou-se à análise; seguindo da construção do código e depois seu teste.

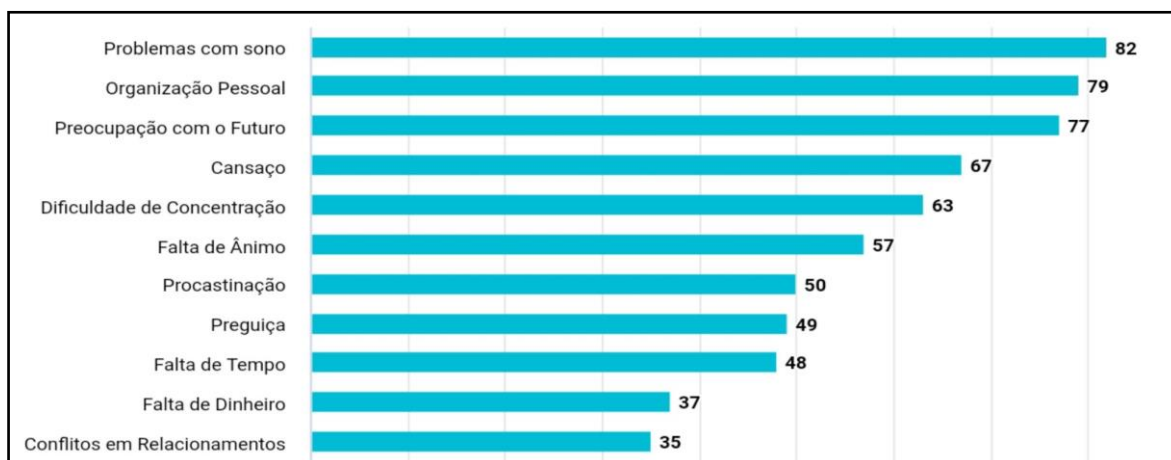
Por último, temos a implantação, aqui efetua-se a entrega, o suporte e o feedback do software concluído (no presente caso, a entrega não foi efetuado para ninguém, logo não teve suporte, porém o feedback veio através dos orientadores).

A programação do protótipo foi feita com base na divisão de tarefas dos dois programadores da equipe, sendo que um trabalhou no Front-End (a parte visual e que o usuário pode interagir) e outro no Back-End (a parte que está por trás da aplicação e que o usuário não interage). Sendo assim, um trabalhou com o banco de dados e com as conexões que ele necessitava fazer. Já o outro integrante, trabalhou na construção do software a ser disponibilizado para os usuários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Preliminarmente foram construídos gráficos para a análise e manejo dos dados coletados através do questionário aplicado. Através deles, foi possível identificar os principais entraves e emoções nocivas dos estudantes do ensino médio do Campus Venâncio Aires, bem como quais as ferramentas de auxílio que os estudantes apresentam para o enfrentamento destas situações.

Gráfico 1 - Problemas, entraves e conflitos apontados pelos jovens respondentes

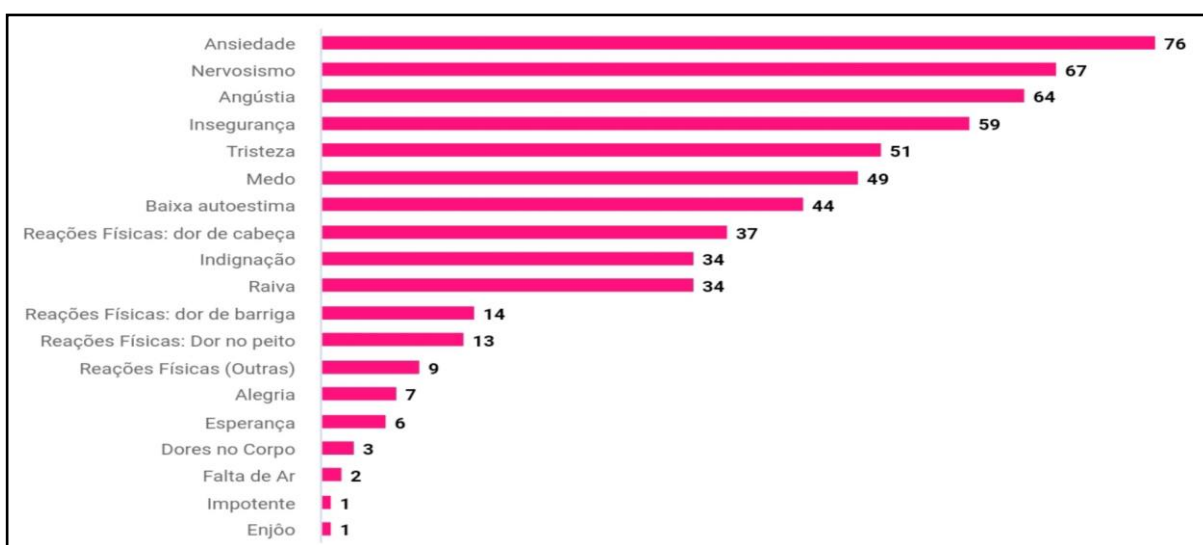


Fonte: Elaborado pelos autores

No que se refere aos principais problemas, entraves e conflitos da vida dos estudantes participantes da pesquisa, a maioria deles pontuou “problemas com sono” (82), “organização pessoal” (79), “preocupação com o futuro” (77) e cansaço (67). Também receberam apontamentos significativos “dificuldade de concentração”, “falta de ânimo”, “procrastinação e preguiça”, “falta de ânimo e dinheiro” Uma pequena parte, sendo a minoria, relatou conflitos em relacionamentos (35), a falta de apoio (15), e apenas uma dessas não soube responder.

Ao serem solicitados a identificar os principais problemas não listados no Gráfico 1, a maioria dos estudantes não tinha nada a acrescentar (71). Aqueles que colaboraram, citaram problemas emocionais, sendo pontuados principalmente aqueles ligados à ansiedade, estresse, cansaço e solidão. Além disso, os estudantes demonstraram bastante preocupação quando o assunto é pandemia, devido à incerteza sobre o futuro, isolamento e perdas.

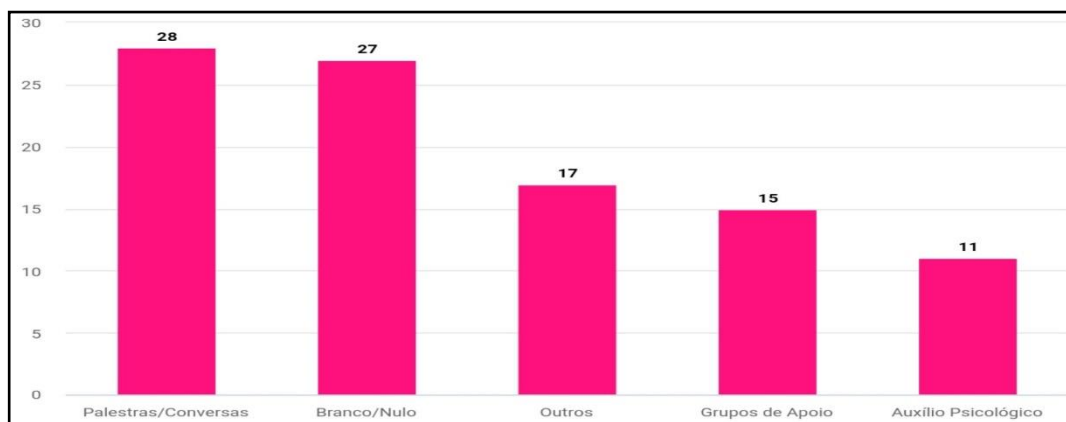
Gráfico 2 - Emoções, sentimentos ou reações físicas provocadas pelas situações descritas no questionário



Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto às emoções provocadas pelas situações desencadeadas a partir das questões respondidas no Gráfico 1, a maioria dos estudantes menciona a ansiedade como ponto principal, sendo apontada por 76 dos 106 jovens que responderam ao questionário. Além disso, o nervosismo, a angústia, a insegurança, tristeza, medo e baixa auto-estima também foram lembrados por um número significativo de estudantes, como se observa no Gráfico 2. Além disso, reações físicas, indignação e raiva, também foram lembrados por um número considerável de estudantes, sendo que também foram citadas em questão aberta a compulsão alimentar, perda capilar, tensão muscular, automutilação e desgaste.

Gráfico 3 - Ferramentas de auxílio para o enfrentamento das situações descritas acima



Fonte: Elaborado pelos autores

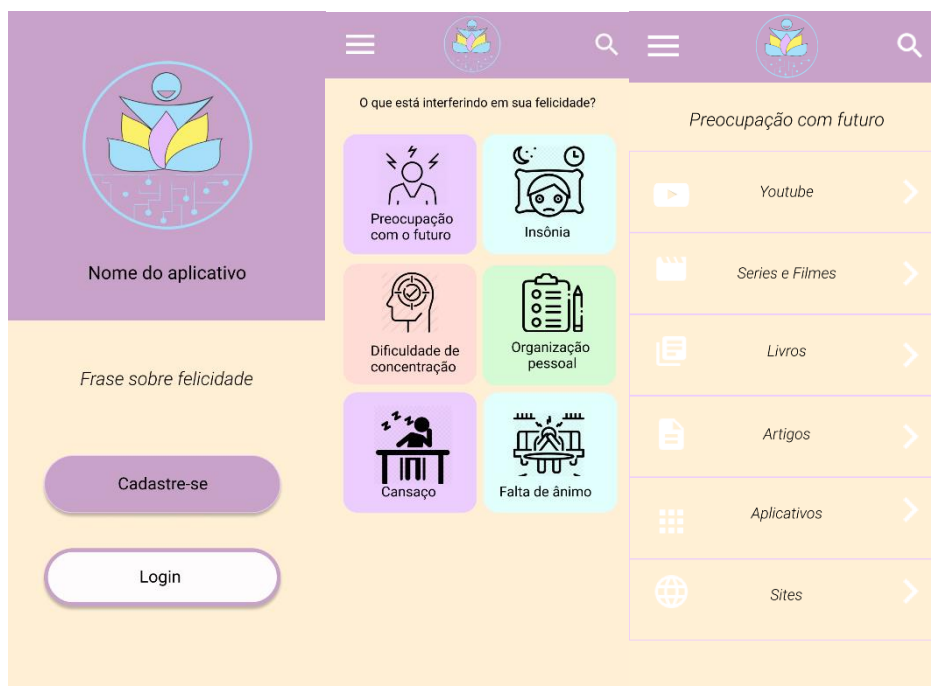
Quando questionados sobre as ferramentas de auxílios que pudessem ser utilizados para ajudar a enfrentar as situações descritas nas questões anteriores, grande parte dos estudantes sugeriram palestras e conversas que pudessem ser realizadas no campus ou suas devidas localidades. Além disso, grupos de apoio e sessões de terapia também ficaram entre as mais citadas pelo público. Os estudantes também citaram outras soluções mais específicas como trabalhos com música, peça de teatro e cobrança ao governo.

4.1 Protótipo

De acordo com Paredes (2019), os protótipos integram o processo de design, permitindo a revisão de todos os conceitos básicos do projeto na fase inicial do desenvolvimento e gera o compartilhamento de opiniões entre a equipe. Assim, condizem com a representação inicial do aplicativo, sendo introduzidas todas as ideias, que irão criar um modelo semelhante ao resultado final.

Com as funções pré-estabelecidas em uma reunião com todos os integrantes do projeto, se tornou viável o desenvolvimento dos protótipos de tela, assim como a Figura 1 demonstra. Para estes, foi utilizado o site Figma, que se compreende como um editor gráfico de design de vetor e prototipagem de projetos. Este disponibiliza de diversas ferramentas e possibilita as edições e criações em tempo real, com possibilidade de compartilhamento e ações em conjunto no mesmo arquivo.

Figura 1 - Protótipo de tela contendo a tela de login, tela inicial, e tela de tipos de conteúdo



Fonte: Elaborado pelos autores

4.2 Diagramas de Classe

Com a finalização dos protótipos de tela, a seguinte tarefa realizada foi o desenvolvimento dos diagramas de classes, tomando como referência as telas prototipadas. De acordo com Ventura (2018), esses diagramas possuem entre seus objetivos, especificar os componentes do software e como eles se interligam, do ponto de vista estrutural.

O diagrama foi desenvolvido pelos integrantes do projeto e aperfeiçoado em reuniões. Esta etapa do projeto mostrou grande importância na programação e necessitou de um período maior para ser concluído, tendo em vista se que se trata da estrutura inicial do aplicativo, e de extrema importância para a programação, evitando futuramente mudanças que necessitam de grandes demandas de tempo. Para a elaboração do diagrama, foi utilizado a ferramenta Astah, que disponibiliza de diversos recursos para a criação desse e outros tipos de diagramas.

4.3 Diagrama Entidade Relacionamento (ER)

Sequencialmente, foi realizado o diagrama ER, que apresenta um fluxograma do relacionamento das entidades dentro de seu sistema. Esse diagrama foi essencial para a criação do banco de dados do aplicativo em questão. Ele consiste em entidades, relacionamentos e atributos, possuindo cardinalidade, representando as relações na questão de números.

Para o desenvolvimento do diagrama ER, necessitou da ferramenta Astah, e esse foi construído baseado no diagrama de classes, pelos integrantes do projeto e aperfeiçoado em reuniões com os integrantes e a orientadora.

4.4 Banco de Dados

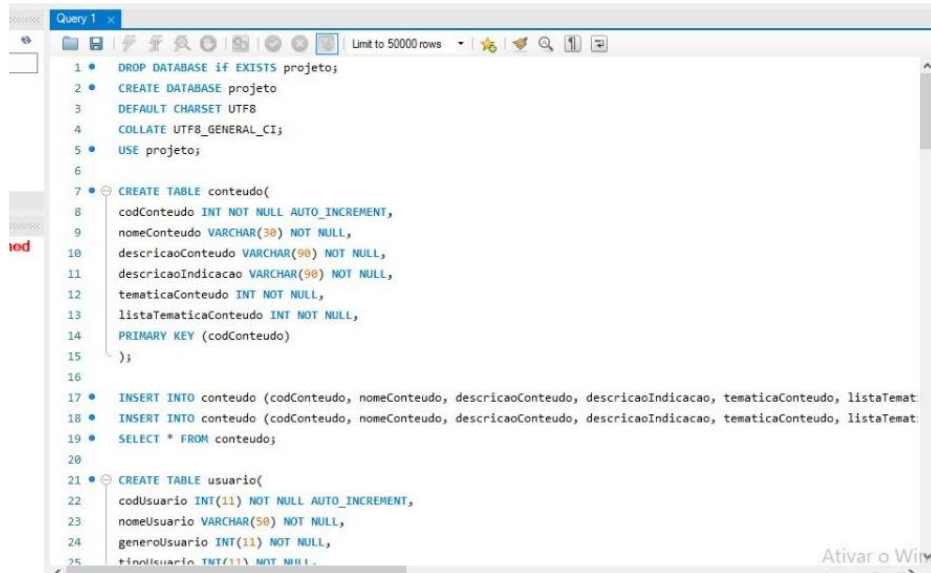
Após a finalização do diagrama ER, foi desenvolvido o banco de dados. Este, segundo Souza (2020), afirma que o banco de dados se caracteriza como a organização e armazenagem de informações sobre um determinado domínio. É o conjunto de dados que tratam do mesmo assunto, e que precisam ser armazenados para que haja segurança ou conferência futura. Deste modo, ele torna-se essencial para o desenvolvimento da aplicação.

Na atualidade, a tipologia dos bancos de dados é grande, porém para o aplicativo foi utilizado o MySQL, que de acordo com Pisa (2012), consiste em um sistema gerenciador de banco de dados relacional e que possui código aberto, sendo utilizado pela maioria das aplicações gratuitas para gerir suas demandas de bases de dados, utilizando a linguagem SQL. A Linguagem de Consulta Estruturada, ou SQL, é a linguagem mais conhecida para a inserção, acesso e gerenciamento dos conteúdos armazenados no banco de dados.

O banco foi programado no Heidi, que se compreende em uma ferramenta criada por Ansgar Becker, com a finalidade de criar e gerenciar banco de dados. Dessa forma, ele foi desenvolvido pelos integrantes do projeto, resultando em poucas alterações em reuniões com todos os colaboradores do projeto.

Para o banco ser executado, fez-se necessário a instalação do XAMPP, ferramenta que dispõe de um pacote com os principais servidores de código aberto, incluindo MySQL, disponível também para vários sistemas operacionais, com inclusão do Windows. Abaixo contém o banco de dados desenvolvido, com todas as linhas da criação da primeira tabela (tabela conteúdo) estabelecida nos diagramas e seus atributos e particularidades. As outras tabelas seguem o mesmo padrão de programação, porém cada uma com seus atributos.

Figura 2 - Banco de dados



```

1 DROP DATABASE if EXISTS projeto;
2 CREATE DATABASE projeto;
3 DEFAULT CHARSET UTF8;
4 COLLATE UTF8_GENERAL_CI;
5 USE projeto;
6
7 CREATE TABLE conteudo(
8   codConteudo INT NOT NULL AUTO_INCREMENT,
9   nomeConteudo VARCHAR(30) NOT NULL,
10  descricaoConteudo VARCHAR(90) NOT NULL,
11  descricaoIndicacao VARCHAR(90) NOT NULL,
12  tematicaConteudo INT NOT NULL,
13  listaTematicaConteudo INT NOT NULL,
14  PRIMARY KEY (codConteudo)
15 );
16
17 INSERT INTO conteudo (codConteudo, nomeConteudo, descricaoConteudo, descricaoIndicacao, tematicaConteudo, listaTematicaConteudo) VALUES (1, 'Projeto 1', 'Descricao 1', 'Descricao 1', 1, 1);
18 INSERT INTO conteudo (codConteudo, nomeConteudo, descricaoConteudo, descricaoIndicacao, tematicaConteudo, listaTematicaConteudo) VALUES (2, 'Projeto 2', 'Descricao 2', 'Descricao 2', 2, 2);
19 SELECT * FROM conteudo;
20
21 CREATE TABLE usuario(
22   codUsuario INT(11) NOT NULL AUTO_INCREMENT,
23   nomeUsuario VARCHAR(50) NOT NULL,
24   generoUsuario INT(11) NOT NULL,
25   enderecoUsuario INT(11) NOT NULL
  
```

Fonte: Elaborado pelos autores

4.5 Projeto Android

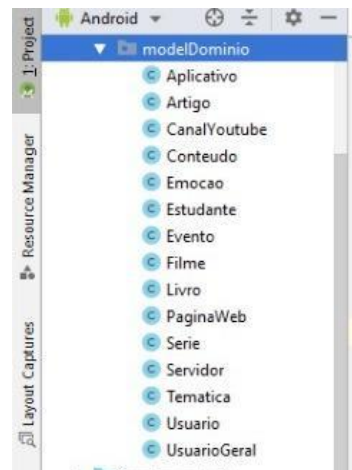
O processo seguinte se constituiu na programação do aplicativo. Para isso, foi utilizado o Android Studio, que se apresenta por um ambiente de desenvolvimento, lançado pelo Google para o sistema operacional Android. Foi planejado para o fornecimento de novas ferramentas para a construção de aplicativos.

Ao iniciar um novo projeto no Android Studio, todos os ficheiros da estrutura do projeto aparecem dentro do diretório SDK, oferecendo maior flexibilidade à construção do programa. Este ambiente de desenvolvimento também possibilita a visualização de qualquer alteração visual realizada na aplicação em tempo real, também possibilitando testes em diversos dispositivos diferentes Android, com uma variedade de configurações e resoluções, assim como várias outras funções para o desenvolvimento da aplicação.

O aplicativo está sendo desenvolvido com a programação em Java, linguagem orientada a objetos, base para o desenvolvimento em android. Essa linguagem é baseada na modelagem de objetos e na comunicação entre eles.

O primeiro passo para a programação foi a criação do diretório model domínio, que contém todas as classes, programas em java, com todos os seus atributos e métodos. Essas classes foram programadas baseado no diagrama de classes.

Figura 3 - Pasta model domínio contendo todas as classes

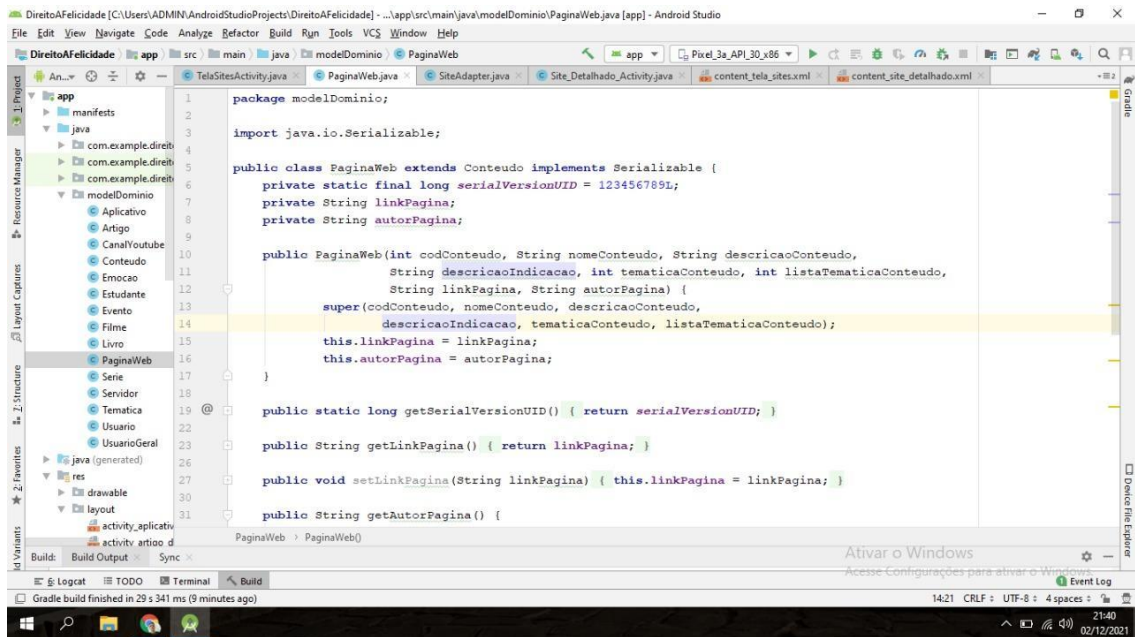


Fonte: Elaborado pelos autores

As imagens abaixo representam o código da classe “conteúdo”, contendo a declaração dos atributos, o método construtor, responsável por criar o objeto em memória, instanciando a classe definida. Apresenta os métodos GET e SET, responsáveis pelo gerenciamento do acesso aos atributos. Nesses métodos é determinado quando ocorre a alteração de um atributo e acesso a ele, sendo o método GET responsável por acessar os atributos, e o SET para modificá-los. E por fim, há o método to String, utilizado pelo programador para mostrar as informações da classe na tela.

Todas as classes programadas possuem a mesma estrutura da classe Conteúdo, modificando apenas seus atributos.

Figura 4 - Código da classe conteúdo



```

package modelDominio;

import java.io.Serializable;

public class PaginaWeb extends Conteudo implements Serializable {
    private static final long serialVersionUID = 123456789L;
    private String linkPagina;
    private String autorPagina;

    public PaginaWeb(int codConteudo, String nomeConteudo, String descricaoConteudo,
        String descricaoIndicacao, int listaTematicaConteudo,
        String linkPagina, String autorPagina) {
        super(codConteudo, nomeConteudo, descricaoConteudo,
            descricaoIndicacao, tematicaConteudo, listaTematicaConteudo);
        this.linkPagina = linkPagina;
        this.autorPagina = autorPagina;
    }

    @Override
    public static long getSerialVersionUID() { return serialVersionUID; }

    public String getLinkPagina() { return linkPagina; }

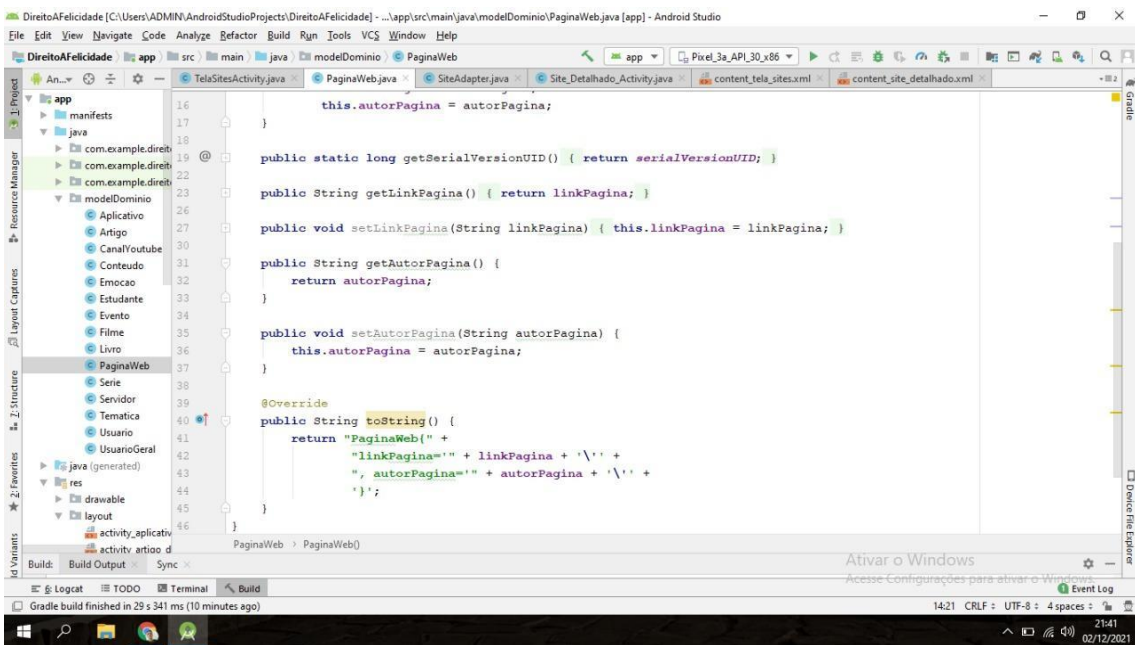
    public void setLinkPagina(String linkPagina) { this.linkPagina = linkPagina; }

    public String getAutorPagina() {

```

Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 5 - Código da classe conteúdo



```

        this.autorPagina = autorPagina;
    }

    @Override
    public static long getSerialVersionUID() { return serialVersionUID; }

    public String getLinkPagina() { return linkPagina; }

    public void setLinkPagina(String linkPagina) { this.linkPagina = linkPagina; }

    public String getAutorPagina() {
        return autorPagina;
    }

    public void setAutorPagina(String autorPagina) {
        this.autorPagina = autorPagina;
    }

    @Override
    public String toString() {
        return "PaginaWeb(" +
            "linkPagina='" + linkPagina + '\'' +
            ", autorPagina='" + autorPagina + '\'' +
            ')';
    }
}

```

Fonte: Elaborado pelos autores

Após a criação das classes, foram desenvolvidas as telas que o aplicativo contém, como página de login, categorias, conteúdos e seus detalhamentos.

4.6 Web Service

O aplicativo utiliza o Web Service para se comunicar com o banco de dados. De acordo com OpenSoft (2016), este compreende um conjunto de métodos ofertados e chamados por outros programas usando tecnologias Web. Ele é utilizado para a transferência de dados por meio de protocolos de comunicação para múltiplas plataformas, de forma independente das linguagens de programação aplicadas nessas plataformas.

Os Web Services funcionam como qualquer sistema operacional, plataforma ou linguagem de programação de suporte Web. Assim, transportam apenas a informação, não suportando páginas que são acessadas por utilizadores através da navegação Web.

Levando em consideração as operações disponíveis no Web Service, o aplicativo solicita uma dessas operações. O serviço realiza o processo e envia os dados para a aplicação que solicitou a operação, que obtém os dados e realiza sua interpretação, modificando-os para sua linguagem própria.

Para a comunicação entre o Web Service e o sistema que faz o pedido funcionar, são necessários a utilização de protocolos de comunicação. O protocolo utilizado no aplicativo é o REST, mais recente que surgiu com o propósito de simplificar o acesso aos Web Services. Ele é baseado no protocolo HTTP e possibilita a utilização de diversos formatos para representação de dados, como JSON, utilizado neste aplicativo, XML, RSS, entre outros. Assim, uma grande vantagem do REST é sua flexibilidade, não limitando os formatos de representação dos dados.

4.7 Login

A primeira página e função a ser desenvolvida, após a programação das telas e classes de domínio, foi o login, que compõe a primeira tela do aplicativo. Para a programação dele foi necessário o estudo do Web Service.

Com o banco de dados funcionando, a primeira tarefa a ser realizada foi a criação de scripts, programados com o Sublime Text, em php.

Estes se comunicarão entre o banco e o aplicativo. O primeiro deles, que será necessário para todas as funções desenvolvidas, é o script que fará a comunicação com o banco, nomeado de “dbConnection.php”. Nesse script foi informado o nome do banco, o local e o usuário.

O segundo, utilizando JSON, realiza a conexão com o banco utilizando o script anterior. Também contém o comando do SQL, com o método que testa os dados do login, verificando se os dados informados são verídicos, e retornando se possui algum usuário com os dados informados.

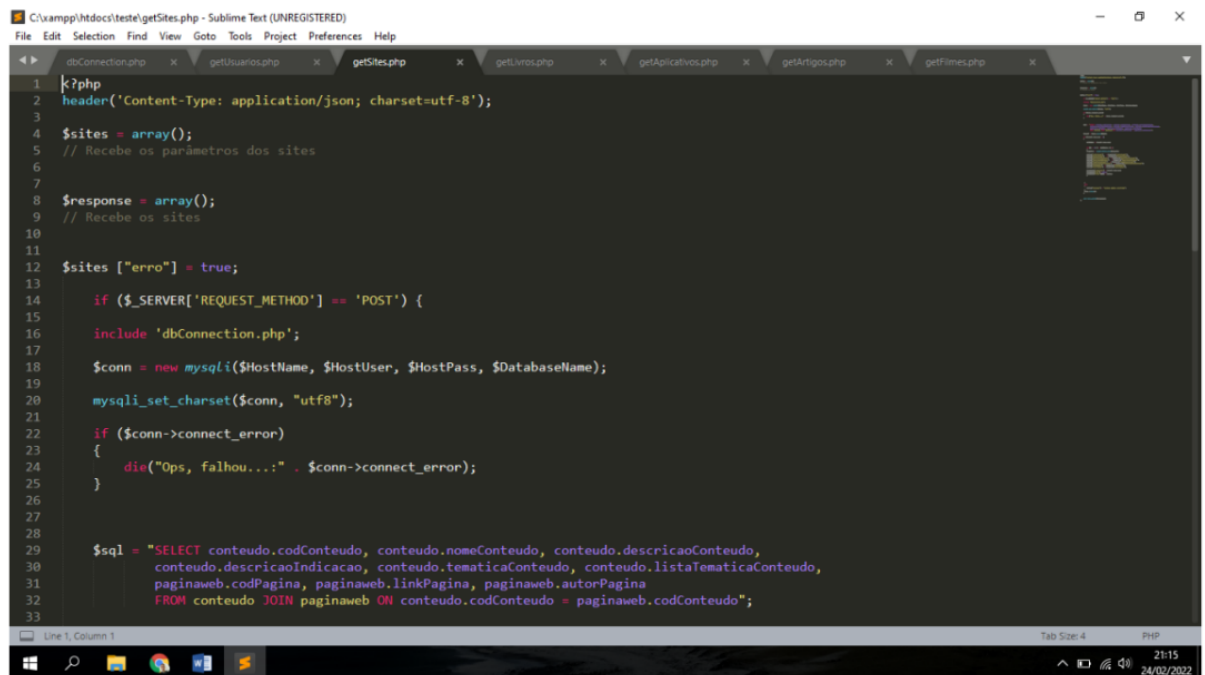
Com os scripts elaborados, a programação realizada é no Android Studio, na página de login. Com a linguagem Java, é desenvolvido todo o código com o método necessário para se comunicar com os scripts.

4.8 Sites

Com o login realizado, o próximo passo foi programar um dos tipos de conteúdo, que foi o site. Para isto, foi utilizada toda a estrutura do login, porém com as alterações necessárias, uma vez que o serviço do Web Service é diferente, por conta do tipo de conteúdo. Desta forma, foi necessário alterações para o script criado, com a funcionalidade de buscar todos os sites cadastrados e lista-los.

Com o conteúdo tipo cadastrado, possuindo o método “carregaSites”, é possível chamar o script php, que é executado, carregando todos os sites cadastrados dentro do banco (Figura 6 e 7).

Figura 6 - Código php que busca os conteúdos que estão no banco de dados

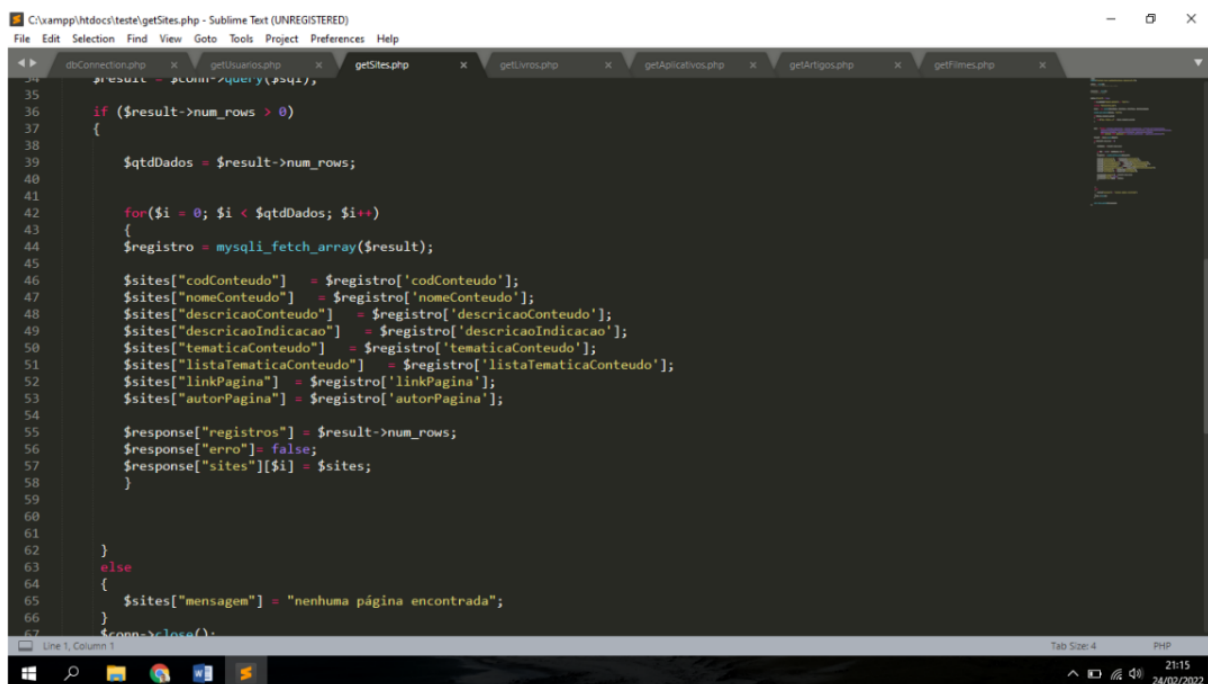


```

1  <?php
2  header('Content-Type: application/json; charset=utf-8');
3
4  $sites = array();
5  // Recebe os parametros dos sites
6
7
8  $response = array();
9  // Recebe os sites
10
11
12  $sites ["erro"] = true;
13
14  if ($_SERVER['REQUEST_METHOD'] == 'POST') {
15
16    include 'dbConnection.php';
17
18    $conn = new mysqli($HostName, $HostUser, $HostPass, $DatabaseName);
19
20    mysqli_set_charset($conn, "utf8");
21
22    if ($conn->connect_error)
23    {
24      die("Ops, falhou...: " . $conn->connect_error);
25    }
26
27
28
29    $sql = "SELECT conteudo.codConteudo, conteudo.nomeConteudo, conteudo.descricaoConteudo,
30           conteudo.descricaoIndicacao, conteudo.tematicaConteudo, conteudo.listaTematicaConteudo,
31           paginaweb.codPagina, paginaweb.linkPagina, paginaweb.autorPagina
32           FROM conteudo JOIN paginaweb ON conteudo.codConteudo = paginaweb.codConteudo";
33
  
```

Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 7 - Continuação do código php da figura 6



```

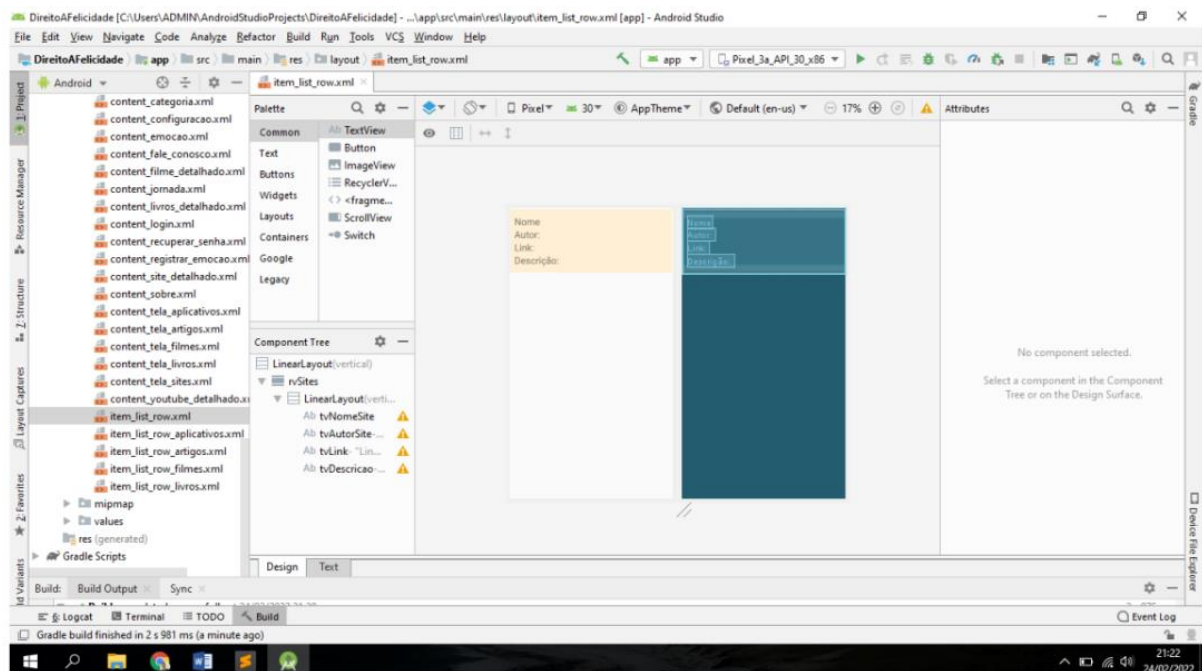
34
35
36  if ($result->num_rows > 0)
37  {
38
39    $qtdDados = $result->num_rows;
40
41
42    for($i = 0; $i < $qtdDados; $i++)
43    {
44      $registro = mysqli_fetch_array($result);
45
46      $sites["codConteudo"] = $registro['codConteudo'];
47      $sites["nomeConteudo"] = $registro['nomeConteudo'];
48      $sites["descricaoConteudo"] = $registro['descricaoConteudo'];
49      $sites["descricaoIndicacao"] = $registro['descricaoIndicacao'];
50      $sites["tematicaConteudo"] = $registro['tematicaConteudo'];
51      $sites["listaTematicaConteudo"] = $registro['listaTematicaConteudo'];
52      $sites["linkPagina"] = $registro['linkPagina'];
53      $sites["autorPagina"] = $registro['autorPagina'];
54
55      $response["registros"] = $result->num_rows;
56      $response["erro"] = false;
57      $response["sites"][$i] = $sites;
58    }
59
60
61
62  }
63  else
64  {
65    $sites["mensagem"] = "nenhuma página encontrada";
66  }
67  $conn->close();
  
```

Fonte: Elaborado pelos autores

Através do JSON Controller, os dados são transformados em objetos e adicionados em uma lista. Por fim, o adapter carrega os dados e os mostra na tela, de forma correta e que houvesse uma qualidade gráfica melhor.

Fez-se necessária uma análise para entender quais atributos eram mais importantes a serem mostrados na tela do usuário. Decidiu-se, então, que atributos gerais como nome, ano e autores seriam mostrados na listagem completa em conjunto com os demais sites sugeridos. Portanto, na programação Android, no arquivo de layout “item_list_row”, que é o padrão de organização de cada item, foram definidas as informações desejadas como visíveis (Figura 8).

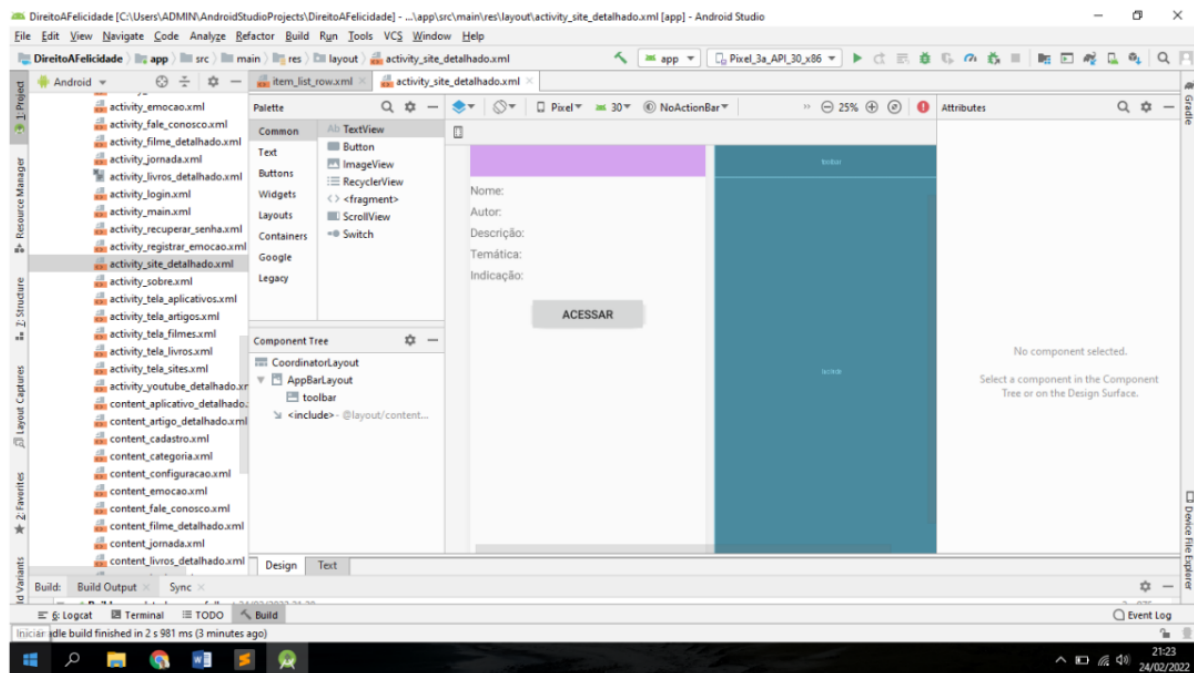
Figura 8 - Arquivo de layout que define os itens gerais a serem apresentados



Fonte: Elaborado pelos autores

Ao clicar em algum item, o usuário é direcionado a tela “ConteudoDetalhadoActivity” (Figura 9), na qual mostra os atributos específicos do conteúdo para que ele entenda o que realmente está sendo recomendado, nesta tela também pode-se acessar o conteúdo de fato.

Figura 9 - Tela que apresenta os atributos específicos de cada item ao ser clicado pelo usuário

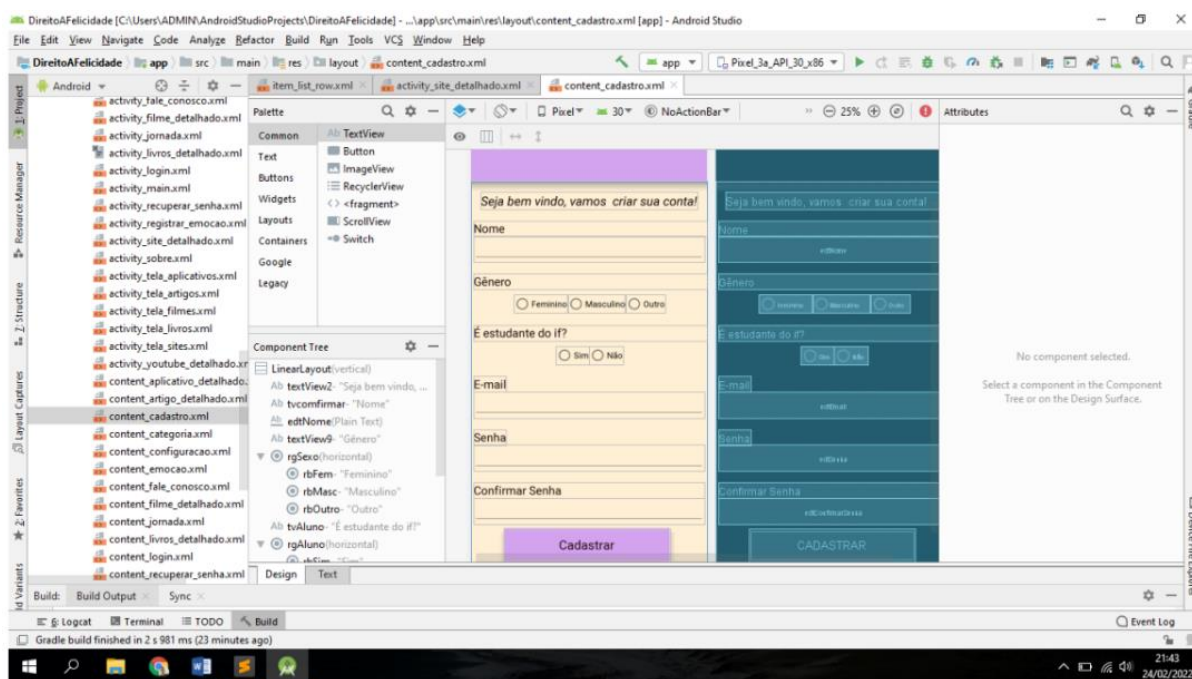


Fonte: Elaborado pelos autores

4.9 Cadastro de Usuários no App

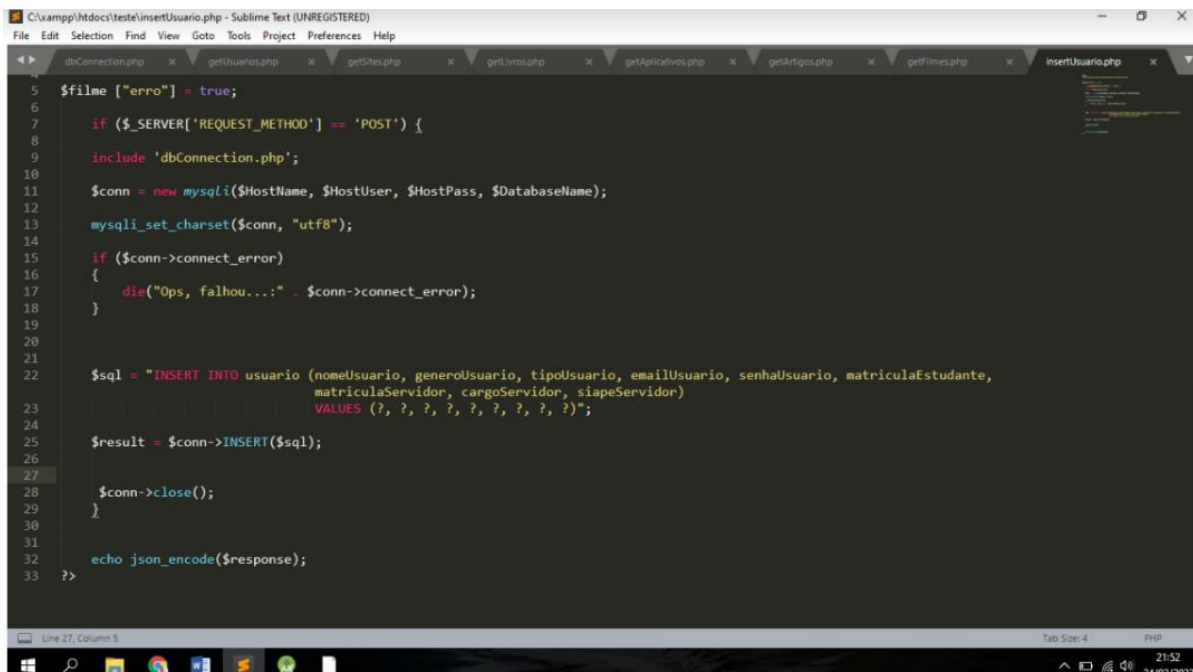
Anteriormente, apenas usuários cadastrados manualmente no banco de dados conseguiam efetuar o login no App. Foi com a programação desta etapa que a tela de cadastro (Figura 10) ganhou utilidade. O passo a passo é o de que o usuário informe seus dados pessoais na tela de cadastro. Em seguida, a aplicação grava esses dados, envia para uma página PHP que está conectada ao banco de dados, inserindo-os no mesmo.

Figura 10 - Tela de cadastro de usuário



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 11 - Código php que pega os dados inseridos na tela de cadastro e adiciona ao banco de dados



```

5 $filme ["erro"] = true;
6
7 if ($_SERVER['REQUEST_METHOD'] == 'POST') {
8     include 'dbConnection.php';
9
10    $conn = new mysqli($HostName, $HostUser, $HostPass, $DatabaseName);
11
12    mysqli_set_charset($conn, "utf8");
13
14    if ($conn->connect_error)
15    {
16        die("Ops, falhou...:" . $conn->connect_error);
17    }
18
19
20
21
22    $sql = "INSERT INTO usuario (nomeUsuario, generoUsuario, tipoUsuario, emailUsuario, senhaUsuario, matriculaEstudante,
23        matriculaServidor, cargoServidor, siapeServidor)
24        VALUES (?, ?, ?, ?, ?, ?, ?, ?)";
25
26    $result = $conn->INSERT($sql);
27
28    $conn->close();
29 }
30
31
32 echo json_encode($response);
33 ?>
  
```

Fonte: Elaborado pelos autores

4.10 Cadastro de Conteúdos Via Página Web

Para o cadastro de conteúdos no banco de dados foram desenvolvidas páginas web, permitindo cadastrar livros, usuários, sites, séries, entre outras demandas do aplicativo. A página de menu se encontra na figura 12, programada em HTML e com a linguagem de estilo CSS, nela pode ser escolhido o que será cadastrado.

Figura 12 - Página de menu em HTML



Fonte: Elaborado pelos autores

Quando é escolhido o que será cadastrado clicando no botão correspondente, uma nova página é chamada para fazer o cadastro dos dados necessários (Figura 13). Assim que os dados são informados, é chamado o formulário PHP da Figura 14 que os salva e cadastra no banco de dados.

Figura 13 - Tela de cadastro de livros



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 14 - Códigos em PHP que salvam as informações cadastradas e fazem a conexão com o banco para o envio de dados.

```

processa-dados.php x
1  <?php
2
3  $titulo = $_GET["titulo"];
4  $autor = $_GET["autor"];
5  $sinopse = $_GET["sinopse"];
6
7  echo "Título: ".$titulo. "<br/> Autor: ".$autor. "<br/> Sinopse: ".$sinopse. "<br/>";
8
9  $hostname = "127.0.0.1";
10 $bancodedados = "livro";
11 $usuario = "root";
12 $senha = "";
13
14 $con = mysqli_connect($hostname, $usuario, $senha, $bancodedados);
15
16 if ($con->connect_error) {
17     echo "Erro ao estabelecer conexão";
18 } else {
19
20
21
22     $query = "insert into livros (titulo, autor, sinopse) values ('{$titulo}', '{$autor}', '{$sinopse}')";
23     mysqli_query($con, $query);
24
25     echo "Adicionado com sucesso";
26     mysqli_close($con);
27
28
29
30 }
31
32 ?>
  
```

Fonte: Elaborado pelos autores

O desenvolvimento dos códigos das páginas foram desenvolvidos através da plataforma Sublime Text, um editor de código-fonte multiplataforma e shareware com uma interface de programação de aplicativos (API).

4.11 Aperfeiçoamentos

Após a programação das inserções de conteúdos, iniciou-se a etapa de aperfeiçoamento da listagem de conteúdos no aplicativo. Com a possibilidade da adição de imagens nos cadastros e conseqüentemente nas listagens.

A primeira parte a ser alterada seria a página web, pois nela as imagens devem ser inseridas primeiramente. A mudança realizada foi a inserção de um novo campo específico no cadastro de cada conteúdo, referente a imagem de cada um. Em consequência dessa mudança, também foi necessária a modificação nas páginas PHP do website, que são responsáveis por levar as informações até o banco de dados.

Em decorrência da etapa anterior, foi necessária modificação nas tabelas do banco de dados MYSQL. As tabelas dos conteúdos que receberiam imagens necessitaram da seguinte alteração: a adição de um campo que recebe um arquivo em formato BLOB (formato que converte arquivos de imagem como: PNG, JPEG, etc em binário, assim permitindo o armazenamento no banco).

Com a modificação realizada no banco de dados, o próximo passo seria a modificação no Android Studio, mais especificamente na classe JSONController. Sendo assim, esta é a etapa em que estamos trabalhando.

Nas próximas etapas, as ações do projeto serão voltadas para o desenvolvimento do aplicativo, no que condiz a todas as suas funcionalidades. Para isso, serão utilizadas de base a estrutura das funções desenvolvidas anteriormente, como o login, o carregamento dos sites e o cadastro de conteúdos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização dos testes necessários, concluiu-se que já tínhamos um sistema “completo”, com inserção e leitura de dados funcionando corretamente e de forma semelhante a que deve ocorrer em um sistema mobile oficial.

Portanto, chegou-se em um protótipo no qual pode ser testado pelos integrantes. Porém, ainda existem aperfeiçoamentos a serem feitos, ou seja, o trabalho está em andamento e é necessária a continuidade para concretizar o objetivo. Deste modo, pode-se prever que os

próximos passos serão a filtragem de todos os conteúdos que irão ser colocados no banco de dados do App, assim como a própria alimentação destes conteúdos no banco.

Espera-se que os estudantes do IFSul - e qualquer pessoa que desejar – possam ter esta possibilidade de diminuir seu sofrimento psíquico, algo agravado pela pandemia que se enfrenta, acessando o aplicativo que se pretende criar, contribuindo para a redução de outros distúrbios psicológicos que interferem na vida escolar e social dos estudantes, podendo assim acessar o direito à felicidade

Com a continuidade do desenvolvimento do app, espera-se criar um instrumento tecnológico capaz de auxiliar na mediação de situações em que sujeitos (pessoas) se encontrem em estado de sofrimento psíquico. A já ampla utilização desta classe de ferramenta tecnológica (aplicativo) por meio de dispositivos móveis (smartphones) favorece o acesso da população a este recurso a ser desenvolvido. Assim, com a continuidade do projeto e o consequente aperfeiçoamento do produto deste trabalho, espera-se alcançar um número significativo de usuários.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 03 nov. 2019.

BRAZ, Matheus Viana. **Pandemia de covid-19 (sars-cov-2) e as contradições do mundo do trabalho**. R. Laborativa, v. 9, n. 1, p. 116-130, abr./2020. Disponível em: <<https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/3192>>. Acesso em 05 out. 2022.

CRESTANI, RAFAELLA LACERDA. **Motivação, inteligência e inteligência emocional e suas relações com o desempenho eficaz. Tese de mestrado**. Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil, 2015.

GARDNER, Howard. **Mentes que mudam: a arte e a ciência de mudar as nossas ideias e as dos outros**. Penso Editora, 2016.

PAREDES, Arthur. 20 ferramentas de prototipagem, UX e usabilidade na web. Blog da IEBS, 2019. Disponível em: <<https://www.iebschool.com/pt-br/blog/analitica-web/usabilidade-e-ux/20-ferramentas-de-prototipagem-e-usabilidade-na-web/>>. Acesso em 05 out. 2022.

PINTO, Adriele Vieira de Lima et al . **Depressão e adolescência**: relação com qualidade de vida e bem-estar subjetivo. Rev. Psicol. IMED, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 6-21, dez. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272018000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 out. 2022.

PISA, Pedro. O que é e como usar o MySQL. Techtudo, 2012. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2012/04/o-que-e-e-como-usar-o-mysql.ghtml/>> Acesso em 05 out. 2022.

VENTURA, Plínio. Entendendo o Diagrama de Classes da UML. Até o Momento, 2018. Disponível em: <<https://www.ateomomento.com.br/uml-diagrama-de-classes/>>. Acesso em 05 out. 2022.

SALOVEY, Peter; MAYER, John D. Emotional intelligence. **Imagination, cognition and personality**, v. 9, n. 3, p. 185-211, 1990.

SOUZA, Ivan de. Banco de dados: saiba o que é, os tipos e a importância para o site da sua empresa. Rockcontent, 2020. Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/banco-de-dados/>>. Acesso em 05 out. 2022.

WEB SERVICES: o que é, pra que serve, como funciona?. OpenSoft, 2016. Disponível em: <<https://www.opensoft.pt/web-service/>>. Acesso em 05 out. 2022.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA EM PERÍODO DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DO ENSINO DIRECIONADO AOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES

Oswaldo Daniel dos Santos Pinheiro¹⁴

RESUMO

O presente artigo trata do perfil dos sujeitos idosos que buscam, através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem como propósito oportunizar aos jovens, adultos e idosos que não concluíram seus estudos no tempo devido, a retornarem à sala de aula. Neste trabalho de pesquisa buscou-se compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de EJA do município de Venâncio Aires. Visto que, neste período de pandemia se teve a necessidade de distanciamento social. O objetivo principal é compreender a inserção da pessoa idosa na EJA do município de Venâncio Aires, em período de pandemia: uma análise do ensino direcionado aos idosos. E, também foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar quais as principais dificuldades que levaram os sujeitos/alunos a interromper sua vida escolar no passado; b) Verificar quais as motivações dos idosos para a retomada dos estudos no pós pandemia. A metodologia de pesquisa foi realizada a partir de um estudo de caso, de cunho qualitativa, numa abordagem exploratória, descritiva a partir de entrevistas com indivíduos idosos de duas escolas públicas de Venâncio Aires, tendo como objeto de estudo a EJA para o idoso. Nota-se que dentre os resultados da pesquisa, que foram diversas as situações que os levaram a interromper as atividades de estudo em um outro momento de suas vidas. E com a necessidade de distanciamento social, os alunos idosos passaram a apresentar algumas situações psicológicas, por conta do distanciamento social.

Palavras-chave: Idosos; EJA; Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho de pesquisa buscou-se compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de EJA do município de Venâncio Aires. Visto que, neste período de pandemia se teve a necessidade de distanciamento social.

¹⁴ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Brasil e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Brasil.

E para entender a definição de pessoa idosa, é relevante iniciar a compreensão pelo aumento da expectativa de vida da população brasileira, e também em nível mundial, o que está levando a sociedade a melhor analisar o contexto que engloba o envelhecimento. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), idoso é todo indivíduo com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, residente nos países desenvolvidos e com sessenta anos, ou mais, aqueles que vivem em países em desenvolvimento, que é o caso do Brasil (LOPES; ARAÚJO; NASCIMENTO, 2016).

Todas as pessoas, sejam elas jovens, adultos ou idosos, têm suas particularidades. E a pessoa idosa apresenta aspectos fisiológicos e psicológicos específicos, e, sobretudo, diferencia-se pelas experiências que teve ao longo da vida. Dessa forma vale destacar a relevância ao acesso à escolarização para ambas as faixas etárias, dando ênfase, neste trabalho, à pessoa idosa, visto que a inclusão do idoso está diretamente relacionada à integração do cidadão na sociedade e ao acesso à educação.

O acesso aos estudos e sua continuidade é um direito subjetivo de um indivíduo. Consolidada na Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) e também amparada pela modalidade de ensino da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394/96, a EJA é uma política de educação inclusiva, que tem como objetivo dar oportunidade de acesso à escolarização para aquelas pessoas, jovens, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de concluir as atividades escolares na idade apropriada.

Conforme os dados apresentados pelo IBGE (2010), o município de Venâncio Aires, tem uma população de 65.946 habitantes. Segundo os dados do Perfil das Cidades Gaúchas - Venâncio Aires (2019), os indicadores da educação apresentaram a escolaridade da população no ano de 2017 como sendo de 37.589 (57%) sem instrução ou com o fundamental incompleto. A taxa de analfabetismo no município no ano de 2010 foi de 4,9% da população. E o número de matrículas no ano de 2018 na Educação de Jovens e Adultos, foi de 518 na rede Estadual, 41 na rede Federal, 246 na rede Municipal e 40 na rede privada, o que não chega a 9% da população idosa do município.

Dessa forma, faz-se cada vez mais necessário na contemporaneidade abordar a inserção das pessoas idosas no campo escolar, enfatizando suas conquistas para consigo mesmo e a sociedade. Segundo Pereira e Serra (2014) a pessoa idosa pode aprender em todas as fases da vida, sabendo que a fase de aprendiz é infinita. Nesta direção, este trabalho de pesquisa tem

como tema de pesquisa a inserção da pessoa idosa na Educação de Jovens e Adultos – EJA, em período de pandemia: uma análise do ensino direcionado aos idosos do município de Venâncio Aires.

A modalidade de EJA vem ocorrendo de forma a contribuir com a permanência e êxito dos estudantes, aqueles que não concluíram seus estudos nos anos anteriores, por diversas questões. E, com a pandemia do Covid-19, constatou-se um alto índice de evasão escolar em vista a necessidade do isolamento social e a implementação do ensino remoto. Diante dessas considerações, o problema de pesquisa desta pesquisa está assim delimitado: Quais as possibilidades de ensino e os desafios enfrentados pelas pessoas idosas do município de Venâncio Aires, em busca de retornar à escola após a pandemia?

Então, o objetivo geral da pesquisa foi compreender a inserção da pessoa idosa na EJA do município de Venâncio Aires, em período de pandemia: uma análise do ensino direcionado aos idosos. E, também foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar quais as principais dificuldades que levaram os sujeitos/alunos a interromper sua vida escolar no passado; b) Verificar quais as motivações dos idosos para a retomada dos estudos no pós pandemia.

Para tanto, a presente pesquisa se justifica diante do atual cenário de pandemia, o qual apresentou no atual contexto marcas intensas de transformações sociais pela repercussões da pandemia da Covid-19, afetando diretamente todas as faixas etárias, e no sentido da formação escolar presente na EJA, onde estudantes tiveram que romper as atividades, por conta do cenário de pandemia, mas estão retornando para estes espaços de ensino, buscando compensar o longo e penoso período de isolamento social.

Além desses propósitos, parte-se do princípio de que a escolarização é um direito da pessoa idosa. Também se justifica pelas novas formas de vida dos idosos na contemporaneidade, vivendo cada vez mais em ambientes tecnológicos, o que ressalta a importância de saber ler e escrever para poder se articular e se envolver em comunidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualização das políticas públicas voltadas à pessoa idosa

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDN) nº 9.394 de 1996 dedicou uma seção à educação de jovens e adultos. Vale destacar que essa modalidade de ensino foi determinada pela Constituição Federal de 1988, que deixava claro que o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, deveria ser destinado inclusive aos indivíduos que não tiveram acesso na sua idade própria. O segmento é regulamentado pelo Artigo 37º da Lei nº 9.394/1996, que traz em seu Art. 37 e Art. 38, que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996).

A preocupação com o envelhecimento populacional no Brasil tem impulsionado políticas, programas e projetos para atender às demandas decorrentes da população de idosos, de modo a instituir direitos sociais, tendo em vista a permiti-lhes uma vida autônoma e participativa em sociedade (LIMA; SILVA, 2014). Dessa forma, para Secchi (2012, p. 2):

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. [...] Uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 (BRASIL, 1994), dispõe sobre a Política Nacional e cria o Conselho Nacional do Idoso. Tem como objetivo garantir os direitos sociais

dessa população, permitindo desenvolver alternativas para que essa possa continuar a participar ativamente da sociedade a que pertence. Também tem como diretriz a garantia dos direitos básicos dos idosos. A Política Nacional do Idoso aponta ações governamentais que precisam ser concretizadas na área da educação. Assim, dispõe que:

Art. 1: A política nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do Idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade;

Art. 2: Considera-se o Idoso, para os efeitos desta Lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade;

Art. 3: A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao Idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem estar e o direito à vida;

II: O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III: O Idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza (BRASIL, 1994).

Art. 3º A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei.

Art. 10. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos:

III - na área de educação:

a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;

b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;

c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;

d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;

e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;

f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber; [...] (BRASIL, 1994).

Já a Lei nº 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, tem como finalidade fortalecer a garantia aos direitos sociais das pessoas idosas, visando promover a preservação da saúde física e mental, bem como a liberdade e dignidade dos indivíduos da Terceira Idade

(BRASIL, 2003). Nessa Lei estão contempladas as questões dos direitos fundamentais dos idosos e direcionada a sua proteção.

Ao relacionar essas políticas públicas voltadas à pessoa idosa, é notável que todas enfatizem o direito à educação. De forma, que a discussão sobre o envelhecimento é uma necessidade presente nos currículos escolares, a fim de valorizar a pessoa idosa, e mostrar que este espaço é direito de todos. Sendo assim, na próxima subseção será apresentada a importância da Educação de Jovens e Adultos para a pessoa idosa.

2.2 A importância da Educação de Jovens e Adultos - EJA para a pessoa idosa em tempo de pandemia

Envelhecer não é mais um privilégio para poucos (LIMA; SILVA, 2014). A longevidade será um dos pontos fortes no Brasil. Contudo, é importante investir nas políticas públicas que permitem o direito das pessoas idosas (IBGE, 2010). Um desses direitos é a educação, o que torna importante entender os fatores que levaram a pessoa idosa a retornar à sala de aula, através da EJA, com base em uma educação de qualidade, mudando assim o quadro de evasão, onde o estudante em muitas das vezes acaba desistindo por falta de recursos e tempo para se dedicar aos estudos.

E na percepção de Freire, ele diz que: “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 2018, p.108).

E na ordem de relevância organização política, conhecer a Educação de Jovens e Adultos pressupõe compreender a luta pelos “[...] direitos negados historicamente [...]” (ARROYO, 2011, p. 30). Direito à moradia, à terra, ao trabalho, à educação e o próprio direito à vida.

Segundo Cachioni e Neri (2004) o reingresso das pessoas idosas à vida escolar pode apresentar diferentes benefícios e ter consigo diferentes fatores motivacionais que o levam ao retorno em sala de aula, como por exemplo: busca de autonomia, conhecimento, realização de atividades que os permitem aproximação e contato com outros, relacionamentos, dentre outros. Os autores entendem a educação como instrumento de promoção de uma velhice bem-sucedida, isto é, com boa qualidade de vida biológica, psicológica e social (CACHIONI; NERI, 2004).

Segundo Lopes e Burgardt (2013, p. 319) a pessoa idosa busca pelo espaço da EJA por muitos motivos, destacando-se, na sua fala: “o idoso procura não só conhecimentos formais, mas também uma valoração pessoal, pois, apesar de sua idade avançada, ainda é um participante ativo da sociedade, com direitos e deveres, como todos os outros cidadãos”. Podendo também, segundo os mesmos autores, a pessoa ter o interesse em reingressar nos estudos neste espaço por questões de trabalho, sabendo que em muitos casos apenas a aposentadoria não é o suficiente para manter a família e suas condições básicas.

Para Arroyo (2011) a pessoa idosa busca através da EJA o acesso a novas ocupações, ou mesmo deseja com as aulas melhorar a forma que vem ocupando seu tempo. Deste modo, a busca de conhecimento pode ser almejada em quaisquer momentos da vida. Destacando ainda a necessidade de tornar a Educação de Jovens e Adultos um campo de direitos e de responsabilidade pública

A EJA precisa considerar as especificidades da velhice e aproveitar toda a bagagem de conhecimento, experiências e vivências que estes indivíduos totalizam até o presente momento, para contribuir com o processo de aprendizagem, utilizando estas especificidades de conhecimento atribuído durante a vida para poder dialogar e trocar informação (DANTAS, 2016).

Santos e Barbosa (2020), deixam claro que a pandemia da Covid-19 abalou toda a estrutura da sociedade mundial, e a educação de modo geral teve impactos bastantes negativos. Conforme relatam Santos e Barbosa (2020, p. 173):

Iniciado na cidade chinesa de Wuhan, onde foi identificado no último dia do ano de 2019 o primeiro caso motivado pelo novo coronavírus, SARS-CoV2, o vírus começou a se espalhar com impressionante rapidez no continente asiático e deste para outros países. No Brasil, o primeiro caso foi identificado em São Paulo no mês de fevereiro de 2020. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o surto como pandemia, vindo, na sequência, a primeira morte em São Paulo, e duas outras no Rio de Janeiro. Iniciou-se, então, um longo período de distanciamento social e redobrados cuidados com a higiene pessoal. Novos hábitos se incorporaram à rotina da população.

Com isso, entende-se com base nos autores que a pandemia só agravou mais o quadro educacional, e tornou mais evidente a questão da desigualdade na modalidade EJA, já que a maioria dos estudantes são de classe média baixa, o que impossibilita o acesso as ferramentas tecnológicas.

Nesse contexto de pandemia Covid-19, de acordo com Santos e Barbosa (2020, p. 178) afirma que:

Segundo matéria publicada no jornal digital Notícias Concursos, os estudantes de EJA são os mais vulneráveis com a suspensão das aulas presenciais e as escolas temem que adultos abandonem estudos após pandemia. Segundo a matéria, a pouca habilidade para lidar com equipamentos eletrônicos, os vínculos frágeis com a vida escolar e o risco de perda significativa de renda familiar são alguns dos fatores que tornam estes alunos mais suscetíveis a não voltar para a escola após a pandemia.

A pandemia do Covid-19 mudou a realidade de muitas pessoas que buscavam aprender, sonhos foram interrompidos, aqueles que já estavam desmotivados para ir à escola, encontraram uma brecha para interromper seus estudos, ou seja, cada indivíduo convive com uma realidade diferente.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada a partir de um estudo de caso, referida para essa pesquisa de levantamento, de cunho qualitativa, numa abordagem exploratória, descritiva a partir de entrevistas com indivíduos idosos de duas escolas públicas de Venâncio Aires, tendo como objeto de estudo a EJA para o idoso.

Conforme Yin (2015), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa social que propõe examinar acontecimentos contemporâneos. A escolha por este método de pesquisa justifica-se pela necessidade de respostas às perguntas centrais do estudo que permeiam o “como” ou o “por que” de determinado fenômeno.

A pesquisa envolverá a realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas que retomaram os estudos após os 60 anos, a partir de um roteiro de perguntas previamente elaborados com base no referencial teórico, visando respostas aos objetivos estabelecidos no estudo. O estudo que será desenvolvido ocorrerá com uma turma de cada escola pública estudada. Utilizou-se como ferramenta de pesquisa, o uso de entrevista. Para responder aos objetivos da pesquisa.

Minayo (2010, p. 261) evidencia que o trabalho de campo por meio de entrevistas, “é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre interlocutores, realizada por iniciativa do

entrevistador, destinada a construir informações para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo”.

Para facilitar a coleta dos dados, as entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos entrevistados, para posterior transcrição e análise dos dados.

A análise dos dados foi mediante Análise de Conteúdo, na intenção de buscar evidências e respostas aos objetivos estabelecidos para o estudo (BARDIN, 2011). A apresentação dos resultados se dará mediante texto, quadros e tabelas, contendo as principais implicações ao estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise manteve o foco no problema e nos objetivos da pesquisa, buscando compreender a inserção da pessoa idosa na EJA do município de Venâncio Aires, em período de pandemia: uma análise do ensino direcionado aos idosos. Também, a partir dos resultados apresentados, entender algumas das dificuldades que levaram o idoso a interromper sua vida escolar. E, bem como verificar quais foram as motivações dos idosos para a retomada dos estudos no pós pandemia. O quadro 1 apresenta a caracterização dos sete entrevistados.

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados

Entrevistado(a)	Gênero	Idade	Estado Civil
1	Masculino	61 anos	Casado
2	Feminino	70 anos	Casado
3	Masculino	65 anos	Casado
4	Feminino	81 anos	Casada
5	Feminino	79 anos	Viúva
6	Feminino	85 anos	Viúva
7	Feminino	65 anos	Casada

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Conforme Pereira e Serra (2014) as pessoas idosas estão cada vez mais disponíveis a novas experiências, e voltar a estudar agora na faixa etária que as define como idosas é um direito desses indivíduos. Fase da vida, na qual eles retomam as atividades de alfabetização, em prol de poder gozar do processo de aprendizado e agregar além do conhecimento, também, qualidade de vida as pessoas idosas. Por isso a importância de se buscar entender quais foram os motivos que as levaram a deixar a sala de aula na infância ou na juventude.

Segundo Freire (2002), a educação deve estar pautada na formação plena dos sujeitos, buscando uma preparação para vida, com formação de valores atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igual. “Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser” (FREIRE, 2002, p. 193)

Sobre as principais dificuldades no passado que lhes impossibilitaram de estudar, os principais fatores mencionados são: falta de incentivo dos pais, que também não estudaram e precisavam da mão de obra dos filhos nas lavouras; a falta de recursos em muitos aspectos, o ensino não era visto como algo importante, os filhos mais velho precisavam ficar em casa para cuidar dos irmãos mais novos; a dificuldade de acesso à escola, tal como a distância a ser percorrida a pé para chegar nas aulas; e as dificuldades financeiras e de incentivos. O entrevistado 1, sintetiza essas dificuldades:

Meus pais sempre moravam no interior, na zona rural e a gente tinha algumas dificuldades econômicas, tudo era feito com muito trabalho, para assim conseguir manter a casa e termos comida. E como eu era um dos filhos mais velhos, eu fui cedo para os trabalhos no campo, e com isso, não pude estudar. Saíamos cedo de casa e voltávamos lá pela noite da roça, o dia todo fazendo esforço, os quais eram normal naquela época (ENTREVISTADO 1).

Evidencia-se um alinhamento entre os motivos alegados pelos entrevistados por não terem concluído sua educação fundamental, como a necessidade de trabalhar para ajudar a família, o difícil acesso, e o não entendimento dos pais sobre a importância de uma educação formal. A fala dos entrevistados converge com o que afirma Santos e Barbosa (2020), quando destaca que o trabalho infantil no século XIX e no início do século XX, era entendido como normal, tanto o trabalho no processo de industrialização, como doméstico e agrícola,

salientando ainda que esses pequenos trabalhadores tinham uma carga horária de trabalho exaustiva.

Essa delicada relação que tinham com as diversas atividades atribuídas na sua infância, faziam com que se abortasse a ideia de estudar, aprender e até mesmo de ser criança, viver a fase da infância. E na fala de Arroyo (2011), onde trás que no reconhecimento do “[...] saber popular como parte do saber socialmente produzido e a garantia do direito ao conhecimento” (ARROYO, 2011, p. 35).

Santos e Barbosa (2020) também evidenciam ao fato de que os pais no século XIX e XX acreditavam ser desnecessária a escolarização, pois pensavam que o ensino na escola não tinha tanta relevância. Os pais entendiam que os filhos precisavam trabalhar na sua infância, ainda mais os filhos de pobres. Tinha-se a compreensão, portanto, que para ser bons cidadãos, precisavam trabalhar desde muito cedo, independente do serviço que fosse.

Em relação aos principais fatores motivacionais para o seu retorno à sala de aula se destaca a vontade de voltar a estudar. As respostas dos entrevistados, explicitam, ainda, a importância da EJA para esse retorno. Uma importância não apenas como uma possibilidade concreta de retorno à sala de aula durante a velhice, mas enquanto algo que causou um despertar para esse retorno, como conta a entrevistada 2. Ela afirma que ficou “muito contente” quando “apareceu a EJA” em Venâncio Aires, e que foi muito importante. Pois não sabia ler e com isso nem se quer os remédios que toma por uma série de doenças podia ler a bula. Sempre tinha que chamar a filha ou a neta. “E quando voltei a estudar, consegui ler os meus remédios e receitas, coisa muito boa” (ENTREVISTADA 2). Aprender a ler e a escrever são colocados pelos entrevistados como um sonho que puderam realizar. Chama atenção, ainda, que três entrevistadas expressam a necessidade de serem alfabetizadas para poder ler e anotar receitas, o que explicita uma motivação que vem das necessidades cotidianas. “Eu sempre tinha que fazer doce decorando a receita, porque não sabia escrever. Tinha que decorar na cabeça. [...] Eu queria muito saber ler, isso foi minha motivação maior, eu precisava aprender para fazer minhas coisas e não depender toda a hora de alguém.” (ENTREVISTADA 6). Já a entrevistada 7, disse que [...] “eu gosto muito de fazer cuca e mexer nas minhas flores, as vezes escutava as receitas e quando iria fazer me esquecia dos ingredientes, isso era muito ruim. Sempre queria aprender a ler”.

Conforme destacado pelos entrevistados, podemos observar a relação entre EJA e gestão democrática: suas especificidades, a responsabilidade pública do Estado, o “direito à educação e à formação de coletivos” (ARROYO, 2011, p. 34). A EJA e a gestão democrática são campos ricos em cultura e vivências em sociedade.

As motivações expressas pelos entrevistados vão ao encontro do que diz Freire (1989, p. 72):

[...] alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escreve o que se entende. (...) Implica uma auto formação da qual se pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto.

E no sentido de buscar compreender os fatores motivacionais que os levaram a retomar os estudos, identifica-se uma razão particular para cada entrevistado. Segundo Paulo Freire (2020), a educação pode ser entendida como uma forma de intervenção no mundo, a educação jamais é neutra, tanto quanto as percepções dos indivíduos sobre as mesmas. Corroborando Teixeira (2008), que o analfabeto carrega consigo uma tristeza, pela ausência do conhecimento da escrita e leitura. O que faz com que ele se exclua de um direito que é de todos, pois a participação na escola representa uma mudança de ator, não mais o excluído do ensino, e sim, para participante e membro alfabetizado na sociedade.

Destaca-se, ainda, a partir de Pereira e Serra (2014, p. 8), a relevância de a pessoa idosa estar sempre realizando algum tipo de atividade, “de forma que assim possibilite que estas pessoas se mantenham ativas e capazes de internalizar as suas capacidades como transformador do seu próprio espaço”. Como mostra a teoria, e principalmente a resposta dos entrevistados, não se trata apenas de aprender a ler e a escrever, ou de dar continuidade a uma educação formal, e sim de algo mais.

Outra temática contemplada na entrevista foi em relação aos elementos que fizeram com que esses idosos pudessem retornar a sala de aula, após o contexto da pandemia para as pessoas idosas no município de Venâncio Aires, estado do Rio Grande do Sul. O entrevistado 1, contou que o período de pandemia foi bem difícil, pois se manteve muito isolado. “Quanto sofrimento no período da pandemia, não aguentava usar a máscara, pois tenho problemas respiratórios, e quando usava a máscara me faltava o ar” (ENTREVISTADO 1). Ainda, destacou que, “eu senti

muita falta dos colegas de aula, ficamos quase dois anos em casa, não vi nenhum amigo e os colegas, foi muito triste”. Já a candidata 5, disse que teve o apoio das filhas, netas e do esposo para retornar no pós pandemia a sala de aula. “Meu marido disse que era para eu voltar a estudar e realizar meu sonho de saber escrever.” E a entrevistada 6, destacou as dificuldades em ficar em casa isolada e da necessidade de se relacionar com amigos e colegas em sala de aula. “Para mim, foi um tempo muito feio, eu chorava escondido, com medo de morrer, somos idosos e perdi amigas com coronavírus. Não podia nem pensar que tinha que ficar em casa isolada por causa do vírus”. E quando voltou a sala de aula, a entrevistada 6, destacou que “é uma felicidade voltar a aprender. Foi uma pena porque faleceu três colegas de coronavírus, a gente fica triste”.

Referente ao entrevistado 1, esse diz o seguinte:

“voltar a estudar foi muito bom, eu me envolvo nas conversas, tenho amigos e sinto falta quando não ia para a escola. Agora com o coronavírus, foi um tempo pesado, de muitas mortes, a gente pensava que podia ser a gente também, tinha que se cuidar para não pegar o coronavírus” (ENTREVISTADO 1)

Todos entrevistados foram unânimes em afirmar que tiveram muitas dificuldades em passar esse período de pandemia isolados. Com isso, fica bastante claro que no espaço de ensino para idosos, também buscam fortalecer as redes de relacionamento, que vai além da família, e inclui os colegas de sala, os amigos e conhecidos.

Diante disso, a EJA carrega em suas bagagens experiências de vida, são histórias que mudam a forma de ensino do perfil desse estudante. Como assegura Paulo Freire (2020, p.34) “mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nós fizemos seres éticos”. Por tanto, diante do contexto da pandemia da Covid-19, com as várias mudanças tomadas, mudou a realidade educacional não só da modalidade EJA mas de todos os ambientes de ensino.

E referente a última pergunta, com a retomada dos estudos, o processo de aprendizagem contribuiu com mudanças na sua qualidade de vida? Através das atividades variadas realizadas na escola de EJA, como atividades físicas, mentais, sociais, lúdicas e criativas. Entende-se que esse retorno no pós pandemia, trouxe ganhos para seus estudantes, nesse caso os idosos, com contribuições e mudanças na qualidade de vida, o que é reconhecido pelos entrevistados. A entrevistada 6, lembra que não sabia escrever o próprio nome, e que agora já pode escrever

receitas e que “as capacidades mentais melhoraram”. Ainda que “graças a Deus, agora com as vacinas do coronavírus, a gente pode sair de novo, tomar chimarrão com os vizinhos e amigas” (ENTREVISTADA 6). Para a entrevistada 4, o retorno à sala de aula melhorou, de fato, sua qualidade de vida.

[...] eu sou uma outra pessoa, foi muito emocionante quando consegui escrever as palavras, foi coisa mais boa, eu tinha muita dificuldade, mas a professora era muito querida, muito ela ajudava. Meu nome eu já sabia, mas as outras palavras eu tinha dificuldade, aprendi agora depois de velha. Eu me sinto muito bem, nossa, fiz tantas amigas, a gente sempre se fala quando se vê no centro, foi coisa mais boa. Até na minha memória ajudou. (ENTREVISTADA 4).

A entrevistada 4, ainda reafirma o quanto foi difícil ter ficado em casa no período de pandemia. “Quando estava em isolamento social eu fiquei muito doente, ninguém vinha na minha casa, não podia ir para a escola e nem ver as amigas nos joguinhos e festas. Que bom que agora está voltando tudo como era antes”. E para o entrevistado 3, este disse o seguinte: “é a pandemia prejudicou e matou muito gente, eu tinha medo, não sai de casa, só saía para receber a aposentadoria. Nesse tempo, eu senti muita falta dos amigos e dos colegas da escola”.

Ou seja, a pandemia da Covid-19 facilitou para que ocorresse a desistência visto que o público da EJA já passa por muitos transtornos devido a diversas situações que passaram ao longo de suas vidas. E agora com essa nova realidade que surgiu, com novos hábitos e maneiras comportamentais, contribuiu ainda mais com o distanciamento desta faixa etária exclusiva em sala de aula.

E na percepção de Paulo Freire (2020), o autor diz que a escola também é um espaço que se estabelece contatos sociais com todos os inseridos, e com isso, se ampliam as amizades, relacionamentos e afetividade com as relações, gerando assim, qualidade de vida para as pessoas idosas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa possibilitou investigar uma realidade educacional da EJA em tempos de pandemia, visto que no ano de 2020, iniciou a pandemia da Covid-19, onde as pessoas precisaram se adequar à nova realidade e passaram a adotar o distanciamento social, trabalhando de forma remota, encontrando equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Nas escolas, professores e estudantes mantiveram-se ativos nos estudos, mesmo com dificuldades no acesso à internet e, por vezes, enfrentando problemas de maior amplitude que destacam a vulnerabilidade social ainda presente no dia a dia de muitos.

Nesta direção, neste estudo buscamos compreender os impactos da pandemia da Covid-19 no processo ensino-aprendizagem da modalidade de EJA para a pessoa idosa no município de Venâncio Aires. Identificando os fatores condicionantes de necessidades que os levaram a interromper as atividades de estudo em um outro momento de suas vidas, por diversos fatores, tais como: pouco recurso para estudar, por residir na zona rural e ter que ajudar nas tarefas de casa, por ter que trabalhar desde muito cedo e não ter o incentivo familiar para dar continuidade aos estudos.

E com a necessidade de distanciamento social, os alunos idosos passaram a apresentar algumas situações psicológicas, por conta do distanciamento social. Visto que, os contatos de relacionamentos são importantes para socialização destes indivíduos. Paulo Freire (2020), destaca em sua fala que o homem só é capaz de transformar a realidade em que vive, compreendendo que ela pode ser mudada e que este indivíduo é capaz de mudar e criar.

A motivação desses idosos para retornarem às salas de aula também se mostrou variada, quando observada em suas particularidades: a realização de um sonho, o incentivo de familiares, amigos e conhecidos, o desejo de ler e escrever receitas, escrever seu próprio nome e de se sentir ativo em sociedade, a partir das redes de relacionamento que desenvolvem.

Por fim, entende-se que a presente pesquisa apresenta em seus dados que a EJA no município de Venâncio Aires, cumpre seu papel que vai além da alfabetização, proporcionando qualidade de vida para as pessoas idosas. Ainda que no atual cenário de pandemia, o rompimento dos encontros e das aulas presenciais, trouxe a esses idosos e toda a população

prejuízos que nem todos puderam ser reparados, como exemplo a morte de milhares de pessoas por todo o mundo.

De modo geral, esse espaço que é permitido de alfabetização através do EJA, demonstra através da fala dos entrevistados, nas mais variadas motivações que agregam valor neste espaço de ensino, sintetizam o desejo e o direito do conhecimento e de inclusão ativa em sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. 6a ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes; 2011.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases para a educação nacional** – lei nº 9.394/96.

_____. Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 jan. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm> Acesso em: 30 ago. 2022.

_____. Estatuto do idoso. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 03 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741compilado.htm>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CACHIONI, M.; NERI, A. L. Educação e velhice bem-sucedida no contexto das Universidades da Terceira Idade. In: NERI, A. L.; YASSUDA, M. S. (Orgs.). **Velhice bem-sucedida**: aspectos afetivos e cognitivos. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

DANTAS, T. R. Formação em EJA: o Programa de Mestrado Profissional como uma proposta inovadora de inclusão social. In: DANTAS, Tânia Regina; AMORIM, Antonio; LEITE, G. de O. **Pesquisa, formação, alfabetização e direitos em educação de jovens e adultos**. Salvador: EDUFBA, 2016. Cap. 6. p. 131-149.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Editora Unesp 2ª edição revista, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA DE ESTATÍSTICA (IBGE). [qual o título do artigo?]. Site institucional. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2022.

LIMA, J. R.; SILVA, M. R. F. Conselho de direitos da pessoa idosa: instrumento de participação e protagonismo. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 3, p. 366-382, 2014.

LOPES, M. J.; ARAÚJO, J. L. DE; NASCIMENTO, E. G. C. **O envelhecimento e a qualidade de vida: a influência das experiências individuais**. **Revista Kairós Gerontologia**, 19, 181-199, 2016.

LOPES, A. P. N.; BURGARDT, V. M. Idoso: um perfil de alunos na EJA e no mercado de trabalho. **Estudo interdisciplinar envelhecimento**, Porto Alegre, v. 18, nº2, p. 311 – 330, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 29. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á prática educativa**. 63. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.

PEREIRA, Letícia Gravano Pacheco. SERRA Dayse. **A importância da aprendizagem na terceira idade**. 2014. Disponível em:

<http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N204140.pdf>. Acesso em 10 jul. 2022.

SANTOS, R. D. S.; BARBOSA, C. S. **Desafios da educação de Jovens e Adultos em tempo de pandemia da covid-19**. In: INSFRAN, F. et al. Pandemia e suas interfaces no ensino. São Carlos (SP): Pedro & João, v. 1, 2020. Cap. 1, p. 167-181.

SEBRAE. **Perfil das cidades gaúchas, 2019, Venâncio Aires**. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Venancio_Aires.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

MODA CIRCULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE: A EXPERIÊNCIA DA 4ª FEIRA DE TROCAS

LUZ, Josiane Paula da; josianeluz@ifsul.edu.br¹⁵

MARIAS, Carlos Eduardo Porto; carlosmarias.va464@academico.ifsul.edu.br

SILVA, Gabriel Vinicius dos Santos da; gabrielsilva.va086@academico.ifsul.edu.br

RESUMO

Nos últimos anos, o apelo por um mundo que contemple outros valores e símbolos pautados no respeito ao outro, combate à desigualdade e redução do consumo de recursos naturais, estes por serem finitos, vem questionando as trocas baseadas exclusivamente no preço. Neste sentido, as iniciativas que estimulem o consumo consciente justificam-se porque a sociedade tem questionado o capitalismo fundado em um sistema baseado somente no preço. A realização de uma Feira de Trocas constitui uma destas ações pautadas na preocupação com a grande quantidade de resíduos sólidos produzida no mundo todos os dias. O presente projeto iniciou com ampla pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos envolvendo sustentabilidade, consumo consciente, educação e cidadania ambiental e possibilidades de implantação destes conceitos na prática. A seguir se realizou o planejamento e a execução da Feira de Trocas, com a definição das regras e funcionamento do mesmo, formas de divulgação, público alvo, datas, local e todos os detalhes envolvendo o evento. A análise dos resultados foi obtida por meio da observação e pesquisa-ação. Além disso, pode-se Identificar o impacto do evento em si na vida dos estudantes envolvidos foi uma das evidências que justificam a importância do presente estudo. Também, os dados levantados nesta pesquisa poderão embasar a formulação de outras práticas de educação ambiental que possam ajudar os alunos envolvidos a terem uma visão socioambiental. Discutir a cidadania ambiental através da realização da Feira de Trocas contribuiu para a construção de uma nova geração de cidadãos conscientes sobre seus deveres e direitos possibilitando compreender suas responsabilidades, para que suas futuras escolhas sejam tomadas com consciência promovendo a emancipação do cidadão reflexivo e crítico.

Palavras-chave: Moda circular. Sustentabilidade. Cidadania ambiental.

1. Introdução

O conceito de Sustentabilidade possui um alcance além de uma preocupação com a preservação dos recursos naturais. De acordo com Komiyama e Takeuchi (2006) a sustentabilidade pode ser definida em três níveis de sistema: global, social e humano, sendo extremamente importantes para a coexistência dos seres humanos e do meio ambiente. No sistema global discute-se a preservação do clima e meio ambiente. No sistema social faz-se uma

¹⁵ Todos os autores do IFSUL, Câmpus Venâncio Aires.

reflexão em torno da política, economia e indústria. E no sistema humano, analisa-se estilos de vida e valores. Não há hierarquia entre os diferentes sistemas, mas todos são igualmente importantes.

Esta visão de sustentabilidade, embora ampla, permite um diálogo com o conceito de consumo consciente no sentido de utilizar os recursos naturais de modo controlado. E mais que isto: por compreender que o outro possui necessidades que precisam ser atendidas. O consumo pensado de forma coletiva permite a redução da poluição do meio ambiente, do consumo de recursos naturais e da desigualdade social.

A sociedade contemporânea tem o consumo como estratégia para obter qualidade de vida ou como uma forma de se viver mais feliz, acreditando que é possível obter através do consumo, a satisfação pessoal. Trata-se de um conjunto de valores, normas e padrões que sustentam o atual padrão de consumo. Neste processo tudo que é novo, individual e belo recebem uma valoração específica, ou seja, os símbolos materiais assumem um papel central (ZANIRATO e ROTONDARO, 2016).

Como pano de fundo para a construção da sociedade de consumo tem-se o capital com um sistema de trocas baseado no preço, no dinheiro: os bens materiais passam a ter um valor econômico. Nos últimos anos, o apelo por um mundo que contemple outros valores e símbolos pautados no respeito ao outro, combate à desigualdade e redução do consumo de recursos naturais, estes por serem finitos, vem questionando as trocas baseadas exclusivamente no preço.

Em torno dessas reflexões surge a ideia de colaborar para o avanço e aprimoramento de uma visão pautada na sustentabilidade e no consumo consciente por meio da realização e análise dos impactos da 4ª Feira de Trocas, executado pelos estudantes do Ensino Médio integrado do IFSUL, Câmpus Venâncio Aires.

Entre os desafios do trabalho tem-se a necessidade de se desenvolver a autonomia dos estudantes. A realização de um evento em que tais discentes são os protagonistas das ações pode ser importante neste sentido.

A promoção da 4ª Feira de Trocas justifica-se ainda por propiciar um espaço de reflexão onde se possa repensar os hábitos de consumo, tendo como alternativa a troca de objetos entre as pessoas, além de oportunizar uma vivência que promova a moda circular, troca de experiências, cultura, convívio, reutilização e customização, além da promoção do consumo consciente.

Desta forma, a 4ª Feira de Trocas visou promover o consumo consciente e a reflexão sobre sustentabilidade, repensando hábitos de consumo por meio da oportunização de um momento de troca de objetos.

Este artigo está estruturado, além desta introdução, em metodologia, onde apresenta-se os procedimentos de elaboração deste artigo; resultados alcançados, em que se descreveu a experiência vivenciada e as percepções dos participantes; as considerações finais, item utilizado para destacar as observações fundamentais da experiência; e as referências, listando os autores dos conceitos teóricos que embasaram a proposta da 4ª Feira de Trocas e sua análise.

1.1 Justificativa

A sociedade contemporânea tem o consumo como estratégia para obter qualidade de vida ou como uma forma de se viver mais feliz, acreditando que é possível obter através do consumo, a satisfação pessoal. Trata-se de um conjunto de valores, normas e padrões que sustentam o atual padrão de consumo. Neste processo tudo que é novo, individual e belo recebem uma valoração específica, ou seja, os símbolos materiais assumem um papel central (ZANIRATO e ROTONDARO, 2016).

Como pano de fundo para a construção da sociedade de consumo tem-se o capital com um sistema de trocas baseado no preço, no dinheiro: os bens materiais passam a ter um valor econômico. Nos últimos anos, o apelo por um mundo que contemple outros valores e símbolos pautados no respeito ao outro, combate à desigualdade e redução do consumo de recursos naturais, estes por serem finitos, vem questionando as trocas baseadas exclusivamente no preço.

Neste sentido, as iniciativas que estimulem o consumo consciente justificam-se porque a sociedade tem questionado o capitalismo fundado em um sistema baseado somente no preço. A realização de uma Feira de Trocas constitui uma destas ações pautadas na preocupação com a grande quantidade de resíduos sólidos produzida no mundo todos os dias.

Então, a realização da 4ª Feira de Trocas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSul, campus Venâncio Aires tem o intuito também de observar os impactos deste evento na vida de estudantes participantes. Os fundamentos usados para observar os impactos na vida dos estudantes passam pelas teorias de sustentabilidade e consumo consciente.

Identificar o impacto do evento em si na vida dos estudantes envolvidos é uma das evidências que justificam a importância da realização do evento. Além disto, os dados

levantados poderão embasar a formulação de outras práticas de educação ambiental que possam ajudar os alunos envolvidos a terem uma visão socioambiental.

Outro aspecto de relevância da pesquisa é a contribuição dada para o IFSul Venâncio Aires por poder utilizar os dados levantados para avaliar o aprendizado dos estudantes no que tange à realização de um evento. Entre os desafios da realização da ação de extensão, está a necessidade de se desenvolver a autonomia dos estudantes. A realização de um evento em que tais discentes são os protagonistas das ações pode ser importante neste sentido.

1.4 Objetivos

Promover a cidadania ambiental e a reflexão sobre sustentabilidade, repensando hábitos de consumo por meio da oportunização de um momento de troca de objetos;

Específicos:

- Promover a 4^o Feirão de Trocas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSul, campus Venâncio Aires, baseados nos conceitos de sustentabilidade, consumo consciente e educação ambiental;
- Analisar e descrever os resultados alcançados na realização da 4^a Feira de Trocas realizado no Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul, campus Venâncio Aires – RS.
- Socializar e discutir os resultados obtidos na realização do Feirão de Trocas considerando as temáticas de moda circular, economia solidária e sustentabilidade;

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Na complexa sociedade atual vive-se um momento em que, mais do que nunca, solicita-se uma postura cidadã consciente e ativa. Esta complexidade se deve a diversos fatores, destacando-se uma crise institucional, política e social, que, por consequência, também gera uma crise econômica.

O cidadão precisa estar atento às suas atitudes e isto requer uma postura proativa e a oportunidade de refletir sobre o sistema posto, incluindo a cidadania ambiental. Isto requer possibilidades e espaços que provoquem reflexão, por meio de vivências práticas e concretas sobre sustentabilidade e consumo consciente, temas essenciais na vida de cada um, assumindo

uma relevância social cada vez maior tendo em vista que as relações de consumo tem se reinventado, colocando muitas vezes as pessoas como alvo de campanhas publicitárias que em alguns casos, tratam-se de propagandas enganosas ou abusivas.

Ao provocar estas discussões, se buscou refletir sobre o consumo consciente, trazendo algumas noções de sustentabilidade ambiental e fazendo reflexões sobre a relação que existe entre consumo e degradação ambiental, quais as posturas solicitadas, o que se pode fazer para contribuir, especificando o que está acontecendo com o ambiente atualmente, e as responsabilidades do cidadão diante do cenário que se apresenta.

Neste contexto emerge a ideia da realização de um Feirão de Trocas, possibilidade de concretude destes conceitos, que englobam aspectos da educação ambiental, área do conhecimento que contribui provocando reflexões que permitam tomar consciência dos perigos que ameaçam o planeta em função do atual modo de produção e consumo, buscando a explícita relação entre ambiente e cidadania:

Uma nova ética ambiental deve conciliar distintas temporalidades sociais com os tempos da natureza, o que exige aumentar o conhecimento de processos naturais e de sua dinâmica. Ela deve permitir a livre expressão dos cidadãos em uma perspectiva de realização pela cultura, pela crença, não pela posse ou acesso a bens de consumo. A nova ética deve liberar a espécie humana para a criação, deixando de lado o controle social de corpos e mentes [...] em suma: é preciso mudar o estilo de vida (RIBEIRO, 2008, p. 146-147).

Para o autor, um novo projeto de sociedade precisa partir de mudanças culturais que esvaziem de significado o consumo e retomem aspectos mais nobres da existência, como a ideia de permanência, de perenidade, de diálogo, de respeito, de relações de solidariedade, visando diminuir a frustração generalizada que atinge uma imensa parcela de desempregados/pessoas em qualquer parte do mundo.

Ver diferentemente o mundo requer mudanças culturais arraigadas no modelo atual de sociedade em que a economia é a orientadora da vida social, com todas as suas ramificações: ideia de progresso; obsessão com a produtividade; eficiência; desenvolvimento e ideia do crescimento sem limites; progresso tecnológico infinito, etc.

Ribeiro (2008) defende que deve haver um novo projeto de sociedade, que parte de uma mudança de atitude ou mudança cultural que esvazie de significado o consumo e “retome dimensões mais nobres da existência, como a ideia da permanência, do tempo longo, da

perenidade, do diálogo, do respeito, das festas coletivas, das relações de solidariedade, que envolva criação e realização a um maior número de pessoas” (p. 149), a fim de diminuir as frustrações generalizadas que abatem as pessoas.

Neste contexto insere-se a realização e análise do Feirão de Trocas, que pretende ser uma possibilidade de mudança cultural frente ao que está imposto, e busca também simplificar ou naturalizar os conflitos socioambientais, que, para Ruscheinsky (2014), é a exata tradução do quanto o imaginário está dominado pela lógica do crescimento material como condição para melhorar a qualidade de vida. Para o autor, há uma grave insuficiência de compreensão relativa ao conceito de desenvolvimento sustentável, pois, ao discuti-lo, não se questiona a realidade e sua cultura de consumo.

Ribeiro (2008) explica que a sociedade de consumo atual tende a agravar o que chama de crise ambiental, tendo em vista o estilo de vida predominante que demonstra um apego à dimensão material da existência, traduzida na aquisição de bens, que muitas vezes nem serão utilizados. Além disso, ocorre o que o autor chama de “obsolescência tecnológica”, onde se alimenta uma sucessão de trocas de produtos difundindo um falso progresso tecnológico, o que leva ao descarte de equipamentos em plenas condições de uso.

É necessário desenvolver nos jovens o hábito salutar do debate de ideias, com argumentos bem fundamentados e mostrar a elas que se pode divergir, pois a sociedade saudável é aquela que sabe conviver, respeitosa e pacificamente, com ideias e pessoas diferentes: este é o princípio da tolerância, ensina Roldam (2016).

Além disso, espera-se proporcionar aos envolvidos no Projeto que, ao ter um contato com algumas noções e práticas de cidadania ambiental, que estes possam ser um instrumento para transformar condutas, desenvolver a autonomia, curiosidade e a capacidade de pesquisa.

Além de provocar reflexões e incentivar a busca por mais conhecimento, pretendeu-se também promover uma análise crítica do movimento gerado, buscando a reflexão de que a cidadania ambiental inclui deveres, responsabilidades, além de direitos, pois conforme Turatti (2010), ser cidadão na atual sociedade não pode significar ser apenas um detentor de direitos, ter uma conduta passiva, mas remete à “*necessidade de cumprimento de deveres perante a coletividade*” (TURATTI, 2010, p. 62), portanto, compreende-se que discutir a cidadania

ambiental através da realização da Feira de Trocas proporciona criar base para o auxílio de uma nova geração de cidadãos conscientes sobre seus deveres e direitos que possibilite compreender suas responsabilidades, para que suas futuras escolhas sejam tomadas com consciência promovendo a emancipação do cidadão reflexivo e crítico.

3. METODOLOGIA

O evento emerge da necessidade de promover um espaço onde se possa repensar os hábitos de consumo, tendo como alternativa a troca de objetos entre as pessoas, além de oportunizar uma vivência que promova troca de experiências, cultura, convívio, reutilização e customização, além da promoção da cidadania ambiental. O evento está na 4ª edição, realizada no Instituto Federal Sul-rio-grandense, Câmpus Venâncio Aires, sendo que um dos principais objetivos foi refletir e praticar o desapego, a economia solidária, a sustentabilidade e a moda circular. Aberto para toda a comunidade regional, os participantes foram convidados a trazer roupas, calçados, brinquedos, livros ou objetos de decoração. O recebimento dos itens ocorreu dois dias antes do evento (24 e 25 de agosto de 2022), a fim de que o ambiente pudesse ser preparado. Quando traziam seus itens, as pessoas recebiam fichas de acordo com o número de itens que cada um trouxera (cada item valia 1 ficha), no dia do evento cada participante pôde escolher outros itens livremente, de acordo com o número de fichas que tivesse para trocar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O evento está na 4ª edição e pretende-se que ele tenha continuidade nos próximos anos, uma vez que obteve-se ampla participação da comunidade externa e interna. Também ocorreram várias manifestações da comunidade no sentido do desejo de participar novamente, trazendo ainda mais itens a serem trocados.

Observou-se que o evento provocou os alunos para o exercício de um consumo consciente, ampliando seus olhares sobre as possibilidades de exercício da cidadania ambiental, algo que inicialmente era retórica conceitual, mas que pode ser vivenciada pelos estudantes e pela comunidade que participou.

Os impactos da Feira de Trocas para a reflexão de um consumo consciente e sustentabilidade puderam ser percebidos nos relatos dos participantes. Observou-se que o evento provocou os alunos para o exercício de um consumo consciente, ampliando seus olhares sobre as possibilidades de exercício da cidadania ambiental, algo que inicialmente era retórica conceitual, mas que pode ser vivenciada pelos estudantes e pela comunidade que participou. Houve relatos de estudantes que pensam em replicar a ideia da Feira de Trocas em sua comunidade local, o que demonstra também que os objetivos iniciais foram alcançados.

O evento representou mais do que uma contribuição para um consumo consciente, pois auxiliou seres humanos de comunidades carentes a adquirirem produtos, pessoas não favorecidas pelo sistema econômico estruturado em uma lógica capitalista. Os estudantes envolvidos relataram que a Feira de Trocas foi uma oportunidade da comunidade local mais pobre obter produtos de que precisam, mas não possuem condições financeiras.

Como o ‘pagamento’ pelos itens foi realizado exclusivamente por trocas, formou-se um ambiente ideal para o consumo consciente, declarações como “Entrei no espaço da feira, peguei o que precisava e fui embora”, foram observados nos participantes. O uso da palavra ‘precisava’, remete ao consumo consciente, isto é, à aquisição somente do necessário em um espaço composto por produtos que, inevitavelmente, seriam descartados ou, ao menos, inutilizados. As trocas contribuíram, ainda que de forma singela, para repensar sobre as consequências de um consumo exacerbado para o meio ambiente e até mesmo para o sistema econômico.

O impacto foi gerado não somente em quem adquiriu o produto, mas também nas pessoas que doaram os itens para serem trocados, pois estas puderam perceber que seus produtos usados tem utilidade para o outro, sentindo-se estimuladas a pensar na coletividade e em termos de cidadania com seus deveres e direitos.

5. CONCLUSÃO

O evento movimentou o Câmpus. Tanto sua comunidade interna quanto externa participaram ativamente. Cerca de 300 (trezentas) pessoas participaram no decorrer do dia, realizando suas trocas. Foram recebidos cerca de 4000 (quatro mil) itens, entre roupas, calçados, brinquedos, livros e objetos de decoração.

Percebeu-se que as pessoas ao saírem da Feira demonstravam estar muito satisfeitas com as trocas realizadas, bem como manifestaram que desejavam retornar quando houvesse o evento novamente. A equipe executora obteve inúmeros aprendizados em relação à organização de um evento e também expandiu seu olhar sobre o tema da sustentabilidade e consumo consciente, tendo uma vivência intensa de educação ambiental. Mais ainda: a comunidade externa foi acolhida no Câmpus e, muitas pessoas de baixo poder aquisitivo foram beneficiadas. Os organizadores foram abordados inúmeras vezes, informalmente, durante e após a realização do evento sendo elogiados pela iniciativa, pelos seus vários benefícios aos frequentadores: sociais, ambientais, econômicos, enfim, um momento de possibilidade do exercício da tão desejada cidadania ambiental.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- KOMIYAMA, H.; TAKEUCHI, K. Sustainability science: building a new discipline. **Sustainability Science**, n. 1, p. 1-6, 2006.
- NEWMAN, W. H. **Ação administrativa**. São Paulo, Atlas, 1974.
- RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.
- ROLDAN, Rosilma. **Como ensinar direito para crianças e jovens: desafios, dúvidas, estratégias, reflexões e experiências**. Disponível em: https://www.clubedeautores.com.br/book/213006--Como_Ensinar_Direito_para_Crianças_e_Jovens/#_.V74CXfkrKUK. Acesso em março 2018.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. Dos Conflitos Socioambientais às Práticas em Face de Ecos de Utopia. In: RUSCHEINSKY, Aloísio; MÉLO, José Bica de; LÓPEZ, Laura Cecilia (orgs). **Atores Sociais, Conflitos Ambientais e Políticas Públicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- TURATTI, Luciana, Cidadania ambiental: participação política além fronteiras. In: GORCZEVSKI, Clóvis (org.). **Direitos Humanos e participação política**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2010.
- ZANIRATO, Silvia Helena. ROTONDARO, Tatiana. Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade. In. **Estudos Avançados**, vol. 30 n. 88 São Paulo Set./Dez. 2016.

PLANEJAMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL: Um projeto transforma uma cidade-horta na Europa

Márcia Gomes

RESUMO

A capacidade e a forma que os assentamentos humanos utilizam o território originou as cidades modernas, moldadas pelos desafios da produção e o transporte da alimentação dessas comunidades. Uma pequena cidade inglesa de menos de 12 mil habitantes tenta desde 2012, ser auto suficiente na produção de alimentos, um projeto Incredible Edible-Incrivelmente Comestível-que surgiu com duas amigas para ter hortaliças e frutas gratuitas sem agrotóxicos em qualquer lugar e acessível a todos. Sustentabilidade territorial ou espacial é sempre com olhar local para que os territórios tenham acesso equitativo a serviços básicos, a uma oferta econômica mais viável, produtiva e ambientalmente sustentável (SACHS, 2002). O planejamento urbano tem como metas, a inclusão e a qualidade de vida da população através do regramento da utilização do espaço público garantindo a sustentabilidade territorial, ou a criação de um equilíbrio renovável e econômico de reservas naturais da biodiversidade e controle da urbanização devastadora. Objetivando diminuir a distância entre quem produz e o consumidor final surgiram as promoções de plantio dentro dos centros urbanos como em quintais, terrenos vazios, telhados, varandas ou parques. O que conceitua uma Cidade-Horta ainda não foi definido pela academia, porém observando os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável para 2030 da Organização das Nações Unidas, encontramos as rotas para um mundo mais sustentável e responsável pela proteção da vida como conhecemos hoje na Terra. Em um mundo ideal seria uma cidade capaz de produzir alimentos para o que vivem dela. Todmorden é um exemplo de como uma população pode tornar se modelo de cidade inteligente, ou seja, ser inovadora sem depender da automatização.

A proposta do resumo é avançar a pesquisa sobre os efeitos na saúde e poder de compra com dados de 2012 até 2022-como a taxa de mortalidade infantil, natalidade e PIB-dos habitantes da cidade plantam a própria comida em um futuro artigo.

Palavras-chave: Planejamento; Urbano; Sustentabilidade; Territorial e Horta

REFERÊNCIAS

Incredible Edible. <https://www.incredibleedible.org.uk/>. Disponível em: 14 nov 2022.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p. (Ideias sustentáveis).

ONU. ORGANIZAÇÕES DA NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Disponível em: 14 nov 2022.

ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE MARKETING PARA O ATELIER MAGA WEIAND COSTURA CRIATIVA

MALLMANN, E. B. C¹⁶.; WEIAND, M.¹⁷; MELZ, R. L.¹⁸; SCHVAMBACH, J.¹⁹

RESUMO

O artesanato e a costura criativa geralmente são vistos como *hobbies* ou complementação de renda, porém, há grande possibilidade de nichos a explorar visando a criação de um empreendimento rentável. Neste contexto, podemos verificar que estratégias de marketing podem ser aplicadas em pequenas empresas com atividades artesanais. Com isso, evidenciamos a importância de ferramentas de Marketing para um posicionamento diferenciado de marca ou produto no mercado, agregando valor e trazendo maior poder de persuasão na conversão de clientes, melhorando o reconhecimento dos produtos oferecidos pela empresa.

A partir desse entendimento construiu-se o Plano de Marketing do Atelier Maga Weiland Costura Criativa. Empreendimento que nasceu durante a pandemia de COVID-19, inicialmente como fonte de renda extra, a partir de conhecimentos iniciais sobre costura adquiridos durante a infância da proprietária. O Plano foi elaborado, na disciplina de Marketing, do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, através de pesquisas bibliográficas focadas nas áreas de estratégia e marketing, e também em levantamentos de pesquisas qualitativas e quantitativas relacionadas ao mercado e a demografia da região onde a empresa está localizada. Com base nesses estudos, foi possível realizar a identificação dos aspectos positivos e negativos da empresa e sugerir oportunidades de melhoria.

Kotler e Armstrong (2014) afirmam que o ambiente de Marketing está diretamente ligado a forças e fatores microambientais e macroambientais, e quando mal geridos podem influenciar diretamente na capacidade de obter e manter clientes, assim como influencia diretamente na capacidade de suprir as necessidades do público-alvo. O desenvolvimento do Plano de Marketing, possibilitou a visualização dos pontos positivos e negativos, bem como das forças e fraquezas, tanto no ambiente interno quanto externo do Atelier, aspectos apontados através da Matriz SWOT²⁰. Neste sentido, também realizou-se a elaboração das Diretrizes

¹⁶ Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais da Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. Contato: betinamallmann@hotmail.com

¹⁷ Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais no IFSul, câmpus Lajeado. Contato: magaliweiand.lj008@academico.ifsul.edu.br

¹⁸ Mestre em Administração, professor no IFSul, Câmpus Lajeado. Contato: rodrigomelz@ifsul.edu.br

¹⁹ Doutora em Artes Visuais, professora no IFSul, câmpus Lajeado. Contato: janainaschvambach@ifsul.edu.br

²⁰ “Avaliação geral dos pontos fortes, dos pontos fracos, das oportunidades e das ameaças da empresa.” (KOTLER; ARMSTRONG, 2015, p. 59). Análise realizada através de quatro quadrantes, fazendo o cruzamento entre ambiente interno (pontos fortes (strengths - S) e pontos fracos (weaknesses - W)) e ambiente externo à empresa (oportunidades (opportunities - O) e ameaças (threats - T)).

Organizacionais, em que desenvolveu-se a missão, visão e valores, possibilitando ferramentas para que o Atelier comunique-se de forma eficiente com seus consumidores.

O estudo do ambiente regional, possibilitou o levantamento de como pode ser feita a logística para a entrega dos produtos, para que o comprador tenha uma entrega satisfatória de seus itens. O Plano levantou os aspectos necessários para apresentar aos clientes um catálogo de produtos básico, e demonstrar as possibilidades de encomendas personalizadas.

Dessa forma, houve a busca de informações para minimizar riscos e contribuir para promover ações que serão importantes para conquistar vantagens sobre a concorrência, aumentar a participação no mercado e seus lucros. Houveram contribuições significativas para ajudar a empresa na concretização de seus projetos, sendo elas: a definição do público alvo; formas de posicionamento de mercado; estratégias de divulgação e de precificação.

O Plano de Marketing possibilitou a estruturação e direcionamento do Atelier para melhor compreensão do mercado que está inserido e proporcionou novas ações e decisões mercadológicas. Ainda contribuiu para um conhecimento abrangente de mercado e de novas estratégias. Também possibilitou melhoria do conhecimento interno da empresa, em pontos que muitas vezes passavam despercebidos pela empreendedora, que agora possui maior *know-how* e capacidade de assertividade nas ações.

Palavras-chave: Marketing; Plano de Marketing; Planejamento Estratégico; Costura Criativa; Análise Ambiental.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 15. ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2015.

PROPOSTA DE PLANO DE MARKETING PARA A BARBEARIA LOS HERMANOS

SPECHT, G. V.²¹; ZIECK, J. G.²²; LUNARDI, A. L.²³; BRUCH, M. R.²⁴; MELZ, R. L.²⁵.

RESUMO

O estudo refere-se a um Plano de Marketing da barbearia Los Hermanos. Neste trabalho foi realizada a apresentação da história da organização, o mercado no qual está inserido, concorrências e aspectos das demais ferramentas do marketing. Toda a pesquisa foi criada e analisada com base nas informações disponibilizadas pelos proprietários e com embasamento teórico nos assuntos abordados na disciplina de Marketing, no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), Câmpus Lajeado.

A barbearia “Los Hermanos”, localizada na Avenida Benjamin Constant, bairro Montanha em Lajeado, passou por muitos momentos para se tornar o que é hoje. Inicialmente era conhecida como uma barbearia mais tradicional, sem o uso de tecnologias e não existia a preocupação com modernizar seu ambiente e sua forma de atendimento. Atualmente, trabalha com aplicativo de marcação de horários e está presente nas redes sociais, conta com um espaço e equipamentos modernos e atende um público diversificado, predominantemente masculino, desde crianças até idosos.

Um dos pontos mais importantes a serem analisados no plano de marketing foi a matriz SWOT da barbearia. Logo, a partir desta ferramenta foi possível analisar fatores internos e externos que influenciam no seu desempenho, além de verificar pontos a serem melhorados e reavaliados para que a organização cresça e fique ainda mais conhecida no seu mercado de atuação, que é bastante concorrido.

Quanto às diretrizes organizacionais, com o intuito de definir a identidade e propósito da organização, elaborou-se Missão, Visão e Valores. A partir disso, são divulgados os objetivos do plano de marketing, os quais foram fundamentados a partir do crescimento

²¹ Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFSul, Câmpus Lajeado. Contato: gabrielaspecht.lj007@academico.ifsul.edu.br

²² Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFSul, Câmpus Lajeado. Contato: jeniferzieck.lj008@academico.ifsul.edu.br

²³ Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFSul, Câmpus Lajeado. Contato: analunardi.lj013@academico.ifsul.edu.br

²⁴ Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFSul, Câmpus Lajeado. Contato: maechelbruch.lj015@academico.ifsul.edu.br

²⁵ Mestre em Administração pela UFRGS, professor do IFSul, Câmpus Lajeado. Contato: rodrigomelz@ifsul.edu.br

apresentado da Los Hermanos. Nesse sentido, cabe pontuar as estratégias de marketing voltadas ao seu público-alvo, no qual são apresentados desde a definição de faixas de renda até a decisão de compra.

Concluimos que é necessário ter continuamente total dedicação ao marketing e às estratégias da organização. Também é preciso que a empresa se mantenha ativa nas redes sociais, o principal canal de comunicação e divulgação atualmente, para que a barbearia e o trabalho oferecido sejam divulgados de forma muito mais ampla. Além disso, é preciso continuar formando parcerias sólidas, inclusive com influenciadores digitais. O plano de marketing nos fez ver além, identificar pontos positivos, pontos a serem melhorados e ideias estratégicas para serem postas em prática.

Palavras-chave: Marketing; Plano de Marketing; Barbearia; Matriz SWOT; Diretrizes Estratégicas.

MULHERES MIL: BUSCA DE PROMOÇÃO DE EQUIDADE, IGUALDADE, COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ACESSO À EDUCAÇÃO

Luciana Oliveira de Souza
Jaqueline Silinske
Giselle Schweickardt

RESUMO

O presente trabalho refere-se a realização do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Vendedora, oferecido pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Venâncio Aires, em 2022, como continuidade da Metodologia do Programa Mulheres Mil. Este programa visa “a promoção do desenvolvimento educacional, social e econômico de mulheres em situação de vulnerabilidade, atendendo, também as questões de gênero” (IFSUL, 2022, p. 1). Vale destacar que o Programa Nacional Nacional Mulheres Mil foi implantado nacionalmente no ano de 2011, a partir de um programa piloto iniciado em 2007 nas regiões norte e nordeste do Brasil, com cooperação do Canadá. Este programa está inserido em um conjunto de prioridades das políticas públicas do governo Lula (2003-2010), especialmente nos eixos de promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra a mulher e acesso à educação.

O IFSUL, campus Venâncio Aires, ofereceu, inicialmente, no ano de 2012, uma turma do Curso de Vendedora. Em seguida, em 2014, ofereceu duas turmas (uma do Curso de Vendedora e uma do curso de Recepcionista). Em 2015, ofereceu três turmas (uma do Curso de Almozarife, uma do Curso de Assistente de Crédito e Cobrança e uma do Curso de Auxiliar Financeira. Tanto no ano de 2014 quanto no ano de 2015 estes cursos contaram com vagas gratuitas com bolsa de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Em 2018, ofereceu um curso de Vendedora e, por fim, em 2022, ofereceu um curso de Vendedora.

Em 2022 foram selecionadas 23 mulheres para participar deste Programa, sendo elas de diferentes bairros, vilas e comunidades de Venâncio Aires. Estas mulheres possuem perfis e personalidades diferentes, mas com histórias de vida parecidas. São mulheres que por estarem inseridas em um contexto de vulnerabilidade social possuem, em sua maioria, escolaridade até 5º série e que vivenciaram trajetórias de vida diversas, diagnósticos de depressão e ansiedade, histórico de violência doméstica e baixa autoestima.

O curso tem buscado trabalhar com a formação cidadã e a qualificação profissional destas mulheres por meio de aulas de relações humanas; saúde da mulher; autoestima, autocuidado, autoconhecimento e técnicas de beleza; cidadania e direitos da mulher; portfólio de história de vida; meio ambiente e sustentabilidade; empreendedorismo e economia solidária; linguagens; vivência matemática; informática; organização de empresas; planejamento de vendas; comunicação e administração do tempo; e pesquisa de mercado. Este curso tem duração

de dois meses, com aulas realizadas três vezes por semana e com uma formatura ao final do curso.

Entretanto, o curso de Vendedora enfrenta dificuldades inerentes a sociabilidade machista e patriarcal em que estas mulheres estão inseridas. Isso pode ser verificado pelo fato de que estas mulheres que desejam fazer o curso acabam por desistir de sua realização uma vez que seus companheiros não aceitam que as mesmas realizem o curso durante a noite, até às 23 horas. Também, como estas mulheres são responsáveis pelo cuidado doméstico e de seus filhos, muitas não têm com quem compartilhar o cuidado, levando-as a desistência do curso. Apesar disso, as mulheres que concluem o curso relatam que o mesmo é uma das melhores experiências de sua vida, pois são mulheres desafiadas a sair de suas casas e experimentar uma aprendizagem diferente, onde o respeito, a empatia e, principalmente, o empoderamento e a autoestima são os principais objetivos alcançados ao final do curso.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil; acesso à educação.

REFERÊNCIAS

IFSUL. Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. **Processo de Seleção de Propostas de Extensão na Modalidade de Formação Inicial:** Edital Proex- Programa Ana Terra n.º 04/2022. Disponível em: < <http://editais.ifsul.edu.br/index.php?c=lista&id=1866>>. Acesso em: 09 ag. 2022.

“MEU FILHO É AUTISTA. E DAI?”: desafios e perspectivas da mãe de autista

Leidimar Marciano

RESUMO

O objetivo desse resumo é relatar as experiências inerentes à rotina de mãe de crianças autistas. Para escrever esse relato realizou-se uma entrevista com uma mãe residente do estado de Rondônia. A partir desse relato fez-se uma análise temática dos dados. E identificaram-se os seguintes temas: perfil da entrevistada, descobrindo o diagnóstico, comunicando a descoberta do autismo, o papel da família, socialização e limites, percebendo e reagindo à maldade das pessoas e percebendo que as lutas cotidianas seriam importantes impulsionadoras em direção ao novo, à novidade. Como resultado, a entrevistada relatou que em uma consulta pediátrica foi dado o diagnóstico de que seu filho seria autista. A partir desse momento, relata a entrevistada, toda sua vida seria mudada em função deste diagnóstico. Ao mesmo tempo em que havia sentimento de frustração, constata-se também que caberia à mãe a busca por ajudar seu filho da melhor forma possível. Essa mãe relatou possuir 3 filhos, dos quais 2 apresentam o espectro autista. A entrevistada destaca o quão desafiador tem sido educar 2 filhos nesta com tal diagnóstico em um mundo ainda insensível a essa condição. A consequência são dias cansativos, pois o filho de oito anos tem grau leve, contudo, não se comunica muito; já a criança de 11 anos apresenta grau moderado. Os dados da entrevista permitiram verificar que a entrevistada encontrou um apoio em outras mães que se reuniram em uma associação de apoio às famílias que lidam com o espectro autista. Esta associação promove rodas de conversa, gerando um momento em que cada participante fala das suas emoções, frustrações e conquistas. Considerando os desafios presentes na sociedade em termos de preconceito, essa união contribui para co-criação de redes sociais, mostrando às pessoas as suas lutas e que o preconceito não compensa através de depoimentos mostrando o que as mães passam. A entrevistada destaca ainda que apesar de os seus filhos serem diferentes da expectativa da mãe, é indispensável que os mesmos passem esse processo de inclusão. Conclui-se que, conforme a mãe relata, a maior dificuldade da entrevistada é na escola. Sobre as dificuldades neste ambiente, embora exista a inclusão garantida pela lei “Berenice Piana - Lei 12764 de 2012” ainda há muito a ser feito. Apesar de uma lei neste sentido, não está sendo fácil, nem todos conhecem a lei que ampara seus filhos. A entrevistada relata a necessidade de buscar conhecimento para que seus filhos possam ter um estudo de qualidade e viverem em uma sociedade onde seus direitos sejam respeitados e seus deveres como cidadão sejam exercidos. A mãe relata que sua experiência na escola demonstrou que esses direitos não foram muito respeitados, tornando sua vida como mãe muito difícil. De acordo com a entrevistada, a mesma entrou em um quadro de depressão. Na sequência ainda houve a situação de pandemia da COVID-19, o que tornou a situação ainda mais complexa do ponto de vista da educação. Porém, estar em casa com os filhos os aproximou, fortalecendo seus vínculos e mostrando a ela que vale a pena ir atrás de seus direitos, como a busca por cuidadores e mediadores para apoiar a educação de seus filhos no ambiente escolar. Por fim, conforme relata a entrevistada, a soma de todos esses fatores tem permitido uma maior qualidade de vida para seus filhos.

Palavras-chave: Autismo. Desafios. Maternidade. Filhos.

PROJETO VALE + TURISMO: EXTENSÃO TECNOLÓGICA DE CONSULTORIAS A MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS LIGADOS AO TURISMO NO VALE DO TAQUARI/RS

Eduarda Gregory de Souza

Rodrigo Luís Melz

Kaethlen Daniella Borba Nied de Vargas

Kaue André Hensel

RESUMO

O Projeto Vale + Turismo, teve origem no Programa IF Mais Empreendedor Nacional, que consistiu em proposições de ações voltadas ao atendimento, apoio e orientação a Micro e Pequenos Empreendedores (MPEs), que foram afetados negativamente pela Pandemia da Covid-19. O Programa foi uma iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, lançado em 2021. O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) foi um dos Institutos Federais participantes da ação e contou com oito propostas contempladas.

O objetivo desse projeto foi prestar extensão tecnológica através de consultorias a pequenos negócios ligados ao setor do Turismo. Assim como em todo o País, no Vale do Taquari, esse setor foi um dos mais afetados pela crise econômica ocasionada pela Pandemia de COVID-19. As áreas do conhecimento contempladas nesse trabalho foram, principalmente, o marketing, controle financeiro e a gestão do empreendimento atendido. Os atendimentos ocorreram de forma individual e remota, nos quais, após uma primeira reunião para estipular demandas e necessidades dos empreendimentos, foram realizadas reuniões mensais a fim de trazer soluções para tais e avaliação do progresso após implementação de ferramentas apresentadas.

Dentre os resultados obtidos ao final do Projeto, com os MPEs, ligados aos setores hoteleiro, esporte de aventura e lazer, podemos destacar as melhorias referentes ao marketing digital e gestão, em que obteve-se um aumento significativo de engajamento nas redes sociais, bem como maior procura pelos serviços supracitados, sucesso no uso de ferramentas de controle financeiro (planilhas) e definição de processos organizacionais através do modelo de projetos CANVAS.

Ainda, podemos apontar o desenvolvimento do empreendimento especializado em esporte de aventura, em que durante os encontros foram desenvolvidas a formalização de um Plano de Negócios, planilha de Fluxo de Caixa e Marketing Digital, com calendário de postagens. Dessa

forma, tais propostas trouxeram a formalização das metas da empresa, tanto de curto como longo prazo, maior controle financeiro e engajamento nas redes sociais.

Além dos resultados proporcionados às organizações atendidas e ao setor de turismo no Vale do Taquari, o projeto oportunizou aprendizados aos estudantes envolvidos na proposta. Ao todo, o projeto envolveu 10 estudantes do curso Técnico Integrado em Administração, dentre bolsistas e voluntários, que atenderam a 8 empreendimentos.

Palavras-chave: Vale Mais Turismo; Turismo; Marketing; Planejamento; Empreendedorismo.

UMA PERSPECTIVA DAS REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO TEATRO

Gabriel Schwendler Soares

Maria Eduarda Klein Padilha

Laura Jandrey Leismann

RESUMO

Nota-se, na sociedade contemporânea, o uso excessivo das redes sociais e, conseqüentemente, a instauração de diversos comportamentos de desligamento da realidade concreta. Há sempre uma comparação entre a vida real do indivíduo e as imagens postadas nas redes sociais. A partir disso, estabelecem-se padrões irrealistas em diferentes esferas, sobretudo para os corpos. Pode-se observar que há uma padronização do corpo numa busca ansiosa de alcançar a “perfeição”. Neste contexto, os transtornos alimentares têm crescido muito. Esses comportamentos são reforçados por influenciadores nas redes sociais. Essas vidas projetadas no universo virtual aumentam o desejo crescente de seguir essas personalidades, assim como a ansiedade de buscar esses mesmos padrões de vida e a conseqüente frustração pela impossibilidade de realizar a “vida dos sonhos”, que parece ser normal/real no ambiente digital. Nesse panorama de desconexão da realidade, de comparações, de ansiedade e de frustrações, mostra-se importante uma intervenção para que as novas gerações desenvolvam um olhar crítico sobre seus hábitos e obsessões relacionados às mídias sociais. O objetivo dessa pesquisa é despertar a criticidade através da criação de cenas teatrais que tematizam essa realidade contemporânea de (des)conexão excessiva. Para realizar esta pesquisa, buscou-se uma revisão bibliográfica para compreender o comportamento no mundo digital e bases técnicas para a construção das cenas teatrais, de forma a estimular nos atores o pensamento crítico acerca dos temas do mundo virtual e da relação entre o virtual e o real. Como primeiro autor, investigou-se Zygmunt Bauman e seu conceito de relações líquidas na contemporaneidade (BAUMAN, 2001). Num segundo momento, procurou-se autores para auxiliar a criação das cenas teatrais, mas em um processo que despertasse o senso crítico, primeiramente, nos próprios atores. Utilizou-se Paulo Freire com sua proposta da pedagogia da pergunta, em que a realização de questionamentos estimula a repensar os contextos que rodeiam todos (FREIRE, 1985). Outro princípio importante estaria na obra do encenador alemão Bertold Brecht, que desenvolve o conceito de “distanciamento”, evocando encenações em que os comportamentos vistos como “naturais” sejam estranhados para que possam ser revistos a partir de outra ótica (BRECHT, 1978). Por último, recorreu-se ao brasileiro Augusto Boal que mostra, com suas técnicas do Teatro do Oprimido, possibilidades de criação cênica que envolvam os atores em discussões e questionamentos no decorrer dos ensaios (BOAL, 2002). Embasando-se por essas leituras desenvolveu-se procedimentos de criação cênica com fins de compor uma peça teatral. Aplicou-se propostas de cenas uns com os outros. Trabalhando assim as temáticas das redes sociais de um modo crítico com os atores. Ao longo dos ensaios, os atores se mostraram participativos nos debates e questionamentos que surgiam, gerando a reflexão esperada dentro do grupo. As técnicas de

encenação e a proposta da pedagogia da pergunta, de Freire, mostraram-se efetivas para uma visão crítica da realidade e das próprias atitudes em relação às redes sociais. Posteriormente, pretende-se apresentar a peça na rede pública escolar de Venâncio Aires e região. Esperando-se, assim, contribuir para uma sociedade menos alienada e incentivar a visão crítica dos adolescentes.

Palavras-chave: redes-sociais, julgamento, confusão, teatro, criticidade;

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Zahar, 2001.
- BERTHOLD, M. **História Mundial do Teatro**. São Paulo, Brasil: Perspectiva, 2000.
- BRECHT, B. **Estudos sobre teatro**. Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira, 1978.
- BOAL, A. **O arco-íris do desejo**. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- FREIRE, P. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra, 1985.
- PAVIS, P. **Dicionário de Teatro**. São Paulo, Brasil: Perspectiva, 2003.

A ATIVIDADE EXTRATIVA DO PINHÃO A PARTIR DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO INTERPRETATIVISTA NO RIO GRANDE DO SUL

Both, Thiago Paulo, thiagoboth.va618@academico.ifsul.edu.br
Silva, Jean Marcos da, jeansilva@ifsul.edu.br

RESUMO

A atividade extrativa do pinhão é um trabalho secular e de muita importância em inúmeras comunidades interioranas em todo nosso país, com destaque para o sul. Além de garantir subsistência, o pinhão gera uma renda significativa para quem o comercializa. A semente também é considerada um Produto Florestal Não Madeirável (PFNM), deste modo, não é preciso acabar com sua matriz produtora, a araucaria angustifolia - árvore com altas taxas de desmatamento - para colher suas sementes. Sendo assim, o produto se caracteriza como um forte aliado da sustentabilidade, pode oferecer qualidade de vida para quem o manipula, porém seu potencial não é devidamente explorado. Nesta perspectiva, o objetivo deste estudo é entender a atividade extrativa do pinhão considerando o contexto da comunidade de Barro Preto, em Arvorezinha, RS, a partir das dimensões da sustentabilidade. Para que futuramente o objeto de estudo ganhe relevância. Para o êxito da pesquisa, primeiramente foram realizados estudos sobre a sustentabilidade integral de Ignacy Sachs, polones que cunhou o conceito mais difundido de sustentabilidade. Em abril de 2022, realizou-se uma pesquisa de campo e interpretativista, em uma propriedade da comunidade Barro Preto, em Arvorezinha - interior do RS. Na propriedade, entrevistou-se por meio de um roteiro pré estabelecido 3 informantes que tinham contato com o PFNM desde criança. Para a análise dos dados foi empregada a análise temática, que foca no entendimento do que foi dito pelo entrevistado. Em seguida, as falas foram analisadas a partir das dimensões da sustentabilidade. Por se tratar de uma análise temática, foi elaborado um quadro no qual as dimensões da sustentabilidade orientaram o surgimento dos temas. Posteriormente, encaixou-se as falas coletadas na entrevista dentro de cada tema, possibilitando entender pontos importantes da cadeia produtiva do pinhão em relação à sustentabilidade. Notou-se que a cadeia produtiva possui graves deficiências que precisam ser tratadas, principalmente na extração e industrialização: A extração continua a mesma há décadas, sendo perigosa e não tendo equipamentos especializados para a coleta; Já a industrialização é inexistente, o produto fica restrito a época de safra e a região sul. Contudo, apesar dos gaps citados, no microambiente estudado, os entrevistados acreditam que a permanência da atividade do PFNM pinhão é benéfica. A semente de fato contribui para a qualidade de vida das pessoas, é uma importante alternativa de cadeia sustentável e possui grande potencial a ser explorado.

Palavras-chave: Pinhão; Produto Florestal Não Madeirável; Sustentabilidade.

IMPRESSÕES DE UMA ESTUDANTE DE ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO E DETALHES DO CURSO

Carolina Leandro

RESUMO

Eu sou a Carol, tenho 22 anos e atualmente resido em Rio Grande - RS. Sou graduanda de Engenharia de Computação na FURG e trabalho como Analista de Implementação na StartUp, fundada em Venâncio Aires, Caf.io. Escolhi o curso citado pois acredito que a tecnologia está impulsionando todas as áreas e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida de cada cidadão. Eu sei da importância da profissão e concordo com Steve Jobs quando ele diz: “A tecnologia move o mundo!”, ela, de fato, está transformando o mundo!

A minha trajetória como programadora começou no final de 2021 quando participei de algumas imersões de programação. A experiência de criar um site Web, de, pela primeira vez, escrever a frase “Olá, mundo” em html e javascript teve grande influência no processo de descoberta do grande sentimento que tenho pela área de desenvolvimento. Lembro-me detalhadamente da primeira vez que programei meu portfólio. Ah, que sensação incrível! Hoje o meu desejo é aprender mais e mais para, assim, resolver problemas, que as pessoas tenham, com o uso da tecnologia.

A grade curricular da graduação que curso é composta pelas matérias de cálculo, álgebra linear e geometria analítica, física, desenho técnico, matemática discreta, algoritmos e estrutura de dados, entre tantas outras. Isso faz com que o profissional formado em Engenharia de Computação se destaque por sua interdisciplinaridade aliada ao seu conhecimento técnico-científico podendo atuar nos mais variados segmentos, alcançando toda e qualquer área do conhecimento. Uma das disciplinas que mais gosto é algoritmos e estrutura de dados, pois é nela que eu posso programar. Neste semestre estamos programando um jogo na linguagem de Python, é uma cadeira que me desafia e me inspira a dar o meu melhor, afinal, é isso que quero ser: uma desenvolvedora.

O que eu percebi, até aqui, é que Engenharia de Computação é o curso ideal para aqueles que gostam de pesquisa e inovação utilizando os conhecimentos em eletrônica e computação para solucionar problemas das diversas áreas da ciência e da tecnologia. Ter escolhido este curso me fez perceber que eu posso ser muito mais que apenas uma aluna de sala de aula, posso ser alguém que questiona e que, sobretudo, aprende com efetividade. Estudar este curso é saber que os desafios vão vir todos os dias, mas que superá-los será sempre possível.